

n. 28 2020

**SOUZA EAD**  
**Revista Acadêmica Digital**



**Periodicidade - Mensal**



# INDICE

<b>Editorial</b>	<b>03</b>
<b>A Arteterapia Como Recurso de Promoção de Bem-Estar e Saúde em Pessoas Idosas</b> Alves, Gilberto. Págs. 4 – 12	<b>04</b>
<b>A História das Mentalidades: O Pensamento Social Russo Pela Ótica da Análise do Discurso.</b> Rodrigues, José Humberto. Págs. 13– 22	<b>13</b>
<b>Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade: Uma Revisão Sobre Práticas Contemporâneas.</b> Oliveira, Telma Gonçalves de. Págs. 23 – 29	<b>23</b>
<b>Educação no Sistema Prisional: Estudo da Escolaridade dos Reeducandos e sua Relevância na Vida do Reeducando.</b> Silveira, Elaine Aparecida Rafino da. Págs. 30– 36	<b>30</b>
<b>A Importância da Auditoria de Enfermagem em Instituições de Saúde.</b> Amorim, Morgana Gomes de. Págs. 37 - 52	<b>37</b>
<b>Indisciplina e o Transtorno Opressivo Desafiador no Ambiente Escolar.</b> Mamede, Yula Karoline Benedito. Págs. 53 – 66	<b>53</b>
<b>Participação da Família na Aprendizagem Escolar: Uma Aliança Necessária.</b> Ribeiro, Edite Lopes. Págs. 67 – 79	<b>67</b>
<b>Percursos da Avaliação Psicológica no Trânsito.</b> Silveira, Ivanir Ribeiro da. Págs. 80 – 86	<b>80</b>
<b>Política de Saúde no Brasil: Política de Saúde e Envelhecimento no Brasil.</b> Andrade, Cecília Figueiredo. Págs. 87 – 101	<b>87</b>
<b>A Psicologia e Mobilidade Humana: Políticas Públicas e Violência no Trânsito.</b> Tavares, Elaine Maximiano. Págs. 102 – 110	<b>102</b>

## **Editorial**

### **PORQUE PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO PARA DOCENTES?**

O trabalhador em educação, além de perceber situações, deve estar preparado para intervir, dentro de suas limitações, e propor oportunidades de superação e alternativas de caminhos... Uma boa formação em Psicologia da Educação auxiliará na visão, na percepção, no "olhar do educador".

O "Olhar do Educador" deve ser profundo, cuidadoso, abrangente, socializante sem perder o indivíduo e todas as suas peculiaridades... Assim, a Psicologia da Educação busca aguçar o olhar que vai além do visível externamente, para olhar melhor o interior do outro... Não tem a missão de substituir médicos ou psicólogos. Tem sim a missão de iluminar situações, ampliar possibilidades, humanizar e respeitar o jeito de ser que os educandos vão construindo ao longo da vida. E, quando necessário, encaminhá-los para as mais diversas possibilidades de atendimento profissional adequado.

A vida, e dentro dela, a educação, precisa apresentar possibilidades de vida melhor: para qualquer idade, para qualquer momento, para qualquer situação. A Psicologia da Educação procura compreender as variáveis que enlaçam e que possam se converter em impulsionadoras ou em entraves no processo de formação e desenvolvimento do educando. É preciso estar atento para que o fluxo de informação, o processo de desenvolvimento de habilidades e a construção de atitudes e valores por parte dos educandos – "Chá" – estejam no tempo, na quantidade e no formato mais adequados. É preciso ver as dificuldades de aprendizagem — transtornos de déficit de atenção, dislexia, dislalia, entre outras —, dificuldades de relacionamentos (apatia, violência, isolamento...) e os problemas emocionais diversos que possam ser percebidos. É preciso olhar e perceber aqueles que estão no processo de educação, olhar e ver as pessoas em todas as suas etapas de desenvolvimento (desde a primeira infância até aqueles que se abrem aos diversos possíveis aprendizados na velhice).

Ao se estudar a Psicologia da Educação não se tem a pretensão de substituir os profissionais qualificados. Mas busca-se "olhar melhor" e com mais respeito para com os seres humanos que estão no processo. Assim, espera-se compreender melhor as etapas de desenvolvimento (desde os cuidados com a criança com poucos anos de idade – pedagogia, no sentido mais literal – até os fundamentos da Andragogia estendidos até as idades mais avançadas).

É importante aprender quais os métodos mais eficazes de oferta de conhecimentos, habilidades e de atitudes; como oferecer (não se trata de impor) aconselhamento e orientação; como abordar, conhecer e propor avanços aos educandos e suas peculiaridades; apropriar-se dos objetivos das avaliações e perceber quando e qual opção melhor se adequa aos objetivos propostos; estar atento à saúde mental dos educandos; intervir adequadamente em conflitos percebidos – explícitos e latentes - e estimular da forma mais adequada o interesse pelo aprendizado de forma positiva, criativa e continuada.

A Psicologia da Educação, ao olhar para o educando, verá também o educador e este poderá estar atento ao seu processo de crescimento seja como trabalhador em educação, seja em seu crescimento pessoal. Poder-se-á compreender melhor que "professor é aquele que aprende, sempre"... Poder-se-á instrumentalizar-se para "abrir-se ao outro" e assim poder partilhar a construção do conhecimento.

Portanto, há muito o que se estudar, aprender e desenvolver junto aos estudantes.

**Marcos Alexandre Souza**  
**Diretor Geral da Faculdade Souza**

# **A ARTETERAPIA COMO RECURSO DE PROMOÇÃO DE BEM-ESTAR E SAÚDE EM PESSOAS IDOSAS**

Alves, Gilberto <sup>1</sup>

## **RESUMO:**

Devido a múltiplos fatores, tais como melhoria na medicina, alimentação e saúde pública o mundo está passando por uma fase de aumento da expectativa de vida nos países desenvolvidos e também nos países em desenvolvimento. Porém, a sociedade capitalista não está ainda preparada para absorver a os idosos, uma vez que no senso comum os idosos são pessoas não produtivas o que acarreta em muitos idosos problemas relacionados a diminuição da autoestima, ansiedade, depressão, entre outros, podendo leva-los até ao suicídio. Além dos problemas psicológicos e emocionais o envelhecimento acarreta também perdas da coordenação motora fina e grossa e para muitos idosos há ainda a possibilidade de solidão para muitos. A Arteterapia, com todas as possibilidades de linguagens artísticas, tem se mostrado uma importante ferramenta terapêutica tanto para os problemas psicológicos quanto para os físicos. Este trabalho tem como objetivo apresentar a Arteterapia como uma possibilidade terapêutica para idosos com objetivo de melhoria das condições de bem-estar e física desta população, para isso foi realizada uma revisão bibliográfica em artigos e livros sobre os temas Arteterapia, envelhecimento e idosos. Como conclusão pode-se constatar que a Arteterapia além de ser uma ótima forma de terapia mental e psicológica também auxilia na melhora das condições físicas e de sociabilidade dos seus praticantes, porém no Brasil não há ainda uma política pública eficiente para a sua aplicação na população.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gerontologia. Envelhecimento. Terapias Integrativas.

## **INTRODUÇÃO**

O envelhecimento das populações é uma realidade mundial, esse processo iniciou nos países desenvolvidos é atualmente uma realidade também nos países em desenvolvimento onde a média das expectativas de vida têm aumentado ano a ano devido principalmente às melhorias na qualidade de vida das pessoas, tais como, assistência médica, saneamento básico, vacinação e alimentação. Inserir a população idosa na sociedade ainda é um problema em várias partes do mundo, uma vez que o estereótipo do idoso, como um ser não-

---

<sup>1</sup> Licenciado em Filosofia e Educação Artística. giodroggo@gmail.com

produtivo, não combina com as sociedades capitalistas que a cada dia mais cobram produtividade e rendimento de seus membros, essa não aceitação pode ter diversas consequências nos idosos, como ansiedade, depressão e que pode levar até ao suicídio, esses fatores têm como agravante a solidão a que muitos idosos são submetidos (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

A situação dos idosos na sociedade ocidental capitalista, os leva aos problemas descritos acima, várias metodologias visando aumentar o bem-estar e a saúde de idosos têm sido desenvolvidas nas mais diferentes áreas do conhecimento, como a Educação Física, Artes, Musicoterapia, bem como também a Arteterapia, que pode também ser considerada uma ferramenta terapêutica para idosos, assim é esperado que a Arteterapia, quando empregada nesse grupo, nas mais diferentes linguagens artísticas como as Artes Visuais, Dança, Teatro pode auxiliar os idosos a enfrentar melhor essa fase da vida repleta de desafios, além da atividade em si, ela promove o contato social entre os idosos o que também pode ser um fator de bem-estar (BUNGAY, CLIFT, 2010; CIASCA et al., 2018).

Consciente do aumento da expectativa de vida e das necessidades de bem-estar e boas condições de saúde que todo ser humano tem como direito fundamental é importante que a cada dia novas metodologias sejam desenvolvidas e aprimoradas para os mais distintos públicos-alvo, incluindo a população idosa, desta forma, a Arteterapia pode ser uma terapia relativamente simples, envolvente e efetiva para o tratamento e prevenção de saúde e bem-estar em idosos.

Finalmente, este trabalho visa apresentar e discutir a Arteterapia como um recurso de promoção de bem-estar e saúde para as pessoas idosas, além de apresentar quais as linguagens artísticas já estão sendo empregadas nesse público e os principais efeitos encontrados, para atingir os objetivos propostos nesse trabalho ele foi realizado através de uma revisão bibliográfica em livros e artigos científicos nacionais e internacionais buscando informação que sustentem a sua proposta.

## **ARTETERAPIA**

Arteterapia é uma área de atuação profissional que utiliza recursos artísticos com finalidade terapêutica, é um dispositivo terapêutico que envolve saberes das diversas áreas do conhecimento, constituindo-se como uma prática transdisciplinar, visando a resgatar o homem em sua integralidade através de processos de autoconhecimento e transformação (CARVALHO, 1995; COQUEIRO, VIEIRA, FREITAS, 2010), porém Paín (2009) descreve a dificuldade de uma definição para o termo Arteterapia, uma vez que muitas são as possibilidades de obras e produções artísticas empregadas que vão do folclore até a arte contemporânea, em suma, qualquer atividade que elabore imagens.

A arteterapia emprega a atividade artística como instrumento de intervenção profissional para a promoção da saúde e a qualidade de vida empregando todas as linguagens da arte: visual, sonora, literária,

dramática e corporal, com técnicas expressivas como desenho, pintura, modelagem, música, poesia, dramatização e dança (REIS, 2014).

Ainda segundo Reis (2014) a arteterapia possui diferentes usos em saúde e bem-estar: na avaliação, prevenção, tratamento e reabilitação voltados para a saúde, como instrumento pedagógico na educação e como meio para o desenvolvimento interpessoal através da criatividade em contextos grupais, pode-se então afirmar que o campo de atuação da arteterapia é amplo e a cada dia mais amplia os seus limites, abrangendo além do contexto clínico também o educacional, o comunitário e o organizacional.

Conforme descrito por Ciornai (2004) como uma área independente de conhecimento, a arteterapia nasce Estados Unidos da América, em 1940 pelas mãos de Margareth Nauberg que estabeleceu as fundamentações teóricas para seu desenvolvimento, mas pode se afirmar que entre os anos 1920 e 1930 as teorias de Freud e Jung fundaram as bases para o desenvolvimento do que posteriormente viria a se chamar arteterapia, Freud constatou que as obras de arte podiam expressar manifestações inconscientes do artista, considerando-as uma forma de comunicação simbólica, com função catártica. Freud acreditava que o inconsciente se manifestava por imagens, tais como as originadas no sonho, desta forma, foi compreendido que as imagens criadas na arte eram uma via de acesso privilegiada ao inconsciente, pois elas escapariam mais facilmente da censura do que as palavras (CARVALHO; ANDRADE, 1995; REIS, 2014).

Coube a Jung realmente começar a usar a linguagem artística associada à psicoterapia, ele considerava a arte uma forma de sublimação das pulsões, para ele a criação artística é uma função psíquica natural e estruturante, cuja capacidade de cura estava em dar forma, em transformar conteúdos inconscientes em imagens simbólicas. Jung utilizava o desenho livre com seus pacientes para facilitar a interação verbal e porque acreditava na possibilidade de o homem organizar seu caos interior utilizando-se da arte (SILVEIRA, 2001; REIS, 2014).

No Brasil, a arteterapia nasce na primeira metade do século XX entrelaçada com a psiquiatria e influenciada tanto pela vertente psicanalítica quanto pela Junguiana, seus pioneiros foram respectivamente Osório Cesar (1895-1979) e Nise da Silveira (1905-1999) e em comum tinham o fato de serem contra os métodos agressivos empregados nos doentes mentais institucionalizados na época e foram defensores de tratamentos mais humanizados para esses pacientes (REIS, 2014)

Osório Cesar já era estudante interno no Hospital Psiquiátrico de Juqueri, localizado em Franco da Rocha, região metropolitana de São Paulo, e, a partir de 1925, aí trabalhou como médico ao longo de 40 anos já em 1925, cria a Escola Livre de Artes Plásticas do Juqueri, e,

em 1948, é o organizador da 1ª Exposição de Arte do Hospital do Juqueri, no Museu de Arte de São Paulo (CARVALHO; ANDRADE, 1995). Sobre seu trabalho de arte com psicóticos, o Dr. Osório pública, em 1929, sua obra principal, A Expressão Artística nos Alienados, na qual apresenta seu método de classificação e de análise de obras de arte de pacientes psiquiátricos (ANDRIOLO, 2003).

De acordo com Andrade (2000) a psiquiatra Nise da Silveira trabalhou no Centro Psiquiátrico D. Pedro II no Rio de Janeiro. Em 1946, assumiu a Seção de Terapêutica Ocupacional, onde os pacientes realizam variadas atividades expressivas (sobretudo pintura e modelagem), dando-lhe uma nova orientação, pois, para ela, a terapia com arte não era um tratamento secundário, mas tratamento que contribui efetivamente para a cura dos pacientes. Em 1952, ela criou, na mesma instituição, o Museu de Imagens do Inconsciente, composto pelo acervo crescente das obras produzidas pelos internos, que conta com mais de 300.000 documentos plásticos, entre telas, papéis e esculturas.

Guedes, Guedes, Almeida (2011) relatam que hoje é mundialmente aceito que a utilização da arte no processo terapêutico permite identificar nas imagens, música e escrita, representações de expressões, sentimentos, pensamentos e sensações naquele momento da vida, assim, a arte como recurso terapêutico é uma atividade na qual se utilizam técnicas expressivas, que aqui pode ser entendidas como expressão artística, porém na arteterapia não há a preocupação estética, o objetivo é possibilitar que a expressividade artística seja um fator facilitador no processo comunicativo, de forma que não é necessário fazer bonito e com a técnica correta, porque o que importa na arteterapia é o significado do que se faz. A terapia pela arte não necessariamente restrita à psicoterapia, uma vez que na Fonoaudiologia, Fisioterapia, Enfermagem, Psicopedagogia e Terapia Ocupacional a arte também é utilizada como a ferramenta terapêutica. A arteterapia pode ser usada em várias populações, por exemplo, pode ser particularmente benéfico em indivíduos que não se adaptam a abordagens psicoterapêuticas que são exclusivamente verbais. A arteterapia pode ajudar a estabelecer comunicação entre paciente e terapeuta e pode auxiliar no surgimento de aspectos da personalidade ou fatos de vida a ser tratada no processo terapêutico, uma sessão de arteterapia é frequentemente precedida por atividades que promover relaxamento e introspecção, tais como trabalhos que auxiliem na formação de imagens mentais, que pode ser uma forma de vincular a percepção sensorial e emoções e, assim, aliviam o desconforto associado com transtornos do humor (CIASCA ET AL., 2018).

### **A PESSOA IDOSA**

De acordo com a UPNFA (2012) o envelhecimento populacional é uma das mais significativas tendências mundiais do século XXI e que apresenta implicações importantes para todas as sociedades, sabe-se

que hoje, a cada segundo duas pessoas celebram seu sexagésimo aniversário resultando em um total anual de quase 58 milhões de aniversários de 60 anos, atualmente 10% da população mundial tem 60 anos de idade ou mais, e estima-se um crescimento para 20% até o ano de 2050, esse processo de envelhecimento da população é denominado de transição demográfica.

A etapa da vida denominada de velhice e as alterações que ela causa na vida dos sujeitos obrigatoriamente deve ser compreendida a partir da relação que se estabelece entre os diferentes aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais, sendo que uma parte dessas condições são dependentes da cultura na qual o indivíduo está inserido, pode-se afirmar que as condições históricas, políticas, econômicas, geográficas e culturais produzem diferentes representações sociais da velhice e também do idoso, assim é nítida a uma correspondência entre a concepção de velhice em uma sociedade e as atitudes frente às pessoas que estão envelhecendo, bem como as atitudes das pessoas que estão envelhecendo, sendo assim, essa fase da vida é marcada por fatores que estão além dos biológicos (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

Atualmente considera-se também o conceito de idade funcional, que considera o quão bem uma pessoa funciona em um ambiente físico e social em comparação a outras de mesma idade cronológica, para exemplificar esse conceito pode-se considerar uma pessoa de 90 anos com boa saúde física pode ser funcionalmente mais jovem do que uma de 65 anos que não apresenta as mesmas condições, esta diferenciação pode auxiliar na compreensão de que o envelhecimento não é algo determinado somente pela idade cronológica, mas também pelas experiências passadas, da forma como se vive e se administra a própria vida no presente e de expectativas futuras; ou seja, envelhecer é um processo multifatorial (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008; FERREIRA et al., 2012).

O envelhecimento então pode ser entendido como um processo dinâmico e progressivo, marcado por alterações morfológicas, funcionais e bioquímicas, quanto por modificações psicológicas, é importante ter em mente que essas modificações determinam a progressiva perda da capacidade de adaptação ao meio ambiente, ocasionando maiores vulnerabilidade e incidência de processos patológicos, que podem levar o indivíduo à morte (FERREIRA et al, 2012).

De acordo com Bennington et al. (2016) o isolamento social pode levar idosos à solidão devido à falta de relacionamentos íntimos, múltiplas perdas, diminuição da comunicação, perdas de funções, desabilidade física e separação de suas famílias, sendo que a solidão pode ser um agente desencadeador de diversos problemas emocionais nessa população.

## **A ARTETERAPIA EM IDOSOS**



Muitos idosos sentem-se tristes e fragilizados ao se conscientizarem de seu próprio envelhecimento, os fatores que mais os abalam são os preconceitos da idade, a aposentadoria e o declínio gradual das aptidões físicas, durante o envelhecimento podem surgir doenças capazes de ocasionar uma redução no desempenho físico, na habilidade motora, na capacidade de concentração, reação e coordenação, gerando o processo de desvalorização da autoimagem, apatia, insegurança, perda da motivação, isolamento social, solidão e baixa autoestima, porém sabe-se hoje que este quadro tende a ser alterado se forem desenvolvidas atividades de expressões artísticas, buscando uma melhoria das capacidades motoras que apoiam a realização de sua vida cotidiana, como o bem-estar e a autoimagem (GUEDES, GUEDES, ALMEIDA; 2011).

Entre as muitas terapias e abordagens que podem ser empregadas com idosos, evidências sugerem que o envolvimento ativo em atividades criativas e artísticas pode trazer muitos benefícios, incluindo melhorias do bem-estar, qualidade de vida, saúde e socialização, sua função terapêutica está relacionada à possibilidade concretização de pensamentos, sentimentos, desejos e fatos da vida usando recursos expressivos. Arteterapia usa esses recursos, que mobilizam vários aspectos da mente humana: cognição, sistema sensório-motor, emoções e intuição. Arteterapia não se preocupa somente com o produto final (artes visuais, expressão corporal e outras formas de arte em si), mas também com o processo de criatividade e a conexão da criação artística (BUNGAY, CLIFT, 2010; CIASCA et al., 2018).

Em estudo realizado por Glozman; Naumova (2014) demonstrou que as atividades artísticas tiveram grande efeito sobre idosos, esses tipos de tipos de atividades podem atualizar recursos latentes nos participantes, com um aprimoramento consecutivo da experiência pessoal e um novo enriquecimento dos recursos da vida, também sugerem que a participação em um grupo de arte estimula a realização de mecanismos de regulação tanto em si quanto em outros que permite um funcionamento bem-sucedido na vida real, assim, em idosos pode ser um mecanismo eficiente para a mobilização de recursos pessoais para os demais desenvolvimento da personalidade, estratégias progressivas e reestruturação da vida.

Teles et al. (2017) realizaram um trabalho onde foi possível atingir muitos pontos positivos na realização de atividades lúdicas com os idosos, eles afirmam que as oficinas de arteterapia foram importantes pois contribuíram para que os idosos se conhecessem intimamente, o que promoveu a expressão de sentimentos e emoções, proporcionou momentos de resgate de sua história de vida e fez com que ele ficassem à vontade e acolhidos por todos, o que permitiu a identificação e trabalho nas questões psicológicas, além disso, as oficinas artesanais permitiram que os idosos aprendessem novas atividades exercitando suas funções cognitivas, criatividade e a

implementação dessas atividades apresentou resultados positivos na vida e na saúde dos mesmos.

Teles et al. (2017) ainda afirmam que ficou claro durante a realização do trabalho que faltam políticas públicas que favoreçam trabalhar com o idoso holisticamente, não somente com ênfase na doença, por isso as atividades artísticas são muito importantes, pois ajudam a conhecer a população idosa, oferecem diversão e promove a inserção de atividades físicas moderadas para essa população.

Em um trabalho realizado por Guedes; Guedes; Almeida (2011) na cidade de Timóteo, estado de Minas Gerais, pode-se constatar a partir dos relatos de idosas participantes que elas sentiram efeitos positivos na habilidade mental, socialização, bem como uma diminuição do uso de medicamentos, estas autores afirmam que houve um efeito global humano, uma vez que as atividades artísticas promoveram o encontro das pessoas com elas mesmas – ou seja, tornaram-se mais equilibradas emocionalmente bem como evidenciou-se que os trabalhos manuais fortaleceram a autoimagem das idosas, devido a concretização dos trabalhos, assim como a socialização, minimizando eventuais impactos decorrentes do envelhecimento e, até mesmo, permitindo surgir habilidades artísticas e o seu aprimoramento.

Ferraz (2014) estudou a aplicação da arteterapia em idosos institucionalizados na cidade de Rio de Janeiro, para ela, ao inserir a Arteterapia no cotidiano desse público ela pode constatar uma diminuição de doenças físicas e a estabilização ou até leve regressão dos sintomas indicadores de doenças físicas e psicológicas, como baixa autoestima, depressão e Alzheimer, além de ter sido um estimulador na busca de novos objetivos e planejamentos futuros, trazendo de volta o desejo pela vida.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com o estudo para a redação desse trabalho pode-se concluir que a Arteterapia é uma abordagem terapêutica efetiva para a melhoria de saúde e bem-estar em idosos, uma vez que através de suas realizações, principalmente grupais, ela favorece a socialização desse público, que normalmente apresentam problemas com a solidão, além de nítida melhoria na autoestima. Para a saúde física ela favorece a melhoria muscular e conseqüentemente a coordenação motora fina, uma vez que são empregados pincéis, lápis e também a coordenação motora grossa com emprego de técnicas de dança e teatro.

Assim, a Arteterapia, de maneira geral, mas principalmente para o público idoso, se mostra como uma forma terapêutica importante que é capaz de apresentar melhorias gerais tanto físicas quanto emocionais nos pacientes, ou seja, age de forma holística. Infelizmente ainda não há políticas públicas que valorizem e incentivem o seu emprego no SUS (Sistema Único de Saúde).

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Liomar Quinto. **Terapias expressivas**. São Paulo: Vetor, 2000.

ANDRIOLO, Arley. A "Psicologia da Arte" no Olhar de Osório Cesar: Leituras e Escritos. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 23, n. 4, p. 74 – 81, dez., 2003.

BENNINGTON, Rose *et al.* Art therapy in art museums: Promoting social connectedness and psychological well-being of older adults. **The Arts in Psychotherapy**. Amsterdã, v. 49, n. 3, p. 34 – 43, jul., 2016.

BUNGAY, Hilary; CLIFT, Stephen. Arts on Prescription: A review of practice in the UK. **Perspectives in Public Health**. Londres, v. 130, n. 6, p. 277 – 281, nov., 2010.

CARVALHO, Maria Margarida Moreira Jorge; ANDRADE, Liomar Quinto. Breve histórico do uso da arte em psicoterapia. In CARVALHO, M. M. M. J. (Org.), **A arte cura?** Recursos artísticos em psicoterapia. Campinas: Editorial Psy II, 1995, cap.4, p. 27-38.

CIASCA, Eliana Cecília *et al.* Art therapy as an adjuvant treatment for depression in elderly women: a randomized controlled trial. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. São Paulo, v. 40, n. 3, p. 256 – 263, jan., 2018.

CIORNAI, Selma. **Percursos em Arteterapia:** ateliê terapêutico, arteterapia no trabalho comunitário, trabalho plástico e linguagem expressiva, arteterapia e história da arte. São Paulo: Summus Editorial. 2004.

COQUEIRO, Neuza Freire; VIEIRA, Francisco Ronaldo Ramos; FREITAS, Marta Maria Costa Freitas. Arteterapia como dispositivo terapêutico em saúde mental. **Acta Paulista de Enfermagem**. São Paulo, v. 23, n. 6, p. 559 – 562, nov. – dez. 2010.

FEREIRA, Olívia Galvão Lucena *et al.* Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional. **Texto e Contexto – Enfermagem**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 513 – 518, jul. – set., 2012.

FERRAZ, Fabiana Carvalho. **Transpondo cercas reais e imaginárias:** arteterapia dentro da instituição de longa permanência para idosos. 2014. 94f. Monografia (Especialização em Arteterapia) - Sociedade Paranaense de Ensino e Informática, Curitiba, Pr, 2014.

GLOSMAN, Janna; NAUMOVA, Valentina. art-therapy as a method for mobilizing personal resources in the elderly. **Psychology in Russia: State of the Art**. Moscou, v. 7, n. 3, p. 80 – 89, jul., 2014.

GUEDES, Maria Helena Mota; GUEDES, Helisamara Mota; ALMEIDA, Martha Elisa Ferreira. Efeito da prática de trabalhos manuais sobre a autoimagem de Idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, v.14, n. 4, p. 731 – 742, 2011.

PAÍN, Sara. **Os fundamentos da arteterapia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

REIS, Alice Casanova dos. Arteterapia: a arte como instrumento de trabalho do psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília. v. 34, n. 1, p. 142-167, mar. 2014.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585 – 593, out. – dez. 2008.

SILVEIRA, Nise. **O mundo das imagens**. São Paulo: Ática. 2001.

TELES, Lígia Ferreira *et al.* Os benefícios da atividade lúdica e arteterapia na reinserção social de idosos: relato de experiência. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO, 5., 2017. Maceió. **Anais...** Goiânia: Universidade Federal de Alagoas, 2017.

UNFPA. Fundo de Populações das nações Unidas. **Envelhecimento no século XXI: celebração e desafio**. Nova Iorque: UNFPA, 2012. Disponível em: < [https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Portuguese-Exec-Summary\\_0.pdf](https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Portuguese-Exec-Summary_0.pdf)>, acesso em: 15 jan. 2020.

# **A HISTÓRIA DAS MENTALIDADES: O PENSAMENTO SOCIAL RUSSO PELA ÓTICA DA ANÁLISE DO DISCURSO**

Rodrigues, José Humberto<sup>2</sup>

## **RESUMO:**

Esse artigo analisa a construção do pensamento russo através da análise do discurso tendo como abordagem a história das mentalidades através de uma revisão bibliográfica. Dividido em duas partes, sendo que na primeira são apresentados os pressupostos da História das Mentalidades como campo de estudos da História e em um segundo momento faz-se a discussão sobre o contexto revolucionário russo sob a perspectiva da análise dos discursos das obras de Bakhtin e Vygotsky. Buscou-se com isso, aproximar as duas perspectivas de compreensão a fim de que se possa estabelecer um quadro do solo epistemológico do pensamento social russo e sua influência no processo na participação dos intelectuais no contexto revolucionário soviético.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia. Mentalidades. Análise de Discursos. História Russa

## **INTRODUÇÃO**

Eric Hobsbawm no princípio de sua obra *A Era das Revoluções* apresenta que o mundo do século XIX era simultaneamente maior e menor do que nos períodos anteriores. Maior uma vez que o crescimento demográfico não só no continente europeu como em suas colônias superou em muito as taxas anteriores; e menor, pois o avanço das técnicas de transporte e comunicação em muito reduziram as distâncias. Este "menor mundo maior" proporcionou possibilidades nunca dantes vistas pela sociedade humana no sentido de ampliação do conforto material. Mas, essa possibilidade quase nunca correspondia à situação da maior parte das pessoas. Por outro lado, as sociedades sob influência da cultura indo-europeia ocidental passaram a ter uma participação muito maior na tomada de decisão de suas vidas. A cultura política, no sentido entendido por Almond e Verba<sup>3</sup> e

---

<sup>2</sup> Bacharel em Biblioteconomia - UFMG e licenciado em História/Geografia UniBH, Estudante do curso de pós-graduação em Historiografia Brasileira. E-mail: jhrodrigues@terra.com.br

<sup>3</sup> ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989

relido por Inglehart e Putnam<sup>4</sup>, passa pela noção de que os indivíduos têm valores, crenças e identidades muito particulares sobre as formas de poder e participação em sua sociedade. Essa nova cultura política estava sendo forjada até mesmo nos estados em que permaneciam as monarquias absolutistas (HOBSBAWM, 1982).

A Rússia pode ser considerada um caso exemplar desse processo uma vez que passava por transformações econômicas e culturais que não eram acompanhadas na mesma medida, de mudanças sociais. Os trabalhadores, tanto o operariado quanto os camponeses, cresciam vertiginosamente assim como as chamadas classes médias (HOBSBAWM, 1982). Suas reivindicações se tornam cada vez mais frequentes e esperava-se que a conquista de direitos fosse *pari passu* a possibilidade de participação na política institucional do estado. A progressiva eliminação dos trabalhos servil e escravo assim como as mudanças sem paralelo sejam elas econômicas, políticas (em sentido restrito) ou sociais tornavam aquela sociedade em vias de desequilíbrio. As forças de interesses contrários lutavam para garantir suas prioridades e as rupturas se viam lado a lado com as permanências de dois mundos que se separavam (HOBSBAWM, 1982). É neste contexto que se dá a grande revolução de 1917. Palco de acontecimentos que modificaram profundamente a vida dos russos em primeiro lugar, e o cenário mundial nas décadas seguintes. A revolução foi lida e relida inúmeras vezes, seja por seus próprios atores, seja por intérpretes, críticos ou defensores, durante os primeiros anos, na consolidação enquanto potência mundial e durante seu *débâcle*.

Este artigo tem como objetivo discutir as possibilidades de se fazer uma História das Mentalidades, se utilizando de instrumentos da Análise de Discursos a partir da evidência da presença de um solo epistemológico sob o qual se erigirá um pensamento social na Rússia no contexto imediatamente anterior à Revolução de 1917 e no período da consolidação da revolução e no entorno das disputas de seus rumos, ainda nos primeiros anos. Esse pensamento social, que se refletiu tanto na cultura artística e popular em desenvolvimento no período, como na obra de intelectuais, especialmente de Bakhtin e Vigotski, não passou incólume ao processo revolucionário, hora servindo como força impulsionadora, hora questionando os rumos dos acontecimentos e das decisões políticas.

É importante frisarmos que a Revolução de 1917 e sua guinada em 1919 para o recrudescimento das forças do Estado e dos direitos sociais foram sufocantes tanto para as massas populares, quanto para os intelectuais, pensadores e aqueles que tinham ideias contrárias do governo. Debater sobre o silêncio forçado ou o apaziguamento de muitos, assim como a cooperação ideológica dos que estavam ao lado

---

<sup>4</sup> PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

do Estado na Revolução Russa, ou contra ela, é papel hoje da sociedade, pois conforme René Rémond,

Na historiografia dos atores do político, os intelectuais ocupam indiscutivelmente um lugar à parte. Se observamos mais de perto, de fato, amplos setores da história política foram revivificados por pesquisas realizadas nas últimas três décadas, e para as quais o problema era menos, na verdade, um problema de essência que uma questão de existência aos olhos de uma comunidade científica que, por razões complexas, durante muito tempo lhes negou um status pleno na chamada história nova. (RÉMOND, 2003, p. 233)

Os aspectos revelados pelos discursos sociais ou derivados de intelectuais (o silenciamento ou relevância de tal ou tal autor) deve-se, em muito, aos papéis assumidos anteriormente ao poder constituído, no caso, o regime comunista apregoado na Rússia (e União Soviética) e seu posicionamento frente às políticas de Estado.

O artigo está dividido em duas partes, sendo que na primeira são apresentados os pressupostos da História das Mentalidades como campo de estudos da História, e na segunda se faz a discussão sobre o contexto revolucionário russo sob a perspectiva da análise dos discursos das obras de Bakhtin e Vigotski. Buscou-se com isso, aproximar as duas perspectivas de compreensão (análise das mentalidades e análise discursiva), a fim de que se possa estabelecer um quadro do solo epistemológico do pensamento social russo e sua influência no processo da revolução. Com essa aproximação, buscou-se colaborar para os estudos da historiografia em consonância com a história das mentalidades dadas as importantes contribuições dos métodos de análise de discurso para a pesquisa acadêmica.

### **A HISTÓRIA DAS MENTALIDADES NA HISTORIOGRAFIA**

Muito presente na historiografia mundial, a chamada História das Mentalidades fomentou numerosas discussões nos meios acadêmicos e deu orientação a diversas monografias, dissertações e teses, além de fornecer base para variada publicação científica que foi e está sendo produzida. Entretanto, esse campo de estudos é resultado de um longo e não linear processo de desenvolvimento da História.

Enquanto ciência viva e em constante transformação, a História possibilita diferentes abordagens sobre um mesmo tema. As linhas de pesquisa estão associadas a uma série de variantes e assim como os historiadores, estão situadas no espaço e no tempo. A História das Mentalidades teve um crescimento vertiginoso em fins da década de 1960 e início de 70, porém, já apresentava um declínio significativo nos anos 80. As mudanças sofridas também na chamada História Cultural - fruto de toda uma conjuntura daquele período - que vai culminar com a Nova História Cultural e onde esta não negará as Mentalidades, mas lhe dará uma leitura completamente nova; assim

como as modificações dentro da “escola dos anais” (*Annales*) com a terceira geração nos anos 70, serão determinantes para remodelar o próprio conceito de História das Mentalidades.

As formas que os homens concebem a história mudam com o tempo. A institucionalização da História enquanto disciplina acadêmica se deu no século XIX e tinha-se a compreensão nessa época, de que seu produto era a verdade. Os métodos e as técnicas (englobados de maneira geral na tendência filosófica chamada Positivismo) se aproximavam muito (ou se tinha essa pretensão) das ciências naturais e buscavam estabelecer leis gerais que funcionassem para todas as épocas e contextos históricos. Essa História era essencialmente eurocêntrica, uma vez que baseava toda a experiência humana na História da Europa. Prova disso, é a periodização da história em eras que contemplassem as fases da história europeia – e especificamente, a história francesa (história antiga, medieval, moderna e contemporânea).

A partir da década de 20 do século XX, uma série de pensadores começa a fazer crítica a essa proposta universalista e totalizante dos historiadores positivistas. Uma das principais mudanças foi na forma de abordar o fato histórico: se antes os positivistas acreditavam que o documento era a verdade e cabia ao historiador simplesmente organizar e transcrever os dados, agora cabe ao historiador lançar questionamentos sobre os documentos. Em outras palavras, cada geração de historiadores reescrevia a história, exatamente por que as questões de cada geração mudavam. A História positivista, de alguma forma havia sido superada pela chamada história-problema.

Os documentos não falavam por si próprios e cabia ao pesquisador problematizá-lo, ou seja, fazê-lo falar. Se antes, o passado dominava o presente, agora o presente se sobrepõe ao passado. Se agora os documentos não falam mais por si mesmos e se o mais importante são as perguntas que se fazem aos documentos, os problemas e as respostas suscitam novas fontes. Antes a história valorizava a história política, sendo assim, os problemas passam a ser outros (daí o termo Nova História) e conseqüentemente, as fontes precisam ser modificadas e não só o tratamento dado a elas. Apesar de todas as dificuldades de se lidar com uma nova concepção de História e de metodologia, a História-problema se tornou praticamente hegemônica nas academias e ajudou a renovar o pensamento histórico e a popularização da disciplina.

Ainda na primeira metade do século XX surgiu na França a Escola dos *Annales*, movimento que representava uma mudança na abordagem da História e que tinha como principais mentores Lucien Febvre e Marc Bloch. A revista francesa *Annales d'histoire économique et sociale* (iniciada em 1929), publicava os textos do movimento e trazia conteúdo reivindicador e renovador, assumindo posições altamente críticas em relação ao tipo de história que costumava ser realizada até então. O movimento criticava o isolamento acadêmico do historiador e

16

**Artigo: A História das Mentalidades: O Pensamento Social Russo Pela Ótica da Análise do Discurso.**

Rodrigues, José Humberto. Págs. 13– 22



defendia a aproximação com outras ciências, como a Sociologia, Antropologia e a Linguística. A Escola dos Annales propôs a ampliação do universo estudado pelos historiadores, tanto no objeto de estudo, como nas fontes a serem consideradas neste estudo. Por sua influência, a história deixou de ser estudada somente pelo ponto de vista de aspectos políticos, para considerar também, aspectos econômicos, sociais e culturais.

A História Cultural tem sua origem nos trabalhos de Febvre, Bloch e de seus seguidores, como Braudel e Chartier. Esta escola incluía o estudo dos objetos culturais, em seus aspectos materiais e os processos de produção, circulação, consumo e utilização prática. Constituíam-se novos objetos de pesquisa a cultura e o cotidiano escolar, os livros didáticos e as formas de aprender. As perguntas sobre a Educação são colocadas pela própria realidade e os estudos de suas transformações através da pesquisa histórica nos dão elementos de reflexão.

Como novos objetos, as pesquisas historiográficas incorporaram categorias teorizadas em outras áreas: gênero, etnia, geração, classe social. As crianças, as mulheres e as camadas populares são finalmente incluídas. As mudanças nas formas de pensar e agir do homem são também avaliadas e as emoções e mentalidades passavam a ser consideradas nos estudos. A inclusão das categorias e de aspectos de sentimentos e mentalidades ampliou e aprofundou a compreensão dos fenômenos educativos.

No Brasil, essa tendência não foi diferente e suscitou acirradas disputas por *establishment* nas linhas de pesquisa dos departamentos de História uma vez que, a postura científica herdeira do positivismo europeu do século XIX predominou desde as fundações das primeiras universidades neste mesmo século. Segundo essa tradição positivista a história geral e, também, a história da educação são encaradas como uma reconstrução real do acontecido. Sendo assim, a história deveria ser desprovida de pressupostos, opiniões próprias, e vivências. A escola positivista afirmava que, para contar sobre algum fato, é necessário nos distanciarmos da situação em questão. Essa história tendia a ser tornar casualista, ou seja, se organizava e construía a partir de causas e conseqüências, tendo um sentido. Os historiadores e professores privilegiam em seus estudos os acontecimentos políticos em detrimento das instâncias econômicas e sociais.

As décadas de 1960 e 1970 representam um marco de transformação no *establishment* da academia brasileira com o surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação. Esses cursos traziam novos referenciais teóricos e metodológicos que acabaram conduzindo a outra forma de se ver a História. A primeira grande contribuição foi feita por pensadores marxistas que propunham a revisão tanto do *status quo* da universidade quanto da própria sociedade. É importante lembrar que o contexto social, nacional e internacional do período, estava polarizado, dentro da lógica da Guerra Fria, em capitalismo *versus* comunismo. Como exemplo, vemos pelo poema de Brecht que,

17

**Artigo: A História das Mentalidades: O Pensamento Social Russo Pela Ótica da Análise do Discurso.**

Rodrigues, José Humberto. Págs. 13– 22

mais importante do que estudar os heróis e seus feitos, era estudar os homens comuns, os trabalhadores que de fato produziam a riqueza e construíam a sociedade.

A segunda grande contribuição foi feita por parte dos historiadores ligados à historiografia francesa da Escola dos *Annales* que também disputava hegemonia (junto aos marxistas) e chegava a posições de destaque nas universidades brasileiras. A USP, quando da sua fundação na década de 1930, recebeu uma “missão francesa” que contava, dentre outros vultos de renome internacional, com um dos principais líderes da Escola dos *Annales*, Fernand Braudel. Aqueles professores que se identificaram com as linhas de pesquisa de Braudel ainda tiveram que esperar por mais alguns anos até assumirem novas posições e implantarem as mudanças que julgavam necessárias. Essas mudanças se deram principalmente com a abertura desses cursos de pós-graduação na década de 1960 e que questionavam todo o modelo de ensino e pesquisa em História de até então. O mais importante eram as conclusões às quais se chega e a percepção subjetiva do que acontecia no contexto histórico, não apenas em algumas áreas e em alguns aspectos. Rompia-se com a visão essencialmente política, típica da história positivista, e a econômica (ligada aos pesquisadores marxistas). Ao contrário, as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento. O ponto de partida não é, desse modo, a pesquisa do documento, mas a colocação de um questionamento em relação a ele.

Essa superação dos postulados positivistas no campo da história da educação, se deu na medida em que esses historiadores incorporaram a ideia de que a História se faz a partir de qualquer traço ou vestígio deixado pela sociedade passada e que, em muitos casos, as fontes oficiais são insuficientes para compreender aspectos fundamentais. Embora a “revolução documental” também tenha atingido e marcado profundamente o campo da história da educação, os pesquisadores têm insistido na necessidade de, mesmo para aqueles que abordam novos temas e que se utilizam de fontes não- tradicionais, de recorrerem aos arquivos propriamente ditos, sem abandoná-los inteiramente. Um dos frutos desse movimento foi exatamente a chamada História das Mentalidades.

Sendo assim na década de 1980 há a chegada de uma leva de trabalhos dessa orientação (que já promovia debates e cisões na Europa e, sobretudo na França), assim como um aprofundamento da Escola dos *Annales* nas academias brasileiras. Toda essa confluência de teorias e métodos neste momento fará aflorar nas academias brasileiras uma produção vasta e rica, mas de grande complexidade uma vez que está influenciada tanto pelas correntes europeias como pela crise do marxismo em geral (e que até então, dominava produção

historiográfica brasileira). Nesta conjuntura as primeiras obras nacionais que tratam das mentalidades são produzidas<sup>5</sup>.

### **OS DISCURSOS SOBRE A REVOLUÇÃO**

É sob esta ótica, a saber, na perspectiva da História das Mentalidades, que situamos dois pensadores que marcaram profundamente novas formas de pensar a linguagem e o sujeito nessa sociedade que estava em processo de uma revolução que marcaria profundamente o mundo em dois polos distintos de pensamento e atuação do Estado. Bakhtin e Vigotski convivem com toda essa turbulência político social no processo da revolução, tendo papéis importantes na consolidação de um pensamento russo que iria modificar a forma de pensar, agir, educar o sujeito.

O questionamento que se faz é que com a Revolução Russa houve um predomínio de um pensamento que sempre é traduzido no corte abrupto entre Estado czarista e agrário para o Estado socialista e moderno. Com isso, uma cultura do esquecimento fez-se presente na historiografia russa, onde toda produção intelectual, social, política e cultural sempre esteve agregada ao novo regime político. Entender o campo de atuação, a construção e o desenvolvimento de um pensamento anterior da revolução, deve ser o papel dos intelectuais hoje para o entendimento de um pensamento russo que tem um processo histórico de longa duração (Le Goff). Conforme Daniel Aarão Reis (2000) a construção de um pensamento intelectual na Rússia tem seu início nas reformas culturais, políticas, econômicas e sociais através de Pedro, O Grande e Catarina II que buscam no contexto de modernização novos empreendimentos que serão fundamentais na produção de conhecimento e na formatação de um pensamento que seria mais tarde usado em todo o processo da revolução de 1917.

Nesse contexto podemos citar várias mudanças que acontecem anteriormente à revolução que de alguma forma foram esquecidas ou relegadas como menores, como o cinema que tem um grande papel dentro da sociedade russa. Com a revolução alguns nomes se destacam como os grandes cineastas ou que o cinema surgiu com a revolução, como o de Serguei Eiseinsten que estava comprometido com os rumos da Revolução, como o filme o *Encouraçado Pontekim, Outubro* dentre outros.

Porém percebemos que havia uma produção cinematográfica na russa no período czarista, em que o cinema tinha sua trajetória com sucesso e público, autores consagrados dialogam com a cultura russa e buscavam novas formas de manter a produção. De acordo com Ricardo Farias (2001) as ideias propagadas na revolução de 1917 têm seu início

---

<sup>5</sup> Obviamente, estamos desconsiderando vários trabalhos, sobretudo os da década de 1930, 1940 e 1950, como a trilogia de Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala, Sobrados e Mucambos e Ordem e Progresso*) e *Raízes do Brasil* e *Visões do Paraíso* de Sérgio Buarque de Holanda uma vez que nosso propósito são as influências das mudanças historiográficas europeias na produção brasileira principalmente na década de 1980.

com a produção de uma literatura que debatia os valores sociais, culturais, políticos e econômicos que a população agrária na Rússia convivia normalmente, levando pequenos grupos a questionar o *status quo* de uma aristocracia que mantinha seus domínios de privilégios.

Obras como **A Utopia** de Thomas Morus, **A cidade do sol** de Campanella, **Viagem a Icária** de Etienne Cabet, Sobre a propriedade de Pierre-Joseph Proudhon, Marx e Engels, além de pensadores que defendiam novas alternativas de governo e da participação popular foram fundamentais na construção de um pensamento que iria desembocar em todo processo revolucionário russo que se inicia por volta de 1905 finalizando com a tomada do poder na Revolução Russa. De acordo com Robert Darnton (1996) não podemos pensar nenhum projeto social de ruptura política-econômica sem inserir o pensamento iluminista forjando novas relações de poder e de pensamento.

Nesse caso o ideal iluminista também foi na Rússia czarista uma fonte de inspiração, ideário libertário, conhecimento e novas perspectivas no que tange à construção do sujeito e na formatação de um Estado. Para Hobsbawm o processo industrial que tomou conta da Europa, os ideais iluministas e a profusão das ciências foram passaporte para a sublevação das camadas populares e novas regras no jogo político na Europa ocidental e oriental.

Também não podemos deixar de citar o papel dos anarquistas, especialmente na figura do Bakunin que inflama o pensamento russo na metade do século XIX na Rússia czarista, culminando mais tarde no ideário da revolução.

Assim como o cinema tem influência em um contexto de entendimento da Rússia antes da Revolução, a literatura é ponto chave para o conhecimento do pensamento que predominava nesse período, como Fiódor Dostoievski, Nicolau Gogol, Leon Tolstoi dentre outros.

Para pensarmos a construção dos intelectuais e de um pensamento na Rússia, temos que delinear os intelectuais que estavam ao lado do Estado e os que eram tidos como pensadores livres, isto é, conforme Gramsci os intelectuais orgânicos. Tanto no período czarista, quanto na Revolução vários intelectuais agiram e construíram seu pensamento conforme sua ideologia.

Conforme Peter Burke o pensamento cultural tem seus ideários nos finais do século XVIII para o século XIX, sendo um aspecto efervescente que dominaria toda a idade moderna na Europa e demais sociedades. Esse período entre o final do século XVIII e século XIX, movimentos como a Ilustração e o Romantismo acentuaram ainda mais a importância do campo político, assim a historiografia da Ilustração abrange dois tipos de história e historiadores, cabendo a história interpretada pelos filósofos e as histórias produzidas por historiadores eruditos, ou seja, os antiquários que adentravam os campos da história factual.

Dessa forma, o discurso tornou-se amplamente ponto de equalização entre os grupos no debate russo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que Bakhtin e Vigotski tiveram várias influências na Rússia pré-revolucionária, havia um embrião que começou na metade do século XVIII com as primeiras revoltas das camadas populares contra a aristocracia dominante. O pensamento revolucionário dominante na revolução pode ser visto como uma construção através dos meios de comunicação da época, como jornais, panfletos, greves, conflitos nos campos e a pobreza que se alastrava por todo o território.

A história política da Rússia passa pelo crivo dos pensadores, da imprensa, dos medos e das revoltas; que foram sendo forjadas no solo fértil das diferenças sociais e na miséria.

Pensar um contexto da história das mentalidades é buscar compreender qual é o contexto para atuação dos intelectuais e como se construiu todo esse arcabouço teórico que viria predominar na sociedade.

Os múltiplos olhares históricos não deixam passar como invisível as nuances, os fragmentos do pensamento, como também a história da família, da infância, da morte, da loucura, do corpo, da beleza, do meio ambiente e da feminilidade se atribui ao conceito de história, ou seja, tudo o que há ou existe tem uma narrativa histórica. Tal apresentação emerge o relativismo cultural, de fato que todo pensamento ou estudo filosófico e pensamentos voltados para a história são construídos por meio da realidade sociocultural. Nesse sentido, o historiador compreende a necessidade de manter uma ligação interdisciplinar permanente na interação com a antropologia, a sociologia, psicologia ou mesmo a literatura no seu limiar devaneio de buscar compreender muitas vezes o incompreensível sentido do homem em compreender as mentalidades em um determinado tempo.

Os intelectuais russos forjaram novos caminhos para construir e reconstruir as bases da sociedade, elencando valores, fronteiras e identidades que foram fundamentais no processo revolucionário que marcou a Rússia no cenário mundial a partir de 1917.

Esse debate proporciona nos espaços escolares e nos de produção de sentidos que são desenvolvidos pelos integrantes da sociedade nos inúmeros lugares, sejam visuais ou virtuais, aproximações entre a construção de narrativas de pensar, refletir e buscar diálogos intermitentes entre todos os grupos de uma sociedade.

## **REFERÊNCIAS**

ARIÉS, Philippe. **A História das Mentalidades**. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DARTON, Robert. **O iluminismo como negócio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

FARIA, Ricardo de Moura. **As revoluções do século XX**. São Paulo: Contexto, 2001.

FENELON, Déa. **Pesquisa em História**: perspectivas e abordagens. In: Metodologia da pesquisa educacional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997

HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções (1789 – 1848)**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

\_\_\_\_\_. **A era do capital (1848 – 1875)**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009

\_\_\_\_\_. **A era dos extremos (1914 – 1917)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

LE GOFF, Jacques. **As mentalidades**: uma história ambígua. In: \_\_\_\_\_, NORA, P. *História*: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LOPES, Eliane, M. e GALVÃO, Ana. Maria. **História da Educação**: uma disciplina, um campo de pesquisa. In: História da Educação. Rio de Janeiro: DP&a, 2001.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003

REIS, Daniel Aarão. **Uma revolução perdida**; a história do socialismo soviético. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1997.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)**. São Paulo, 7 Letras, 2000.

STAM, Robert. **Bakhtin da teoria literária à cultura de massa**. São Paulo: Ática, 1992.

ULAM, Adam B. **Os bolcheviques**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

# **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: UMA REVISÃO SOBRE PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS**

Oliveira, Telma Gonçalves de<sup>6</sup>

## **RESUMO**

Com o notório desenvolvimento das nações, práticas de exploração dos recursos naturais se mostraram cada vez mais constantes, com vistas à obtenção do fortalecimento econômico desses países. Sob tal perspectiva, o presente trabalho investigou e debateu, por meio de uma revisão bibliográfica, os principais aspectos inerentes à relação entre meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade. Foram realizadas buscas em bancos de dados digitais, as quais apontaram uma enorme relevância da temática acerca do desenvolvimento sustentável, inclusive para o Brasil. Uma considerável parcela dos trabalhos selecionados e analisados destacou que a prática do desenvolvimento sustentável pode ser iniciada a partir da condução de estratégias de educação ambiental, sobretudo em um contexto escolar. Portanto, é necessário que cada indivíduo se reconheça como um agente de extrema relevância sobre o desencadeamento de problemas ambientais no ambiente em que vivem, de modo que ações cotidianas são fundamentais para a redução de danos ao meio ambiente. Desse modo, espera-se que medidas sustentáveis mais eficazes sejam implementadas no território nacional nos próximos anos, possibilitando uma melhor qualidade de vida inclusive para as gerações futuras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Equilíbrio. Natureza. Preservação. Sustentabilidade.

## **INTRODUÇÃO**

Ações antrópicas relacionadas a globalização e aos consequentes processos de urbanização e industrialização são responsáveis por uma considerável parcela de danos ambientais observados em todo o mundo, nos últimos anos. Como consequência, a poluição e degradação de recursos naturais, especialmente das águas, do ar e dos solos, é frequentemente observada no território mundial, mostrando-se bastante evidente também no Brasil (BRAVO et al., 2018; GARCIA et al., 2015).

Assim, uma exploração em massa dos recursos naturais tem sido descrita, em decorrência do desenvolvimento econômico de diferentes países. Além disso, um notório crescimento populacional é responsável por um consequente aumento em relatos de poluição de recursos

---

<sup>6</sup> Graduada em Ciências Biológicas pela UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), E-mail: [telma.o@yahoo.com](mailto:telma.o@yahoo.com)

naturais, sobretudo em decorrência do descarte errôneo e prejudicial de resíduos sólidos. O descarte de lixo urbano, por exemplo, tem contribuído substancialmente para a poluição de recursos naturais, prejudicando o equilíbrio ambiental e a sobrevivência de espécies animais e vegetais que vivem em determinada localidade (GARCIA et al., 2015; ROHWEDDER, 2019).

A inserção de recursos tecnológicos na sociedade contemporânea também tem sido correlacionada a devastadores problemas de poluição e degradação do meio ambiente. Desse modo, observa-se que o desenvolvimento da sociedade em geral, especialmente com vistas econômicas e tecnológicas, resultou na introdução de elementos que não constituem a natureza e, portanto, propiciaram a manifestação de diversos problemas e danos ao meio ambiente (BARBOSA, 2008; RODRIGUES, 2005).

Sob tal perspectiva, especialistas sugeriram a necessidade de se investigar ações de intervenção voltadas a uma maior preservação dos recursos naturais, de acordo com as especificidades de cada localidade e comunidade. O desenvolvimento sustentável, por conseguinte, compreende um desafio bastante evidente nas últimas décadas, visto que ações de preservação de recursos naturais se mostraram emergenciais em todo o mundo (BARBOSA, 2008; COSTA; TEIXEIRA, 2017; RODRIGUES, 2005).

Assim, a educação ambiental é sugerida como uma proposta promissora de conscientização popular acerca da necessidade de se preservar os recursos presentes na natureza. Como resultado, diferentes ações de sustentabilidade ambiental foram adotadas mundialmente, inclusive no Brasil (BEZERRA, 2020; BRASIL, 2007).

Considerando a enorme relevância relacionada ao crescimento de medidas de sustentabilidade ambiental na contemporaneidade, o presente trabalho apresentou o objetivo de investigar e descrever, a partir de uma revisão bibliográfica, o cenário atual envolvido na relação entre meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade. Os objetivos específicos incluíram a análise e o debate de algumas ações de educação e sustentabilidade ambientais empregadas na contemporaneidade.

## **METODOLOGIA**

Pesquisas foram realizadas nas bases de dados Google Acadêmico, Scielo, Science Direct e Pubmed, a partir da análise e seleção de artigos publicados em periódicos indexados, monografias, dissertações e teses. O período de busca abrangeu o período entre os últimos dez anos, ou seja, entre 2009 e 2019. Trabalhos anteriores a esta data, e considerados como essenciais para compor o presente estudo, também foram incluídos para análise.

Durante as buscas, foram utilizadas combinações dos seguintes descritores de pesquisa: "meio ambiente", "educação ambiental", "poluição" e "desenvolvimento sustentável". Inicialmente, os trabalhos foram analisados a partir dos respectivos títulos e resumo, sendo

24

**Artigo: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade: Uma Revisão Sobre Práticas Contemporâneas.**

Oliveira, Telma Gonçalves de. Págs. 23 - 29



escolhidos aqueles que se enquadraram no objetivo geral do presente estudo.

Uma ênfase foi considerada sobre a produção científica nacional, com o intuito de se identificar, caracterizar e debater a relevância temática do desenvolvimento sustentável para a população brasileira. Em seguida, os trabalhos que divergiram do objetivo do presente trabalho, foram excluídos de análise. Os demais trabalhos foram lidos na íntegra, de forma que os principais relatos de tais publicações, bem como aqueles apresentados pelas referências cruzadas mais relevantes, foram apresentados a seguir.

### **DESENVOLVIMENTO**

Nas últimas décadas, um intenso crescimento da população foi observado mundialmente, o qual foi acompanhado por um notório desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico. Com a inserção de novas tecnologias em todo o mundo, observou-se também uma maior degradação exploratória da natureza, resultando em uma imensa devastação de recursos naturais (BARBOSA, 2008; RODRIGUES, 2005).

Ao mesmo tempo, o descarte de produtos industriais, bem como de lixos urbanos, acarretou a poluição das águas, da atmosfera e do solo, em que uma série de problemas e danos ambientais foram reportados mundialmente. Desse modo, a implementação de ações que possibilitassem a preservação e recuperação dos recursos naturais e do meio ambiente se mostrou emergencial em diversas localidades do mundo (ANDRADE; FERREIRA, 2011; BRAVO et al., 2018; COSTA; TEIXEIRA, 2017).

Diante do exposto, a educação ambiental, com vistas à sustentabilidade de recursos naturais, compreende uma temática em ascensão na contemporaneidade, em que diferentes comunidades implementaram estratégias de preservação dos recursos da natureza. Concomitantemente, a legislação nacional foi adaptada para se incentivar e fiscalizar de modo mais contundente as ações realizadas, sobretudo por indústrias e empresas, acerca da preservação dos recursos naturais (COSTA; TEIXEIRA, 2017; SOUZA, CORAZZA, 2017). Tais medidas foram intensificadas a partir da realização da Eco-92 e da assinatura do Protocolo de Kyoto, as quais alertaram para a necessidade de se reduzir a emissão de gases poluentes na atmosfera. A partir de então, os países se comprometeram a traçar estratégias mais eficazes, voltadas para uma maior sustentabilidade e preservação do meio ambiente, de acordo com as especificidades de cada região (JACOBI, 2003; SOUZA, CORAZZA, 2017).

Nas últimas décadas, em decorrência das constantes alterações climáticas descritas em todo o planeta, a Organização das Nações Unidas (ONU) ampliou a condução de estudos que abordaram a problemática ambiental. Assim, foi proposto que o desenvolvimento sustentável fosse adotado mundialmente, garantindo o fortalecimento econômico dos países, em conjunto com ações que visassem a

25

**Artigo: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade: Uma Revisão Sobre Práticas Contemporâneas.**

Oliveira, Telma Gonçalves de. Págs. 23 - 29

preservação dos recursos naturais (BARBOSA, 2008; SETTE; RIBEIRO, 2011; SOUSA, 2005).

No Brasil, uma consolidação de problemáticas ambientais foi observada a partir da década de 1960, quando uma notória expansão de centros urbanos foi reportada ao longo do território nacional. Em seguida, em meados da década de 1970, o Brasil também evidenciou a chamada “crise do petróleo”, a qual fortaleceu o debate relacionado à relevância da ação humana sobre os danos ao meio ambiente (BARBOSA, 2008). A partir de então, o termo “desenvolvimento sustentável” se tornou cada vez mais evidente na população em geral, em que a importância da preservação da natureza foi enfatizada em todo o mundo. A redução da emissão de gases do efeito estufa na atividade canavieira do Brasil, por exemplo, foi sugerida como uma relevante medida de sustentabilidade prática no país (BARBOSA, 2008; JACOBI, 2003; SANTANA, 2016).

Apesar de constantes esforços para se solucionar as questões ambientais no Brasil terem sido evidenciados nos últimos anos, alguns especialistas destacaram que a temática ainda está embasada apenas nos discursos políticos (BARBOSA, 2008; RODRIGUES, 2005). De acordo com Rodrigues (2005), o discurso do desenvolvimento sustentável tem sido empregado por muitos políticos como uma forma de se ocultar contradições de classes e apropriações errôneas de riquezas naturais, sobretudo no território brasileiro.

Dessa forma, é necessário e de suma importância que ações mais contundentes e efetivas sejam implementadas pelo Poder Público. Em conjunto com a atuação das comunidades locais, assim, espera-se uma considerável redução de danos ambientais no território brasileiro, com o auxílio da prática de um desenvolvimento sustentável (BARBOSA, 2008; JACOBI, 2003; SOUSA, 2005).

Para isto, a educação ambiental tem sido sugerida como uma valiosa ferramenta de promoção de desenvolvimento sustentável no Brasil. A educação ambiental, por conseguinte, visa, a uma maior conscientização da população acerca do seu respectivo papel sobre a destruição do meio em que está inserida. Como consequência à interferência da ação humana na natureza, diferentes espécies animais e vegetais se encontram ameaçadas de extinção, prejudicando o equilíbrio daquele ambiente (JACOBI, 2003; SANTANA, 2016).

Neste contexto, a conscientização acerca da relevância em se preservar os recursos naturais deve ser debatida, em termos de oferta de uma melhor qualidade de vida tanto para a população contemporânea quanto para as gerações futuras. Diante do exposto, a atuação de diferentes profissionais sobre questões ambientais tem sido veementemente salientada por especialistas (BEZERRA, 2020; BRASIL, 2007; RODRIGUES, 2005).

Assim, profissionais como biólogos, geólogos e geógrafos, por exemplo, são capazes de identificar as principais ações de degradação ambiental realizadas por determinadas comunidades. Ao mesmo

26

**Artigo: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade: Uma Revisão Sobre Práticas Contemporâneas.**

Oliveira, Telma Gonçalves de. Págs. 23 – 29

tempo, tais profissionais podem detectar os prejuízos encontrados naquela localidade, sugerindo ações de preservação mais eficazes e contundentes à realidade de cada população. Ou seja, uma atuação profissional adequada é fundamental para se orientar à população acerca de atitudes cotidianas que contribuem para a manifestação de danos à natureza (RODRIGUES, 2005; ROHWEDDER, 2019).

Por conseguinte, a atuação desses profissionais também é requerida a fim de orientar a comunidade sobre novas medidas de obtenção de um desenvolvimento sustentável, voltado para os problemas evidenciados em cada região de território nacional. A gestão de resíduos sólidos compreende uma das principais abordagens de obtenção de um meio sustentável nos grandes centros urbanos (ANDRADE; FERREIRA, 2011; RODRIGUES, 2005).

Isso foi necessário em decorrência da enorme expansão da população mundial, resultando também em um maior descarte de lixos. Desse modo, taxas mais acentuadas de poluição das águas, solos e do ar foram reportadas, enfatizando a relevância de se descartar corretamente os resíduos provenientes da atividade humana, em ação conjunta à preservação dos recursos naturais (ANDRADE; FERREIRA, 2011; GARCIA et. al., 2018).

Neste contexto, Garcia e colaboradores (2018) recentemente destacaram que a problemática da gestão de resíduos sólidos compreende uma responsabilidade compartilhada no Brasil. Os autores reiteraram que os lixos urbanos compreendem o principal problema ambiental em grandes centros urbanos, em que ações emergenciais precisam ser efetivamente implementadas. Diante disso, a reciclagem de resíduos é apontada como uma promissora ferramenta para a reutilização de materiais que seriam descartados, possibilitando a preservação e até mesmo conservação de alguns recursos naturais.

Sendo assim, observa-se que a problemática ambiental representa um assunto bastante vigente e preocupante na atualidade, em decorrência da extensiva exploração humana dos recursos naturais. Portanto, a sugestão de medidas de preservação ambiental é de grande valia para a promoção de uma melhor qualidade de vida no Planeta Terra, a partir da manutenção do equilíbrio da vida nos mais variados ecossistemas terrestres (ANDRADE; FERREIRA, 2011; GARCIA et al., 2018).

Nesse sentido, a iniciação da educação ambiental no contexto escolar é considerada uma valiosa alternativa de promoção ao entendimento da importância de um desenvolvimento sustentável. No Brasil, muitas ações de reciclagem de lixo, por exemplo, foram recentemente conduzidas por estudantes. Tal fato demonstra que uma compreensão mais aprofundada acerca do papel de cada indivíduo sobre a obtenção de um desenvolvimento sustentável pode ser iniciada na infância (GARCIA et al., 2018; ROHWEDDER, 2019).

Por conseguinte, o estudante pode influenciar também outras pessoas de seu respectivo convívio, incentivando a prática de ações sustentáveis no cotidiano popular. Ainda mais, o incentivo de medidas

27

sustentáveis desde a infância é responsável pela formação de um ser crítico e consciente acerca de problemáticas vivenciadas no meio em que está inserido (BRASIL, 2007; BEZERRA, 2020).

Portanto, espera-se que os efeitos das ações sustentáveis, realizadas nos tempos atuais, sejam observadas também futuramente. Assim, é enfatizada a relevância de uma educação ambiental com vistas não somente para a obtenção de resultados momentâneos, mas sobretudo a longo prazo, beneficiando a vivência de gerações futuras no Planeta Terra (BRASIL, 2007; BEZERRA, 2020).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento econômico e social de muitos países é acompanhado por uma intensa exploração e degradação dos recursos naturais. Desse modo, medidas que visem um desenvolvimento sustentável se mostram emergenciais em todo o mundo, a fim de se preservar o equilíbrio ambiental do Planeta. Tal fato é de suma importância para a promoção e obtenção de uma melhor qualidade de vida para as gerações contemporâneas e futuras.

Em consequência, observa-se a necessidade de ações mais contundentes pelo Poder Público, a fim de se fiscalizar a realização de condutas sustentáveis por empresas e indústrias, por exemplo. Concomitantemente, a atuação popular é de suma importância, em que a prática de atividades cotidianas é capaz de impactar positivamente sobre a preservação e conservação do meio em que cada indivíduo se encontra inserido.

### **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, R. M.; FERREIRA, J. A. A gestão de resíduos sólidos urbanos frente às questões da globalização. **REDE – Revista Eletrônica do Prodemá**, v. 6, n.1, p. 7-22, mar. 2011.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**. v. 1, n, 4, p. 1-11, 2008.

BEZERRA, A. A. **Fragmentos da história da educação ambiental (EA)**. Disponível em: <<http://www.cefort.ufam.edu.br/dialogica/files/no3/Vol03-01-Fragmentos%20da%20historia%20da%20educacao%20ambiental.pdf>>. Acesso em 14 jun. 2020.

BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), 2007.

BRAVO, T. L.; PEÇANHA, A. L.; WERNER, E. T.; SANTOS, A. A. O. Educação ambiental e a percepção de coleta seletiva de lixo urbano em

Alegre, ES. **R. gest. sust. ambient.**, v. 7, n. 1, p. 375-396, jan./mar. 2018.

COSTA, B. S.; TEIXEIRA, A. C. E. A. Sociedades tradicionais, desenvolvimento econômico e meio ambiente: reflexões sobre a sustentabilidade como valor constitucional. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 7, n. 2, p. 145-167, 2017.

GARCIA, M. B. S.; NETTO, J. L.; MENDES, J. G.; XERFAN, F. M. F.; VASCONCELLOS, C. A. B.; FRIEDE, R. R. Resíduos sólidos: responsabilidade compartilhada. **Semioses**. v. 9, n. 2, p. 77-91, 2015.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

RODRIGUES, A. M. Problemática ambiental: agenda política, espaço, território, classes sociais. **Boletim Paulista de Geografia**. v. 1, n. 83, p. 91-109, 2005.

ROHWEDDER, E. **O curso de Ciências Biológicas e a formação do biólogo como monitor pedagógico diante da perspectiva do estudante**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2019.

SANTANA, A. C. **Redução de gases de efeito estufa na agroindústria canavieira brasileira**: discussão do instrumento crédito de carbono à luz da economia de baixo carbono. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SETTE, D. M.; RIBEIRO, H. Interações entre o clima, o tempo e a saúde humana. **Revista de Saúde, meio ambiente e sustentabilidade**. v. 6, n. 2, p. 37-51, 2011.

SOUSA, A. C. A. A evolução da política ambiental no Brasil do século XX. **Revista de Ciência Política**, n. 26, p. 1-14, 2005.

SOUZA, M. A. O.; CORAZZA, R. I. Do Protocolo Kyoto ao Acordo de Paris: uma análise das mudanças no regime climático global a partir do estudo da evolução de perfis de emissões de gases de efeito estufa. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 42, p. 52-80, 2017.

# EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL: ESTUDO DA ESCOLARIDADE DOS REEDUCANDOS E SUA RELEVÂNCIA NA VIDA DO REEDUCANDO

Silveira, Elaine Aparecida Rafino da<sup>7</sup>

## RESUMO:

A intenção deste artigo é refletir a respeito da educação no sistema prisional. A reinserção do sentenciado na sociedade é considerada inadmissível sem a educação e com base na legislação vigente como a Lei de Execuções Penais, na Lei 10.172 de 2001 que institui o Plano Nacional de Educação a educação deve ser prestada aos indivíduos privados de liberdade. O trabalho demonstra comparativos em relação ao nível de ensino dos presos, do quantitativo dos que estão em atividades educacionais, além da distribuição de acordo com o tipo de atividade de ensino, números demonstrados entre as esferas federal, estadual e municipal. Baseado nos valores obtidos e nos estudiosos citados conclui-se que existe uma legislação abrangente sobre a regularização e implementação da escola em Unidades Prisionais, mas o Governo necessita dar atenção especial para este fato em questão pois há um déficit de profissionais Pedagogos e a falta de estrutura física para o desenvolvimento das atividades educacionais, assim aumentará a qualidade de ensino e as vagas para os indivíduos privados de liberdade que precisa deste estímulo para poder de fato ser reinserido na sociedade quando acabar de cumprir sua pena.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Sistema Prisional. Reeducando.

## INTRODUÇÃO

A educação é um princípio constitucional e concebido por diversos estudiosos da área como a única forma de transformação do indivíduo e da sociedade, como meio de resgatar indivíduos a margem da sociedade e inseri-los socialmente como cidadãos críticos, reflexivos e participativos. Neste sentido, verifica-se que ao oportunizar o acesso à educação ao indivíduo privado de liberdade, de fato permite-se sua mudança e a chance de tornar-se um cidadão de bem.

A Lei de nº 7.210 de 11 de julho de 1984, Lei de Execuções Penais – LEP, na sua Seção V, descreve a assistência educacional aos presos. “Art. 17º. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.”

Segundo as pesquisas realizadas acerca da população carcerária, verifica-se que a mesma é integrada principalmente por jovens de baixas camadas econômicas, pouco ou nenhum nível de escolaridade e do sexo masculino. Tais estudos trazem uma visão de que essa população em grande parte encontra-se à margem da sociedade antes mesmo de adentrar o sistema penitenciário.

Como relata Moraes (2004), é inconcebível uma reabilitação sem os estímulos de educação, cultura ou formação profissional do reeducando.

Na mesma linha de pensamento Guareschi (2004), revela que a escola é um aparelho criado por um grupo dominante para reproduzir sua ideologia. Já a educação é um processo para tirar algo que já está dentro da pessoa, que este

---

<sup>7</sup>Pedagoga, Email: elainerafino@gmail.com

indivíduo possui suas potencialidades. Apenas precisam ser afloradas por meio de um instrumento que é o educador, que desenvolve importante papel na reconstrução sociológica deste reeducando.

Guareschi (2004) afirma ainda, que a educação deve ser vista como um direito, não para a reintegração. Claro que isso é muito importante, mas se a reintegração for impossível, a educação continua a ser um direito. Não se deve instrumentalizar a educação unicamente para um papel social ou do tipo político-social. A educação pode ser uma solução se for uma educação ao longo da vida, não apenas do tipo profissional ou a reeducação. É para muitos presos a primeira oportunidade de compreender sua história e de tratar de desenvolver seu próprio projeto de vida.

Doutro ponto é preciso saber de toda a complexidade, improvisação, e dispersão de ações que marcam o ensino dentro das prisões, contribuindo para uma educação de baixa qualidade. Essa fragilidade é causada pelo rápido aumento da população carcerária, e superlotação, devido à prisão ser a única resposta do Estado ao delito. Emoldurando este quadro dantesco está à lentidão do Estado em julgar, a falta de infraestrutura adequada, e a ingerência na hora de delegar responsabilidades pelo atendimento educacional, relatados por Carrera (2009).

Com base nas LEP e nestes pesquisadores, este trabalho justifica-se, pois a base da ressocialização de um indivíduo privado de liberdade é a educação, deste ponto será estudado no Presídio de Cataguases – MG, pegando como referência o ano de 2017, o sistema educacional que é dirigido aos apenados.

O objetivo deste estudo é verificar o número de reeducandos que estão participando de atividades escolares, fazer a relação com a quantidade de sentenciados que o presídio atende e o grau de escolaridade dos mesmos.

Desta forma será visto a necessidade e importância dos estudos no processo de ressocialização do indivíduo recluso, será verificado também qual nível de ensino precisa de mais atenção na escola desta Unidade Prisional.

### **DESENVOLVIMENTO**

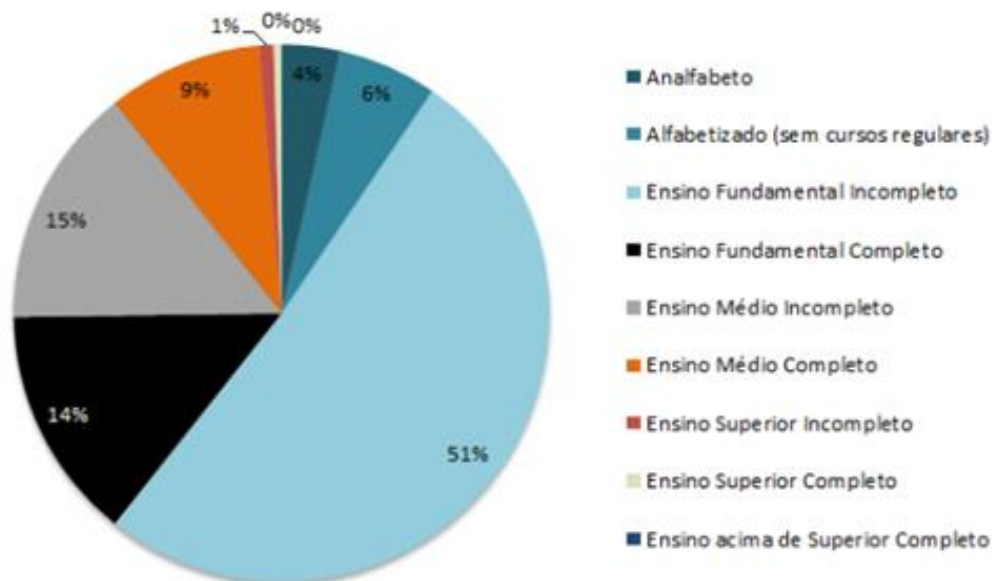
Segundo Santos (2005), no Brasil a educação penitenciária teve seu início em meados de 1979 e era executada por professores comissionados pela secretária e educação seguindo o calendário letivo das escolas oficiais e fazendo uso de material didático aplicado às crianças. Tudo isso foi mudado em 1988 quando a responsabilidade passa efetivamente a FUNAP (Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso) que saiu das bases da Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel, que já desempenhava um trabalho voluntário nas penitenciárias desde 1979.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, não contempla especificidades sobre a educação em espaços de privação de liberdade, o Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei nº 10.172 de 2001 corrigiu isto, na sua 17ª meta que prevê a implantação em todas as unidades prisionais, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como formação profissional, contemplando para esta clientela as metas relativas ao fornecimento de material didático-pedagógico pelo Ministério da Educação (MEC) e à oferta de programas de educação à distância.

Segundo pesquisa realizada pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, sob cerca de 70% da população privada de liberdade no Brasil (ou

482.645 pessoas) verificar-se-á o grau de escolaridade representado pelo gráfico abaixo:

Gráfico 01. Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Relatório detalhado – DEPEN, 2018.

Entre essa amostra, nota-se um baixo grau de escolaridade. Conforme gráfico 01, 75% da população prisional brasileira ainda não acessou o ensino médio, tendo concluído, no máximo, o ensino fundamental. Entre a população que se encontra no ensino médio, tendo concluído ou não, esta etapa da educação formal, observa-se 24% da população privada de liberdade.

Desta pesquisa mostra-se que no Estado de Minas Gerais - MG 3% da população carcerária é analfabeta, 7% são alfabetizados (sem cursos regulares), sua maioria com 57% possuem ensino fundamental incompleto e outros 13% o ensino fundamental completo, pessoas privadas de liberdade no estado de MG com ensino médio incompleto são 12% e completo são 7%, em se tratando de nível superior incompleto é 1% e 0% para ensino superior completo, identifica-se que 0% da população estudada possui nível acima do terceiro grau.

Na tabela abaixo pode ser visto o comparativo no número de indivíduos privados de liberdade envolvidos em algum tipo de atividade educacional.

Tabela 01 – Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais.

Local	Pessoas em atividades De ensino escolar		Pessoas em atividades Educacionais complementares		% total
	Número	%	Número	%	
Brasil	61642	10	12898	2	12
MG	8060	13	1838	3	16
Cataguases	63	22,5	0	0	22,5

Fonte: Relatório detalhado – DEPEN, 2018.



Verifica-se na Tabela 01, que os percentuais de pessoas privadas de liberdade envolvidas em alguma atividade educacional são pequenos em relação à quantidade total de reclusos. Nota-se também que no estado de Minas Gerais o percentual é acima da média nacional. Vê-se que o Presídio de Cataguases possui um percentual maior de sentenciados em atividades escolares, destacando-se neste quesito.

Em relação às atividades complementares 2% da população prisional total do país encontra-se envolvida em atividades de remição pela leitura ou pelo esporte e demais atividades educacionais complementares. O estado de Minas Gerais possui um percentual um pouco maior, sendo 3% da população. No Presídio de Cataguases não há atividades escolares complementares.

A Secretaria de Estado de Administração Prisional de Minas Gerais – SEAP/MG, visa ampliar o atendimento de ensino e profissionalização através de parcerias. A educação não formal (atividades complementares) é desenvolvida nas Unidades Prisionais através de atividades socioculturais, artísticas e esportivas, destacando-se: Projeto remição por leitura; Concurso de frases; Projeto contador de história, segundo o Plano Estadual de Educação nas Prisões (2015).

Na tabela a seguir, encontra-se detalhadamente a distribuição dos reclusos que estão matriculados e cursando atividades escolares de acordo com o nível de ensino.

Tabela 02 – Distribuição dos presos de acordo com o tipo de atividade de ensino.

Local	Alfabetização		Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Brasil	9833	16	31112	50	14396	23	540	1
MG	991	12	4951	61	1669	21	187	2
Cataguases	8	12	37	58	18	28	0	0

Fonte: Relatório detalhado – DEPEN, 2018.

Entre as que se encontram em algum tipo de atividade de ensino escolar dentro do sistema prisional, concentram-se as atividades no ensino fundamental com número de 50% nacionalmente, este número é maior em Minas Gerais chegando a 61%, na cidade de Cataguases este percentual é de 58%, conforme tabela acima.

Cabe ressaltar que o ensino fundamental é destacado na Lei de Execução Penal como nível educacional que deve, obrigatoriamente, ser oferecido no sistema prisional, sendo que a oferta dos demais níveis depende da demanda da população e da disponibilidade de professores e infraestrutura.

Embora esteja preconizada em leis, percebe-se certa restrição às oportunidades educacionais fornecidas nos presídios, pois apenas o ensino fundamental foi tido como obrigatório, não se nota a garantia e possibilidade de acesso ao ensino médio ou superior para os detentos que cumprem pena em regime fechado, violando assim as normas da constituição que solicitam como dever do estado a “progressiva universalização do ensino médio gratuito” (artigo 208, inciso II) e o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (artigo 208, inciso V).

De acordo com o Plano Estadual de Educação nas Prisões (2015) o Pedagogo da Secretaria de Estado de Administração Prisional- SEAP é referência de ensino nas Unidades Prisionais e realiza interface com a Secretaria de Estado de Educação - SEE.

O capítulo III do Plano Nacional de Educação, no que tange a Educação de Jovens e Adultos enfatiza a necessidade de implantação, em todos os estabelecimentos penitenciários e de atendimento a adolescentes e jovens infratores de programas educacionais em nível fundamental e médio e de formação profissional (BRASIL, 2001).

Mas o Presídio de Cataguases não possui servidor lotado com esta capacitação, o que interfere diretamente nos números vistos acima, pois os profissionais da Secretaria de Estado de Educação ficam sobrecarregados, além de serem profissionais contratados anualmente o que interfere no planejamento e desenvolvimento dos projetos educacionais.

O capítulo III do Plano Nacional de Educação, no que tange a Educação de Jovens e Adultos enfatiza a necessidade de implantação, em todos os estabelecimentos penitenciários e de atendimento a adolescentes e jovens infratores de programas educacionais em nível fundamental e médio e de formação profissional (BRASIL, 2001).

De acordo com Gomes e Nunes (2008) é necessário investir em soluções que possibilitem um norteamento para estas escolas, repensando uma maneira eficaz de se atingir os objetivos deste público que, de alguma forma, é diferenciado das outras escolas. É preciso propor uma educação para o Sistema Prisional que vai além do ensino da leitura e da escrita. Uma escola que respeite o sujeito preso como humano e leve ao interior das prisões o ato nobre da educação, contribuindo então, para o trabalho árduo de uma ressocialização.

O capítulo III do Plano Nacional de Educação, no que tange a Educação de Jovens e Adultos enfatiza a necessidade de implantação, em todos os estabelecimentos penitenciários e de atendimento a adolescentes e jovens infratores de programas educacionais em nível fundamental e médio e de formação profissional (BRASIL, 2001).

Neste sentido, vale ressaltar que a educação é importante na recuperação dos indivíduos privados de liberdade, pois muitos têm baixos padrões de escolaridade. Uma parcela significativa não domina as competências básicas de leitura e escrita. Esse baixo nível de escolaridade afetou suas vidas e pode ter contribuído para que cometessem delitos, por isso os programas e projetos de educação nos presídios são importantes para desenvolver nos encarcerados seu senso de autovalorização.

## **METODOLOGIA**

Para elaboração do presente artigo, optou-se pelo estudo quantitativo, com base na revisão da literatura de livros e artigos publicados na base de dados do Google Acadêmico e bibliotecas virtuais. Também realizou-se a análise documental do Código Penal Brasileiro; Lei de Execuções Penais; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Plano Nacional de Educação; Constituição Federal de 1988.

Priorizou-se os materiais publicados nos últimos dez anos. Contudo, também foram utilizadas fontes mais antigas quando de muita importância para a abordagem. Os critérios de inclusão foram as fontes confiáveis e relevantes

acerca do processo de ressocialização de presos e de programas educacionais no sistema prisional.

Realizou-se pesquisa de campo no Presídio de Cataguases

Foram utilizadas nas buscas os descritores: Educação. Sistema Prisional. Reeducando.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante de todo material exposto, de toda pesquisa realizada, percebe-se que a legislação vigente é bastante abrangente e discriminada, assegurando o acesso do reeducando aos estudos, sendo eles de forma presencial e até de programas à distância.

Os gráficos mostram que o nível de escolaridade dos sentenciados encontra-se nos anos iniciais de estudo, que no caso deve ser o foco das ações, pois a baixa escolaridade dificulta a reinserção do sentenciado na sociedade como um todo e principalmente no mercado de trabalho.

Percebe-se que é necessário também dar ênfase a atividades extra curriculares, pois estas auxiliam na permanência e no sucesso educacional dos reeducandos. É de conhecimento de todos que a situação do sistema prisional é delicada, apesar de conseguir oferecer a educação formal, não abrange vagas para toda a população carcerária, além da falta de profissionais especializados para o desenvolvimento e acompanhamento das ações escolares. Portanto, é necessário que o Governo se atente mais para esta situação e promova a contratação de Pedagogos na Secretaria de Estado de Administração Prisional para que os mesmos desenvolvam o trabalho em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação, além de melhorias na parte estrutural das Unidades Prisionais para o aumento de salas de aula e conseqüentemente de vagas de estudo.

A problemática exposta é muito importante e precisa de atenção do Governo e de todos os servidores que estão envolvidos, pois através do estudo o sentenciado será ressocializado.

O sistema carcerário precisa de uma educação que se inquiete primeiramente com o desenvolvimento de capacidade crítica e criadora do indivíduo, com capacidade de despertá-lo para possibilidades de escolhas e para a relevância delas para sua vida e para a sociedade, o que só é oportunizado pela conscientização que instrumentaliza o sujeito para que firme compromisso de mudança com sua história.

Contudo, é essencial que o Ministério da Justiça e os órgãos competentes assumam a educação como uma das políticas de reinserção social e, em articulação com os Ministérios da Educação, da Saúde, da Cultura etc., definam as diretrizes nacionais para o “tratamento penitenciário e socioeducativo”, visando à construção coletiva de uma política pública voltada à alfabetização e à elevação de escolaridade da população privada de liberdade e egressa no contexto das políticas de Educação de Jovens e Adultos.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Presidência da República. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei de execução Penal**. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.

CARREIRA, Denise. **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras** / Denise Carreira e Suelaine Carneiro – São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009.

DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório detalhado**. Disponível em: <[http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio\\_2016\\_22-11.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorio_2016_22-11.pdf)>. Acessado em março de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **MEC e Pronatec incentivam capacitação em sistema prisional**. Portal do Governo, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/47051>. Acesso em: 12 de nov. de 2018.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GOMES, S. F.; NUNES, S. C. **O olhar do supervisor escolar para as políticas públicas das escolas prisionais**. Trabalho de Conclusão de Curso. 2008.

Governo do Estado de Minas Gerais. **Plano Estadual de Educação nas Prisões**. Belo Horizonte/MG. 2015.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia social crítica: como prática de libertação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SANTOS, Síntia Menezes. **Ressocialização através da educação**. 2005.

# **A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA DE ENFERMAGEM EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE**

Amorim, Morgana Gomes de<sup>8</sup>

## **RESUMO**

A atividade do enfermeiro auditor é um campo bastante complexo, pois compreende a questão da gestão na área da saúde, com o objetivo de redução de custos e aumento da eficácia no processo de registro e melhora da qualidade da assistência prestada ao paciente, promovendo ainda o desenvolvimento sustentável da instituição e a saúde financeira. Para que isso se torne possível, é necessário a verificação e análise dos registros do atendimento ao cliente, pois isso irá assegurar o cuidado necessário a quem está recebendo o atendimento. O objetivo desta pesquisa é verificar a importância da auditoria e o papel do enfermeiro auditor. Trata-se de uma pesquisa científica realizada através de uma revisão bibliográfica de literatura, mediante uma busca eletrônica nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde – BVS que possui em seu acervo a base de dados BIREME (Biblioteca Regional de Medicina), LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), MEDLINE (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica), e SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e Google acadêmico. A auditoria hospitalar é uma ferramenta relativamente recente no controle das despesas e controle da qualidade do atendimento, entretanto, sua prática é essencial para o equilíbrio financeiro da instituição e melhora da qualidade da assistência ao cliente. A função do enfermeiro auditor é fiscalizar ou auditar os serviços realizados, e orientar toda a equipe multiprofissional sobre a importância do preenchimento correto do prontuário, além de sanar as dúvidas e promover a educação e conscientização contínua da equipe envolvida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Auditoria. Enfermeiro auditor. Qualidade da assistência.

## **INTRODUÇÃO**

A prática da auditoria iniciou-se no século XII, na Inglaterra, tendo iniciado primeiramente na rotina de empresas, e vem sendo utilizada para o controle de bens. Entretanto, no princípio, não havia uma regulação, mas com o sucesso e o aumento de lucros obtidos em virtude desta prática, obrigou seus praticantes a regulamentar e aprimorar suas ações, de modo que esta prática deixou o campo das ciências exatas, partindo para diversas outras áreas, com destaque

---

<sup>8</sup> Enfermeira assistencial graduada pela Universidade Uniitalo. Pós graduada em Urgência e emergência, Gestão e auditoria em Serviço de Saúde, e-mail: morganaed@hotmail.com

importante para a área da saúde, primeiramente nos serviços públicos, e posteriormente estendendo-se para as instituições privadas (OLIVEIRA; GOMES; PORTO, 2012).

Já no Brasil, a auditoria foi promulgada através da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, a qual estabeleceu que o Ministério da Saúde passasse a acompanhar o uso de recursos repassados aos estados e municípios, por meio da coordenação, avaliação técnica e financeira destes recursos (BRASIL, 1990).

O prontuário médico se apresenta como uma ferramenta legal de fundamental importância na verificação da qualidade da assistência dispensada aos pacientes, na qual são reunidos diversos documentos organizados e padronizados sobre o registro dos cuidados prestados pela equipe multiprofissional de saúde que está envolvida no atendimento. Desta forma, tanto os registros são de extrema importância tanto no caso de haver dúvidas a respeito dos procedimentos realizados quanto possibilita a verificação e análise das anotações e evoluções de enfermagem, e o preenchimento incorreto pode resultar em divergências quanto aos gastos hospitalares, que irão acarretar prejuízos financeiros à instituição (CAMARGO; PEREIRA, 2017).

A auditoria na enfermagem visa investigar a qualidade da assistência prestada aos pacientes através da análise do prontuário, visitas *in loco*, e também gerenciar os custos decorrentes dos serviços de saúde (SILVA; LIMA; SOUSA, 2016).

De acordo com o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2001), coordenar a equipe de auditoria, prestar consultoria, atuar preventivamente na diminuição de danos aos pacientes no que diz respeito à assistência inadequada, além de participar na elaboração de contratos de saúde e atuar em bancas examinadoras são algumas das competências do enfermeiro auditor.

O enfermeiro que atua na equipe de auditoria deve agregar competências que incluem conhecimento sempre atualizado, discrição, sigilo, autonomia, independência, tudo isso através de uma visão holística, uma vez que a enfermagem é uma profissão que está em constante expansão, e exige do profissional capacitação e treinamento constantes (SILVA; LIMA; SOUSA, 2016).

A falta de registros e da clareza das informações a respeito das atividades exercidas pela enfermagem acarreta perdas consideráveis tanto administrativa quanto economicamente para o serviço público, e por isso a auditoria se torna indispensável no controle e redução de perdas, auxiliando na melhora da qualidade da assistência. Entretanto, para que isso se torne possível, os profissionais da enfermagem precisam ter vasto conhecimento sobre a importância dos registros de enfermagem, estarem comprometidos e trabalhar em consonância com a equipe multiprofissional, e cabe aos gestores em saúde e políticas públicas governamentais promover capacitação e treinamento constantes para a melhora nesses processos.

Com base nestas informações, esse estudo se justifica pela relevância dos registros de enfermagem e a auditoria de enfermagem como ferramentas essenciais que visem o controle contábil e econômico das instituições de saúde, com enfoque na sustentabilidade e controle dos processos assistenciais, por meio das produções científicas disponíveis e que correspondem aos objetivos da temática proposta e que respondam à questão norteadora da pesquisa: qual a importância da auditoria de enfermagem e o papel do enfermeiro auditor?

## **DESENVOLVIMENTO**

Criado em 1993 pela Lei nº 8.689 e regulamentado dois anos mais tarde pelo Decreto nº 1.651, o Sistema Nacional de Auditoria (SNA) atua de maneira descentralizada, de acordo com o preconizado pelo Decreto, possuindo agentes em todas as unidades federativas do país, sendo a auditoria reconhecida como um instrumento de qualificação da gestão, visando o fortalecimento do SUS, através de orientações ao auditado, com o objetivo de ampliar e melhorar a qualidade da atenção à saúde oferecida aos usuários, estando o amparo ao cidadão e a defesa da vida acima da produção ou faturamento (MS, 2017).

A atividade de auditoria, realizada no âmbito das unidades de auditoria do Ministério da Saúde, é crucial para a melhoria da qualidade das ações e dos serviços no SUS. Os relatórios produzidos pelas auditorias materializam-se em instrumentos utilizados para detectar irregularidades e oportunidades de melhoria na gestão do SUS, desde que elaborados observando-se princípios, métodos e técnicas apropriados. Por isso, constituem-se em um produto relevante, um instrumento informativo e construtivo, de alta credibilidade pública, reconhecidamente imprescindível na tomada de decisões dos gestores de todas as esferas do SUS (MS, 2017).

## **AUDITORIA HOSPITALAR**

A auditoria hospitalar é uma ferramenta em gestão que tornou-se indispensável, e embora um tanto quanto recente, e levando em consideração que fora implementada inicialmente apenas para o controle de gastos hospitalares, sua incumbência tem sido aprimorada, de modo que sua importância e eficiência fosse estendida também para a melhora da qualidade da assistência ao paciente, através do aperfeiçoamento dos registros efetuados pela equipe de enfermagem, em que o enfermeiro assistencial atua ativamente na observação, avaliação e análise desses registros, reunindo qualidades necessárias como liderança da equipe e o cuidado e contato direto com os pacientes, onde estão envolvidas práticas como a verificação dos

registros realizados pela equipe, além da qualidade do atendimento dispensado (OLIVEIRA JÚNIOR; CARDOSO, 2017).

Com base no conceito de gestão, as instituições e empresas de um modo geral buscam a auditoria não apenas pela obrigação de auditar contabilmente suas finanças, mas pela segurança das informações disponibilizadas pelas auditorias, que proporcionam melhor gerenciamento por parte de investidores e administradores, uma vez que a auditoria permite analisar registros, documentos e notas que são utilizados cotidianamente para a manutenção e controle de uma instituição, cuja análise permite a elaboração de um parecer com informações fidedignas (OLIVEIRA; GOMES; PORTO, 2012).

De acordo com o Ministério da Saúde, o conceito de auditoria corresponde a uma atividade de avaliação independente e um assessoramento da administração, que se pauta na avaliação das necessidades de adequação, eficiência, no que diz respeito à ação, a eficácia, que é o resultado obtido, a efetividade, que abrange os quesitos de custo/benefício, e também a qualidade das práticas em saúde, tanto no aspecto quantitativo, que envolve a produtividade, quanto nos aspectos qualitativos e contábeis, atrelados aos custos operacionais de cada instituição, sempre observando os aspectos éticos e legais (BANDEIRA et. al.; 2015).

A auditoria consiste no exame sistemático e independente dos fatos obtidos através da observação, medição, ensaio ou outras técnicas apropriadas, de uma atividade, elemento ou sistema, para verificar a adequação aos requisitos preconizados pelas leis e normas vigentes e determinar se as ações de saúde e seus resultados estão de acordo com as disposições planejadas (MS, 2011).

A análise de contas, especialmente as que correspondem à assistência em saúde, remete, indubitavelmente à auditoria, que inicialmente foi implementada na profissão de contabilidade, por meio do gerenciamento, possibilitando a realização de levantamentos e avaliação das entradas e saídas, ou seja, de despesas e receitas, permitindo a identificação de irregularidades, e, conseqüentemente a busca por melhorias, adequações e soluções que se fizessem necessárias (CAMARGO; PEREIRA, 2017).

### **O ENFERMEIRO AUDITOR**

A atuação da enfermagem associada à auditoria proporciona uma análise constante de indicadores assistenciais, desde a atuação na gestão hospitalar, ao controle de custos, sobretudo no que diz respeito ao uso de materiais e medicamentos pelas equipes de enfermagem, além de promover o levantamento de custos inerentes à assistência, que permitirão traçar metas gerenciais e indicar a necessidade de tomada de decisões por parte do corpo gestor da instituição, através

40

**Artigo: A Importância da Auditoria de Enfermagem em Instituições de Saúde.**

Amorim, Morgana Gomes de. Págs. 37 - 52



da provisão e adequação dos insumos utilizados, usando como base a conferência correta dos recursos necessários para uma assistência de qualidade (SILVA; RODRIGUES; PIRES, 2016).

Ao que diz respeito à atuação do enfermeiro auditor em hospitais, Dorne e Hungare (2013) citam a análise do Prontuário Médico, para verificar se está corretamente preenchido em todos os campos médicos e de enfermagem, dentre as observações ressaltam a importância do histórico clínico, registro diário de prescrição e evolução do paciente, checagem dos serviços, relatórios cirúrgicos e anestesiológicos, análise completa e avaliação da conta hospitalar, se está de acordo com o procedimento/tratamento realizado, participar e oferecer treinamento e capacitação à equipe de enfermagem, analisar contas e glosas, identificar falhas ou necessidade de reestruturação das tabelas vigentes sempre que necessário, realizar relatórios pertinentes relacionado à glosas negociadas, aceitas e não aceitas, atendimentos realizados, oferecer sugestões de mudanças nos parâmetros estabelecidos, estar constantemente atualizado e atualizar a equipe com relação aos serviços e recursos disponíveis na instituição, estar por dentro dos preços gastos e custos, que possibilite utilizar sempre que necessário os dados obtidos com objetivo de melhorar o serviço de auditoria, o que implica em reunir conhecimento de custos de cada setor, onde é possível reduzir gastos, além de dados estatísticos e conhecer o perfil dos profissionais envolvidos.

De acordo com Tibúrcio, Sousa e Santos (2019), para o desenvolvimento eficiente da prática de auditoria de enfermagem, as habilidades técnicas são fundamentais, sendo, portanto, uma qualidade indispensável para que o enfermeiro auditor tenha a capacidade de desenvolver um serviço de excelência em instituições hospitalares, sempre prezando pelo aperfeiçoamento administrativo em todos os processos que envolvem perdas e lucros, além do aprimoramento da assistência oferecida aos pacientes.

Já para Moraes, Gonçalves e Amaral (2017), o conceito da auditoria em enfermagem corresponde a um método de revisão e controle, utilizado para apresentar a eficácia das práticas desenvolvidas à administração, porém, considerando que seu objetivo não se resume apenas em apontar erros, problemas e falhas, mas, principalmente permitir a discussão e o estabelecimento de sugestões que levem a soluções mediante métodos preventivos e educacionais, de modo que o serviço de auditoria de enfermagem possa ser uma poderosa e necessária ferramenta na identificação de possíveis inconsistências nos registros de enfermagem.

Ainda para os mesmos autores, o enfermeiro auditor possui um papel fundamental nas instituições de saúde, podendo contribuir significativamente na melhoria dos processos assistenciais, promovendo a educação permanente e aprimorando o conhecimento técnico, científico e profissional de sua equipe, beneficiando-se dos padrões definidos para alcançar o êxito e a excelência do cuidado.

41

**Artigo: A Importância da Auditoria de Enfermagem em Instituições de Saúde.**

Amorim, Morgana Gomes de. Págs. 37 - 52

Infelizmente na percepção de alguns enfermeiros auditores, a auditoria em muitas instituições, sobretudo privadas, possui um objetivo mais financeiro do que relacionado à melhora da qualidade da assistência:

Nos discursos, as enfermeiras tentam negar a finalidade do controle financeiro de sua prática, buscando demonstrar que esse é um objetivo secundário e que a preocupação com a qualidade do atendimento é a prioridade da auditoria. No entanto, esse parece ser um ideal sustentado por algumas das entrevistadas, pois ao descreverem o dia-a-dia de sua prática fica evidente que suas ações não se dirigem para esse fim. Admitir que sua prática é voltada para o controle financeiro pode ser desconfortável para profissionais que tem a sua formação voltada para o cuidar e uma prática que carrega, historicamente, a marca do servir (PINTO; MELO, 2010).

### **CLASSIFICAÇÃO DAS AUDITORIAS**

As auditorias podem ser classificadas conforme a finalidade do processo, e podem ser executadas através de alguns parâmetros:

- **A execução** (analítica ou operativa): a analítica consiste na análise dos relatórios, documentos e processos, que objetivam subsidiar a verificação *in loco*, de modo a compor o planejamento da auditoria operativa, entretanto, pode ser concluída sem a necessidade da ação operativa, esta que consiste na verificação *in loco* do atendimento aos requisitos legais e normativos, responsáveis pela regulação dos sistemas e atividades relacionadas à saúde, de modo que seja possível examinar documentos, situações que possam necessitar de adequação, conformidade, eficiência, economia, legalidade, legitimidade, eficácia e eficiência nos processos com intuito principal de atingir os objetivos (BRASIL, 2011);
- **O método** (prospectiva, concorrente ou retrospectiva): a auditoria prospectiva consiste na análise dos procedimentos médicos anteriormente à internação do paciente; a auditoria concorrente é realizada durante a internação do paciente, momento em que se acompanha as autorizações dos procedimentos realizados ou a serem realizados; A auditoria retrospectiva ou de contas hospitalares é realizada após a alta do paciente, momento em que se verifica todos os procedimentos realizados durante a internação (TEIXEIRA, 2019).
- **A forma de intervenção** (interna ou externa); a auditoria interna é realizada por profissionais treinados e capacitados da própria instituição. Já a externa, é realizada de forma externa ou independente, por profissionais contratados

42

**Artigo: A Importância da Auditoria de Enfermagem em Instituições de Saúde.**

Amorim, Morgana Gomes de. Págs. 37 - 52

especialmente para efetuar a auditoria, mas que não pertencem ao quadro de funcionários interno da instituição (SIQUEIRA, 2014 apud KURKGANT, 1991).

- **O tempo** (contínua ou periódica); a auditoria contínua ou permanente ou ainda de acompanhamento, consiste em uma avaliação constante da assistência ao paciente, durante todo o período pré-estabelecido, e é realizada em períodos certos, sem interrupção. A periódica ou temporária é executada em períodos pré-estabelecidos, não apresentando características de continuidade, uma vez que sua observação se dá de forma isolada e por períodos pré-determinados (TIBURCIO; SOUSA; SANTOS, 2019 apud SANTANA; SILVA, 2009).
- **A natureza** (regular ou especial); A auditoria regular ou ordinária é efetuada com o intuito de analisar e verificar as fases específicas de uma atividade, ação ou serviço, sendo esta realizada em caráter de rotina. A auditoria especial ou extraordinária é feita em casos de denúncias e indícios de irregularidades administrativas, de acordo com a demanda e necessidade de apurações.
- **Ao limite** (total ou parcial). Para Siqueira (2014), a auditoria total envolve todos os setores de uma instituição, enquanto a auditoria parcial, envolve somente alguns serviços específicos da instituição.

Já de acordo com Moraes; Silva e Camilo (2016), há três tipos de auditoria:

- **Pré-auditoria:** consiste em qualquer estimativa dos métodos médicos, ou seja, uma auditoria prévia que analisa a melhoria da qualidade mediante análise e exames obtidos;
- **Auditoria concorrente ou de supervisão:** consiste numa análise dos procedimentos vinculados ao paciente, em que o enfermeiro auditor irá analisar o registro do paciente durante a internação;
- **Auditoria de cálculo ou revisão de cálculos:** é uma análise dos métodos utilizados de forma retrospectiva, com ou sem registro médico, geralmente realizada na alta hospitalar.

Para Camilo e Mota (2018), a atividade do auditor é vista pela equipe de enfermagem como um controle financeiro, uma vez que o mesmo estabelece leis e decretos relacionados às contas, porém, o objetivo principal de uma auditoria é avaliar a qualidade dos serviços e da assistência oferecida aos pacientes, no intuito de garantir os direitos dos pacientes, e quando a instituição é pública, resguardar os direitos também do estado, já que é através desses registros que o governo destina as verbas, e quando a instituição for particular, resguardar os investimentos e controle financeiros.

Desta forma, é imprescindível que o profissional que compõe a equipe de enfermagem assuma uma postura ética, com base nos princípios que norteiam esta profissão sempre que for realizar qualquer atividade

43

**Artigo: A Importância da Auditoria de Enfermagem em Instituições de Saúde.**

Amorim, Morgana Gomes de. Págs. 37 - 52

de saúde, tanto em procedimentos simples quanto nos mais complexos, tendo sempre a idoneidade e a transparência como alicerces morais. Mesmo que à primeira vista o preenchimento possa parecer banal ou desnecessário, é fundamental que toda a equipe tenha ciência e sejam educados para que o correto preenchimento colabore com o aperfeiçoamento e crescimento da equipe e da qualidade do atendimento (BLANK; SANCHES; LEOPARDI, 2013).

Siqueira (2014) salienta que de acordo com a Norma Regulamentadora Brasileira ISO 9000:2000, a atividade de auditoria é basicamente uma coleta de dados e informações para avaliar o atendimento e verificar se o mesmo atende aos requisitos especificados, analisando as evidências de conformidade, verificando a necessidade de correções ou aprimoramentos, não podendo confundir a prática da auditoria com supervisão ou inspeção, ou seja, o objetivo da auditoria não é identificar culpados pelas não conformidades, mas, proporcionar soluções para que as mesmas sejam solucionadas.

### **METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada por meio de uma busca eletrônica na base de dados LILACS (Literatura Latino Americana em Ciências da Saúde, SciELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e Google Acadêmico, usando as palavras chaves: Auditoria. Enfermeiro auditor. Qualidade da assistência.

O período de coleta de dados foi de janeiro de 2020 a abril de 2020. Os critérios utilizados para o levantamento bibliográfico foram: artigos completos, disponíveis nas referidas bases de dados, no idioma português, e publicados nos últimos dez anos. Após a identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados: os títulos e resumos dos artigos foram lidos, e aqueles que contemplavam os critérios de inclusão foram lidos na íntegra.

Como critério de exclusão foram descartados artigos cuja temática não era pertinente aos objetivos do estudo, que não foram publicados em língua portuguesa, data de publicação superior a dez anos e artigos com duplicidade de conteúdo.

A avaliação dos estudos incluídos na revisão e interpretação dos resultados, com o objetivo de favorecer a validação da seleção das publicações para análise, os artigos foram escolhidos mediante seleção independente, considerando os critérios de inclusão e exclusão, e norteados pela pergunta da pesquisa. Este processo de validação da seleção da amostra final dos artigos permitiu a inclusão de estudos que apresentassem consistência e contribuíssem para o alcance do objetivo e a exclusão de outros que não contemplassem os requisitos necessários.

Esta pesquisa é composta por 14 artigos publicados entre 2010 e 2019, além de publicações dos sites oficiais do Ministério da Saúde e COFEN. Da análise dos estudos apresentados, emergiram diversas áreas temáticas que foram apresentadas no quadro 1 e classificadas por:

data de publicação em ordem decrescente, título, autor (es), revista e principais resultados.

Quadro 1.

<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autor (es)</b>	<b>Revista</b>	<b>Principais resultados</b>
2019	O papel da auditoria de contas na gestão hospitalar. Universidade Federal de Minas Gerais.	TEIXEIRA, G.M.	Repositório UFMG.	A autora verificou que o tema ainda é pouco explorado na literatura científica, o que demonstra que não há muita clareza sobre a finalidade da auditoria nas contas hospitalares, entretanto foi possível observar que a auditoria apresenta-se como um importante instrumento que permite analisar os custos hospitalares, sendo essencial no controle do equilíbrio financeiro de uma instituição hospitalar.
2019	A importância do Enfermeiro auditor nas Instituições hospitalares.	TIBURCIO, A.P.N; SOUSA, L.A.A; SANTOS, R.F..	Rev. Psicol. Saúde e Debate.	Concluiu-se que a auditoria em enfermagem é uma área em constante ascensão, e que exige do profissional auditor, perfil administrativo para a execução da atividade, sendo um campo promissor no mercado de trabalho dentro da área da enfermagem.
2018	Como a auditoria de enfermagem pode influenciar na qualidade assistencial.	LOUREIRO, L.H. et. al.	Revista Práxis.	De acordo com os artigos usados para a elaboração da pesquisa, verificou-se que a qualidade é algo alcançável pelas instituições quando existe um serviço de auditoria de qualidade, e isso irá determinar o resultado esperado e a satisfação do cliente pelo atendimento prestado.
2018	A importância do enfermeiro auditor na análise dos registros e anotações de enfermagem:	CAMILO, M. S; MOTA, E. A.	Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR.	As autoras verificaram que quando as anotações e registros são realizadas de forma correta, clara e objetiva, é possível avaliar, corrigir e estabelecer um serviço de qualidade dos serviços

	uma revisão integrativa.			oferecidos aos pacientes, garantido não só a qualidade do atendimento e a saúde financeira da instituição, seja ela pública ou privada.
2017	O papel do enfermeiro frente à auditoria hospitalar.	OLIVEIRA JUNIOR, N.J; CARDOSO, K.E.	Revista de Administração em Saúde.	O estudo evidenciou que a auditoria hospitalar é uma ferramenta utilizada para o controle de despesas hospitalares, e tem sido aprimorada para contribuir na melhora da qualidade dos registros e da assistência prestada pela equipe de enfermagem.
2017	Análise dos registros realizados pela enfermagem e o possível impacto na auditoria: uma revisão da literatura nacional.	CAMARGO, L. R. L; PEREIRA, G. R.	Revista de Administração em Saúde.	O estudo concluiu que todos os artigos utilizados na pesquisa apontavam inconsistência e incoerência nos dados dos registros, além de ausência de identificação, horário, rasuras e anotações incompletas que podem comprometer a qualidade da assistência prestada ao cliente.
2016	Auditoria em enfermagem: a importância das anotações de enfermagem no prontuário do paciente.	MORAIS, J. S. M; SILVA, P. V. A; CAMILO, J. C.	Simpósio de TCC e Seminário de IC.	Os estudos utilizados para a produção de conteúdo desta pesquisa demonstraram que não há muitas divergências no que diz respeito à auditoria entre os vários autores, entretanto, são poucos os estudos que se dedicam somente sobre a auditoria intra-hospitalar, mas ficou evidenciado que todos abordam a importância de uma auditoria de qualidade, que é o objetivo principal desta atividade numa instituição de saúde.
2016	Auditoria: ferramenta de enfermagem para melhoria da qualidade assistencial.	SILVA, K. R; LIMA, M. D. O; SOUSA, M. A.	Rev. Eletrônica Gestão & Saúde.	Os autores concluíram que a auditoria de enfermagem avalia a assistência de enfermagem por meio da análise dos prontuários, acompanhamento do paciente, verificando os

				registros e compatibilidade entre o procedimento realizado e os itens descritos na conta hospitalar, de modo a garantir a cobrança adequada dos custos gerados.
2016	O papel do enfermeiro na auditoria de enfermagem.	SILVA, A. I; RODRIGUES, J. D; PIRES, M. A.	Revista Ciência e Sociedade.	O estudo evidenciou que o enfermeiro auditor possui um papel fundamental nas instituições de saúde, contribuindo para a melhora da assistência, através de padrões definidos para avaliar a qualidade dos cuidados e registros, além de ser essencial para apontar necessidades como educação continuada, capacitação permanente e aprimoramento profissional da equipe de enfermagem.
2015	O papel do enfermeiro na auditoria hospitalar.	BANDEIRA, R. P. et al.	REBES.	O estudo identificou que a atividade do enfermeiro auditor está limitada à comprovação de pagamento de contas hospitalares, revisão de glosas e negociação entre representantes de hospitais e convênios, e a necessidade de associar a essas ações, apontamentos de inadequações da assistência de enfermagem, por meio de ações corretivas e educativas.
2014	Auditoria em saúde e atribuições do enfermeiro auditor.	SIQUEIRA, P. L. F.	Caderno Saúde e Desenvolvimento.	A autora concluiu que o registro da assistência de enfermagem possui grande importância na avaliação, controle e identificação de inconsistências nas atividades, permitindo realizar um plano de educação e correção para a melhora na qualidade do planejamento

				financeiro e da assistência prestada aos clientes.
2013	A prática do enfermeiro auditor hospitalar na região do Vale de Itajaí.	BLANK, C. Y; SANCHES, E. N; LEOPARDI, M. T.	Rev. Eletr. Enf.	As autoras verificaram por meio das entrevistas e observações, uma enorme fragilidade no que diz respeito aos registros de enfermagem, muitas vezes incompletos ou inexistentes, o que dificulta substancialmente o trabalho do enfermeiro auditor.
2012	A importância da auditoria interna no processo de gestão das organizações em um ambiente globalizado e cada vez mais competitivo.	OLIVEIRA, D. S; GOMES, F. F; PORTO, L. C. M.	Revista Ciências Gerenciais.	Os autores concluíram que a auditoria interna contribui para atingir os objetivos de reduzir erros e fraudes, por meio de procedimentos que verifiquem a eficácia dos processos de gestão.
2010	A prática da enfermeira em auditoria em saúde.	PINTO, K. A; MELO, C. M. M.	Rev. esc. enferm. USP.	As autoras verificaram uma diferença na avaliação do intuito da auditoria em instituições do SUS e instituições privadas: no SUS, as enfermeiras apresentam satisfação no exercício da atividade de auditoria, tendo a qualidade da assistência como meta; já na auditoria privada, de acordo com a observação realizada pelos profissionais de auditoria, os objetivos que se sobressaem são os interesses dos contratantes relacionados a custos, em detrimento à melhora da qualidade do atendimento.

Fonte: do autor da pesquisa

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A auditoria hospitalar teve seu início devido à necessidade de analisar e calcular os gastos com a assistência prestada ao paciente e passou a ser utilizada também como ferramenta de gerenciamento de recursos e de avaliação da qualidade da assistência.



É possível afirmar que a auditoria é extremamente importante para o aprimoramento da qualidade da assistência de enfermagem oferecida nas instituições de saúde, já que ela avalia o desempenho do enfermeiro auditor não apenas nas questões burocráticas relacionadas à gestão, mas também sua competência para a avaliação dos custos, da qualidade dos insumos e do uso eficiente dos recursos disponíveis. Vale ainda ressaltar que a auditoria de enfermagem não deve ser encarada como caráter punitivo, e sim de identificar possíveis fragilidades, especialmente na qualidade das anotações de enfermagem no prontuário do paciente, uma vez que o preenchimento incorreto irá impactar em prejuízos tanto para a instituição quanto para o paciente, ademais, seu objetivo está muito além dessa visão, já que o intuito primordial é a conscientização e educação permanente dos profissionais da equipe multiprofissional, sobretudo da equipe de enfermagem, tendo como resultado final a satisfação do cliente e garantir que a instituição mantenha condições financeiras de executar o atendimento de forma eficaz.

Verifica-se também a necessidade de mais estudos que abranjam esta temática, pois a produção de conteúdo se torna prejudicada, já que a maioria dos artigos destaca apenas alguns aspectos da auditoria, porém, é nítido que esse campo de atuação envolve atividades que vão além da enfermagem, e que envolvem conhecimentos administrativos e contábeis, o que exige cada vez mais, que o profissional seja altamente capacitado para o exercício da função de auditor.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, R.P. et al. O papel do enfermeiro na auditoria hospitalar.

**REBES** - (Pombal – PB, Brasil), v. 5, n. 4, p. 11-16, Out-Dez, 2015.

Disponível em:

<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/3708/3321>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BLANK, C.Y; SANCHES, E.N; LEOPARDI, M.T. A prática do enfermeiro auditor hospitalar na região do Vale de Itajaí. **Rev. Eletr. Enf.** 2013

jan/mar;15(1):233-42. Disponível em:

<https://www.fen.ufg.br/revista/v15/n1/pdf/v15n1a27.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

**BRASIL.** Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 fev. 2020.

**BRASIL.** Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Auditoria do SUS: orientações básicas. Brasília; 2011. Disponível em:

[http://caop.mpse.mp.br/Documentos/AbrirDocumento.aspx?cd\\_documento=1795](http://caop.mpse.mp.br/Documentos/AbrirDocumento.aspx?cd_documento=1795). Acesso em: 30 jan. 2020.

**BRASIL.** Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Princípios, diretrizes e regras da auditoria do SUS no âmbito do Ministério da Saúde. Brasília – DF; 2017. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/principios\\_diretrizes\\_regras\\_auditoria\\_sus.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/principios_diretrizes_regras_auditoria_sus.pdf). Acesso em: 05 abr. 2020.

CAMARGO, L.R.L; PEREIRA, G.R. Análise dos registros realizados pela enfermagem e o possível impacto na auditoria: uma revisão da literatura nacional. **Revista de Administração em Saúde**, 17(68), 50 - 66. (2017, jul/dez). Disponível em: <http://www.cqh.org.br/ojs-2.4.8/index.php/ras/article/view/55>. Acesso em: 18 mar. 2020.

CAMILO, M.S; MOTA, E.A. A importância do enfermeiro auditor na análise dos registros e anotações de enfermagem: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR**. Vol.24, nº.3, pp.66-71 (Set–Nov; 2018). Disponível em: [https://www.mastereditora.com.br/periodico/20181204\\_202206.pdf](https://www.mastereditora.com.br/periodico/20181204_202206.pdf). Acesso em: 12 br. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução do COFEN nº 266/2001. Aprova as atividades do Enfermeiro auditor. Rio de Janeiro (Brasil). Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-2662001\\_4303.html](http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-2662001_4303.html). Acesso em: 12 fev. 2020.

LOUREIRO, L.H. et al. Como a auditoria de enfermagem pode influenciar na qualidade assistencial. **Revista Praxis**, v. 10, n. 19, jun., 2018. Disponível em: <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/praxis/article/view/698/1621>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MORAIS, J.S.M; SILVA, P.V.A; CAMILO, J.C. **Auditoria em enfermagem: a importância das anotações de enfermagem no prontuário do paciente**. Simpósio de TCC e Seminário de IC, 2016. Disponível em: [http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais\\_simposio/arquivos\\_up/documentos/artigos/1dbd0f762cea4221afbce103f0e0224e.pdf](http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/1dbd0f762cea4221afbce103f0e0224e.pdf). Acesso em: 10 mar. 2020.

OLIVEIRA, D.S; GOMES, F.F.F; PORTO, L.C.M. A importância da auditoria interna no processo de gestão das organizações em um ambiente globalizado e cada vez mais competitivo. **Rev. Ciências Gerenciais**, vol. 1. Nº. 1, ano 2012. Disponível em: <http://docplayer.com.br/16055554-A-importancia-da-auditoria-interna-no-processo-de-gestao-das-organizacoes-em-um-ambiente->

50

**Artigo: A Importância da Auditoria de Enfermagem em Instituições de Saúde.**

Amorim, Morgana Gomes de. Págs. 37 - 52

globalizado-e-cada-vez-mais-competitivo.html. Acesso em: 10 abr. 2020.

OLIVEIRA JUNIOR, N.J; CARDOSO, K.E. O papel do enfermeiro frente à auditoria hospitalar. **Rev. Adm. Saúde**, Vol. 17, nº 68, Jul-Set. 2017. Disponível em: <http://www.cqj.org.br/ojs-2.4.8/index.php;ras;article/view/52/65>. Acesso em: 08 mar. 2020.

PINTO, K.A; MELO, C.M.M. A prática da enfermeira em auditoria em saúde. **Rev. Esc. Enferm. USP**. vol.44 no.3 São Paulo Set. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342010000300017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000300017). Acesso em: 21 abr. 2020.

SILVA, A.I; RODRIGUES, J.D; PIRES, M.A. O papel do enfermeiro na auditoria de enfermagem. **Revista Ciência e Sociedade**, Macapá, n.1, v.1, jan./jun. de 2016. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/cienciaesociedade/article/view/2070/1226>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SILVA, K.R; LIMA, M.D.O; SOUSA, M.A. Auditoria: ferramenta de enfermagem para melhoria da qualidade assistencial. **Rev. Gest.Saúde** (Brasília) Vol.07, Nº. 02, Ano 2016.p 793-10. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/317409364\\_Auditoria\\_ferramenta\\_de\\_enfermagem\\_para\\_melhoria\\_da\\_qualidade\\_assistencial](https://www.researchgate.net/publication/317409364_Auditoria_ferramenta_de_enfermagem_para_melhoria_da_qualidade_assistencial). Acesso em: 28 jan. 2020.

SIQUEIRA, P.L.F. Auditoria em saúde e atribuições do enfermeiro auditor. **Caderno Saúde e Desenvolvimento**. vol.3n.2 |jul/dez 2014. Disponível em: <https://www.uninter.com/revistasauade/index.php/cadernosaudedeseenvolvimento/article/viewFile/303/234>. Acesso em: 29 mar. 2020.

TEIXEIRA, G.M. **O papel da auditoria de contas na gestão hospitalar**. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Ciências Econômicas - Departamento de Ciências Administrativas - Curso de Especialização em Gestão Pública em Saúde. Belo Horizonte - MG; 2019. Disponível em:  
<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/32119/1/TCC%20e%20ATA%20-%20Gabriela%20Moraes.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

TIBURCIO, A.P.N; SOUSA, L.A.A; SANTOS, R.F. A importância do Enfermeiro auditor nas Instituições hospitalares. **Rev. Psicol. Saúde e Debate**. Dez.,2019:5(1):50-59. Disponível em:  
<http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/V5N1A5/268>. Acesso em: 09 mar. 2020

# **INDISCIPLINA E O TRANSTORNO OPRESSIVO DESAFIADOR NO AMBIENTE ESCOLAR.**

Mamede, Yula Karoline Benedito<sup>9</sup>

## **Resumo:**

O presente trabalho teve como foco discutir os casos de indisciplinas contextualizando com os transtornos comportamentais (transtorno opressivo desafiador e transtorno de conduta). Para isso utilizou-se em um primeiro momento, referenciais teóricos com a intenção de explicar o conceito de indisciplina, transtorno, transtorno opressivo desafiador e o transtorno de conduta. Em um segundo momento o foco foi para como devemos abordar as dificuldades dos nossos alunos contextualizando escola e família.

**PALAVRAS-CHAVE:** Indisciplina, Transtorno Opressivo Desafiador, Transtorno de Conduta.

## **INTRODUÇÃO**

Atualmente, tem crescido os casos de indisciplina escolar, o que deixa muitos profissionais intrigados: o comportamento de alguns alunos dentro da sala de aula, que aparentemente desrespeitavam seus professores e colegas de turma. Tal comportamento é observado tanto nas redes públicas de ensino, mas também em escolas da rede privada.

O conceito de disciplina é de certa forma intrigante, pois depois de tantos estudos que colocam em pauta os valores e particularidades dos alunos, os professores ainda insistem nesse modelo de escola engessada que não contempla a diversidade. A sociedade mudou, hoje temos estudos da psicologia que comprovam que a indisciplina pode ser um sintoma de algum transtorno. Nesse sentido as seguintes indagações nortearam a construção do presente estudo: Qual o motivo de alguns alunos apresentarem comportamentos inadequados no contexto escolar? Podemos afirmar os comportamentos considerados inadequados pelos agentes escolares está relacionada somente a falta de disciplina por parte dos alunos?

Portanto, esse trabalho buscou discutir a indisciplina no ambiente escolar e a relação dessas com os transtornos comportamentais e de conduta apresentados por alguns alunos. Nesse sentido, espera-se que a presente pesquisa contribua para ampliar a discussão sobre os

---

<sup>9</sup> Pedagoga, professora intérprete de Libras no Ensino Fundamental I. E-mail: yula.b.mamede@gmail.com

problemas de indisciplina presentes no cotidiano escolar e esclarecer a diferença entre indisciplina, transtornos comportamentais e transtornos de conduta, considerando a escassez de trabalhos e a necessidade de aprofundamento sobre o tema.

### **CONCEITO DE (IN) DISCIPLINA.**

Educação é um processo de humanização, isto é, um processo que os seres humanos organizam intencionalmente para, em relação uns com os outros, se apropriarem dos avanços civilizatórios em benefício da coletividade humana... Então a indisciplina é importante na organização escolar, tendo e vista suas finalidades educativas (VASCONCELLOS, 2004, p.1).

Se analisarmos essa frase de Vasconcellos (2004) fica evidente que a indisciplina não é de todo ruim. Passos (1996) afirma que a indisciplina: "... pode adquirir um significado de ousadia, de criatividade..." (PASSOS, 1996, p. 118). Isto, não significa que a disciplina não seja importante, entretanto, ao nos depararmos com uma sala onde os alunos estejam no momento de troca de conhecimento, é impossível que não haja barulhos e conversas, o que para muitos professores ou membros da equipe gestora pode ser considerada apenas bagunça, pois, o conceito de aula boa e disciplinada está enraizado, isto é, ao buscarmos no dicionário Aurélio o significado da palavra disciplina encontrará:

1. Regime de ordem imposta ou livremente consentida;
  2. Ordem que convém ao funcionamento regular duma organização (militar, escolar, etc.);
  3. Relação de subordinação do aluno ao mestre ou ao instrutor.
  4. Observância de preceitos ou normas.
  5. Submissão a um regulamento...
- (DICIONÁRIO AURÉLIO, 1999, p.689).

Deste modo, consideramos a ideia de Aquino (1996) sobre indisciplina: Note-se que as correções disciplinares se fazem necessárias principalmente no que tange ao controle e ordenação do corpo da fala. O silêncio nas aulas é absoluto e, fora delas, contido. Os movimentos corporais, por sua vez, são completamente esquadrihados: sentados em sala, e em filas fora delas (AQUINO, 1996, p.43).

De acordo com esses significados, percebemos que disciplina é a forma de manter uma organização com bom funcionamento, em que todos os indivíduos estejam da mesma forma e seguindo as mesmas regras. Mas se pegarmos a estrutura funcional da escola, será que é possível que todos os alunos sigam as mesmas regras e da mesma maneira, menosprezando as particularidades de cada criança e adolescente? Para analisar este fato, podemos citar as mudanças ocorridas na sociedade nos últimos anos.

Essas mudanças começaram, segundo Vasconcellos (2004), em meados das décadas de 30 e 40, quando se deu início ao processo de industrialização e as populações começaram a migrar para os centros urbanos. Essas transformações interferiram no modelo familiar e no modo que as crianças e adolescentes agiam dentro do ambiente escolar.

De acordo com Vasconcellos (2004), muitos professores acusam a família pela indisciplina na escola, portanto, é necessária uma reflexão sobre a atualidade, isto é, não é apenas a família que mudou, mas a escola e a sociedade. Muitas das responsabilidades de educar passaram para o docente, que por sua vez, como afirma Xavier (2002), age de forma autoritária, acreditando ser a melhor forma de ensinar e disciplinar os alunos, entretanto há também aqueles docentes que agem de forma permissiva com seus alunos, ignorando pontos que são necessários à mediação e o diálogo.

Vasconcellos (2004) relata esses dois tipos de professores:

[...] de um lado, temos educadores que só entendem educação através da ótica da repressão; e reagindo a esta concepção existem, no extremo oposto, educadores que acreditam que o ato educacional tem como premissa, como ponto de partida, a liberdade total (VASCONCELLOS, 2004. p.35).

Há uma grande confusão entre o ser autoritário e liberal, muitos professores, alegam ser liberais, acreditam que não se deve tomar frente sobre a indisciplina, alegando ser prejudicial para o aluno, por outro lado há os autoritários, que por meio de sua postura rígida e ríspida acabam gerando um campo de guerra dentro da sala de aula. A disciplina escolar não é fazer com que o aluno obedeça e preste a atenção na aula, ela está relacionada à cidadania e consciência do sujeito, pois não é só na sala de aula que necessita seguir regras, segundo Tiba (2006), a disciplina está estritamente relacionada à autoestima, portanto o professor precisa refletir junto com seus alunos, sobre o que é certo e o que é errado levando o mesmo a autonomia e a uma consciência moral e ética.

Segundo Vasconcellos (1956) precisa haver uma reflexão – ação – reflexão, por parte do professor, para que ocorra o rompimento arcaico que a indisciplina é apenas algo comportamental, muitas vezes esses atos ditos como rebeldes dos alunos pode ser a sinalização de que algo está acontecendo com eles, e o papel do docente nesse momento é investigar juntamente com a equipe pedagógica e os familiares quais os motivos dessas atitudes. O profissional, precisa ser coerente, sem julgamentos precipitados se esse aluno for diagnosticado com algum tipo de transtorno.

## **CONCEITO DE TRANSTORNO**

Transtorno não é um termo exato, porém é usada aqui para indicar a existência de um conjunto de sintomas ou comportamentos clinicamente reconhecíveis associados, na maioria dos casos, a sofrimento e interferência com funções pessoais (CID-10, 2012 p. 05).

Podemos definir transtorno como o estado alterado da saúde normal e nem sempre está vinculado com uma doença, entretanto o número de pessoas com transtornos, atualmente tem crescido significativamente, segundo Teixeira (2014) há inúmeros estudos internacionais apontando cerca de 20% das crianças e adolescentes em idade escolar necessitam de auxílio na área da saúde mental.

Para diagnosticar uns indivíduos com transtornos, psicólogos utilizam-se da CID (classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde) e a DSM (Manual diagnóstico e estático de transtornos mentais). Esses dois livros servem como base para as classificações, entretanto segundo Dumas (2011):

Como assinala Achenbach (1993) não é porque um transtorno tem um nome hoje em um sistema de classificação que ele existe realmente ou, pela mesma lógica, não é porque outro transtorno não é descrito que ele não existe (DUMAS, 2011, p. 39).

Dumas (2011) afirma que os transtornos estão em constantes evoluções e que pode se desenvolver de inúmeras formas em uma criança ou adolescente. Maioria das vezes, os transtornos estão relacionados com o contexto histórico, social e cultural, isto é, situações sociais desfavoráveis e inadequados pode propiciar o desenvolvimento de transtornos comportamentais.

Para avaliar um adolescente ou criança, Dumas (2011) menciona a necessidade de entrevistas, testes, questionários e observações, Teixeira (2014) por sua vez menciona cinco etapas: "...avaliação com os pais ou responsáveis, avaliação da escola, avaliação complementares, aplicação complementar de escalas padronizadas e avaliação da criança ou do adolescente" (TEIXEIRA. 2014. p.21).

Os transtornos podem evoluir de forma diferenciada em cada indivíduo, portanto, o diálogo com pessoas que estão em torno do paciente pode facilitar para diagnosticar, levanto em conta os parâmetros estruturados na CID e no DSM.

Com base nessas informações, é necessário considerar as crianças e adolescentes em seus contextos gerais (família e escola) para isso os próximos capítulos discutirão dois tipos de transtornos, o transtorno de conduta e o transtorno opressivo desafiador. Com a finalidade de auxiliar os professores e funcionários da escola, ao se depararem com alunos com esses tipos de transtornos, não sabem como agir, alegando ser apenas indisciplina dos mesmos.

## **TRANSTORNO OPRESSIVO DESAFIADOR**

56

**Artigo: Indisciplina e o Transtorno Opressivo Desafiador no Ambiente Escolar.**

Mamede, Yula Karoline Benedito. Págs. 53 – 66



Existem algumas variáveis em relação a nomenclaturas do transtorno Opressivo desafiador, podendo ser encontrado como: Transtorno Desafiador Opositivo, Transtorno de Oposição e Transtorno Opositor Desafiante. Entretanto, apesar das diferentes nomenclaturas, ainda é bem difícil encontrar no Brasil materiais para estudos sobre esse tema. Os pacientes com comportamentos opositivos podem assumir posturas desafiadoras, negativismo, comportamentos hostis e resistência em receber ordens. Esse transtorno consiste em ações comportamentais contra aquilo que se pede e se espera da criança/adolescente.

O DSM-IV (2014) define o Transtorno Opressivo Desafiador (TOD) como "um padrão de humor raivoso/irritável, de comportamento questionador/desafiante ou índole vingativa com duração de pelo menos seis meses" (DSM-IV. 2014, p.462). Já a CID-10 (2012) classifica o TOD como:

É um tipo de transtorno de conduta, manifestando-se habitualmente em crianças jovens, caracterizado essencialmente por um comportamento provocador, desobediente ou perturbador e não acompanhado de comportamentos delituosos ou de condutas agressivas ou dissociais graves (CID-10. 2012, p. 372).

Estes sintomas citados no DMS-IV (2014) e na CID-10 (2012), geralmente são percebidos pelos pais e professores, contudo, pode acontecer que a criança/adolescente assuma posturas diferenciadas em determinado ambiente, por exemplo, a criança pode ter posturas agressivas e desobedientes na escola em casa não, ou vice-versa. Em caso mais graves essas posturas não têm lugar determinado para acontecer.

A falta de conhecimento dos professores e dos pais pode levar a associar o transtorno com indisciplina, hiperatividade, falta de educação e de limite.

Para Caballo e Simón (2015) o TOD é moldado por meio da experiência de trocas mútuas entre as crianças e os adultos, isso faz com que alguns autores, como por exemplo, Teixeira (2014) afirmem que situações de violências, de consumo de álcool, maus-tratos e abandonos como causadores do transtorno, assim, presenças de conflitos conjugais, depressões familiares em geral podem auxiliar no desenvolvimento do mesmo. Outro ponto que muitos autores relatam ser motivo para o desenvolvimento é os pais que são permissivos com os filhos, por esse motivo o tratamento não é realizado apenas com a criança/adolescente, mas também com os familiares.

Esse diagnóstico é complexo, pois o comportamento desafiador faz parte do ciclo de desenvolvimento da criança e do adolescente. Ainda sobre essa dificuldade em diagnosticar, podemos considerar a afirmação de Teixeira (2014) que apresenta uma associação do TOD com outros transtornos, tais como o Transtorno de Déficit de

atenção/hiperatividade, transtorno de aprendizagem e de humor, e se não for diagnosticado com antecedência pode evoluir para o transtorno de conduta ou para transtorno da personalidade antissocial.

Para o tratamento se consideram a psicoterapia familiar e em alguns casos medicamentos, levando em conta o que Teixeira (2014) apresenta: "...os medicamentos não são curativos, eles apenas objetivam reduzir sintomas para facilitar o trabalho dos pais e educadores na aplicação de técnicas e estratégias comportamentais..." (TEIXEIRA, 2014, p. 47).

Os aconselhamentos aos responsáveis pela criança e treinamento são questões que também auxiliam na melhoria da criança/adolescente, Teixeira (2014) também ressalta a importância da prática esportiva, tais como esportes coletivos e lutas, que trabalham bastante as questões de disciplina, regras e autocontrole.

É importante que os pais compreendam que não é só filho que precisa de ajuda e de auxílio dos professores, é necessário que haja parceria entre todos os envolvidos e próximos da criança.

A comunicação entre pais e professores é muito importante para a identificação e o monitoramento do comportamento do estudante. Portanto, comunique-se com professores e coordenadores pedagógicos sempre que necessário. A experiência diária de professores com aluno poderá ser de grande valia para discussões e a busca conjunta por estratégias e soluções de problemas de indisciplina dos estudantes presentes tanto na escola quanto em casa (TEIXEIRA, 2014, p. 93).

É de suma importância essa parceria família-escola, observações devem ser realizadas e intervenções sempre que necessárias, para que haja uma compreensão melhor do que se passa com a criança.

### **TRANSTORNOS DE CONDUTA.**

O Transtorno de Conduta (T.C) tem sido discutido recentemente aqui no Brasil e é uma das causas de reclamações dos professores e pais atualmente. Mas o que seria esse transtorno? Com base no DSM IV (2002), o T.C. enquadra atos agressivos com pessoas ou animais, depredações de propriedades, furtos e violações as regras sociais. Para Teixeira (2014): "Transtorno de conduta é um conjunto de alterações comportamentais apresentado principalmente em adolescentes que são agressivos, desafiadores, antissociais, em que violam os direitos básicos alheios." (TEIXEIRA, 2014, p. 53).

O T.C. começa a apresentar sinais logo na infância e podem durar até a vida adulta, alguns estudiosos, como Teixeira (2014) afirmam que o T.C. é a evolução do TOD, causando grandes consequências. É geralmente apresentado mais no sexo masculino do que feminino, tem como fatores genéticos e ambientais (violência familiar, consumo de álcool e drogas pelos pais, violência física, sexual e psicológica).

Segundo Teixeira (2014), as crianças/adolescentes diagnosticados

58

**Artigo: Indisciplina e o Transtorno Opressivo Desafiador no Ambiente Escolar.**

Mamede, Yula Karoline Benedito. Págs. 53 – 66

com esse transtorno possuem algumas características como:

- Provocar, ameaçar ou intimidar pessoas.
- Iniciar lutas corporais.
- Usar armas que causem danos físicos
- Ser fisicamente cruéis com animais ou pessoas.
- Roubar
- Mentir e romper regras.
- Destruir propriedades alheias
- Passar noite fora de casa e sumir por alguns dias.

A violação de regras é o componente principal desse transtorno, e jovens que possuem apresentam comportamento antissocial, agredindo pessoas e animais fisicamente e sendo cruéis. Além disso, eles muitas vezes são autores de bullying dentro do ambiente escolar. As brigas na escola ou na rua são frequentes, inclusive com a utilização de armas de fogo, faca ou bastões (TEIXEIRA, 2014, p. 54).

Além dessas considerações feitas por Teixeira (2014) a criança que tem o Transtorno de Conduta, não se sente culpada pelos seus atos, ele pode continuar na fase adulta ou parar, dependendo do tratamento que se é apresentado ao paciente.

Para Teixeira (2014) os professores em sala de aula precisam compreender que o T.C. é muito mais do que uma simples birra de criança, agir de forma enérgica só dá mais margem para que a criança/adolescente o enfrente mais. A base para um bom convívio é o diálogo, questionar a criança o motivo da desobediência, procurando estabelecer um vínculo de confiança entre o ambos. Outro ponto apresentado por esse autor que pode auxiliar bastante no convívio com pacientes que tem o TC é a terapia em família, trabalhar a relação familiar reconecta os laços familiares que por alguma razão foram rompidos, o acompanhamento psicológico também é importante neste caso, pois a terapia ajudará a aprender a conviver com os que estão em sua volta.

### **A ESCOLA, A INDISCIPLINA E O TRANSTORNO DE COMPORTAMENTO: DESAFIOS PARA O FAZER PEDAGÓGICO.**

Após leitura e discussão sobre indisciplina e transtorno realizados com base nas obras selecionadas para a presente pesquisa observamos que, no que se refere principalmente ao transtorno, alguns autores enfatizam a necessidade da medicalização. Nesse sentido, nessa sessão recorreremos a algumas obras de autores que discutem esse assunto, que a priori não fizeram parte do nosso levantamento. No site da Scielo, usando como descritor *medicalização*, selecionamos alguns artigos que ampliaram a nossa discussão. Contudo, antes da discussão sobre a medicalização, considerando os capítulos anteriores, percebemos que a escola ainda deseja manter a disciplina como a de tempos atrás. Entretanto, os tempos são outros, os alunos e a

sociedade, não são mais os mesmos.

[...] durante os séculos XIX e XX, o autoritarismo era inerente à figura do professor. As regras eram simplesmente impostas, não havia espaço para discussão ou qualquer outra forma de manifestação democrática na sala de aula (DAYAN *apud* KRAWCZUN, PLATT, 2015, p. 489).

Os alunos precisavam obedecer e seguir as regras impostas pela escola sem as questionar, entretanto, Krawczun, Platt (2015) afirmam que a indisciplina já existia, mas de modo moderado.

Não devemos considerar o ato de indisciplina como de todo mau. Para Krawczun, Platt (2015) a indisciplina, como também a violência, faz parte da constituição humana, sendo considerada, pelas autoras "...ingrediente essencial para viabilizar os movimentos sociais." (KRAWCZUN, PLATT, 2015, p. 483).

O processo fundamental de transformação cultural consiste num solapamento do sistema de crenças vigente, que confere legitimidade, ou pelo menos naturalidade a algum grau de correspondência com as expectativas comuns, à ordem social existente. Na área da estrutura social corresponde à criação de uma presença política efetiva, alguma forma de organização para se contrapor à autoridade organizada [...] (MOORE JR *Apud* KRAWCZUN, PLATT, 2015, p. 484).

As autoras trazem como exemplo de indisciplina da sociedade, às manifestações realizadas no Brasil durante o regime militar na década de 60/80. Portanto, o ser indisciplinado, não deve ser considerado mal, dependendo do seu formado, a indisciplina auxilia na melhoria da sociedade. Rodrigues e Rodrigues (2011) afirma:

...que a maioria dos docentes relacionou o termo indisciplina ao não cumprimento de regras necessárias ao processo de ensino-aprendizagem devido a desajuste familiar, problemas pedagógicos e desinteresse do aluno (RODRIGUES, RODRIGUES, 2011, p.90).

Considerando essa afirmativa, percebe-se que os professores costumam culpar a família pelo ato indisciplinado dos alunos, mas é papel do professor gerenciar o comportamento dentro de sala de aula. Em vista disso, Rodrigues e Rodrigues (2011) apresenta a seguinte citação: "[...] a disciplina é um problema do professor e não de alguém que aparece com uma função de controle. A disciplina faz parte da vida na escola" (ELIAS *apud* RODRIGUES, RODRIGUES, 2015, p. 92).

Para esses autores, o docente deve auxiliar os educandos a solucionar seus conflitos e não apenas julgar a indisciplina "como exclusivamente proveniente da força de vontade do aluno e da família" (RODRIGUES, RODRIGUES, 2011, p. 96).

Boarini (2013) enfatiza que os casos de indisciplina estão presentes em todas as classes sociais e é um fenômeno mundial, portanto, não

se deve culpar a "...desestruturação ou desorganização familiar..." (BOARINI, 2013, p.124) pelo fracasso escolar do discente.

A nosso juízo, há certa confusão quando se entende como família "desestruturada" aquela que foge ao padrão composto de pai, mãe e filhos. É ainda mais confuso quando essa ideia está ligada à população desfavorecida economicamente. Outros arranjos familiares, qualquer que seja a classe social, não necessariamente são sinônimos de desestruturação familiar. E isso já é reconhecido pelos órgãos internacionais, como, por exemplo, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa... (BOARINI, 2013, p.125).

As famílias tem se tornado cada vez mais heterogêneas, por essa razão a escola precisa acompanhar e aceitar esse modelo de sociedade atual e deixando vir à tona, o que Signor, Berberian e Santana (2017) relata: "... a diversidade no modo de ser, de fazer, de construir..." (FREITAS *apud* SIGNOR, BERBERIAN E SANTANA, 2017, p. 760).

Portanto, a discussão sobre indisciplina e transtorno é muito complexa e exige cuidados por parte da equipe escolar e, no caso do transtorno, dos médicos que fazem o diagnóstico.

Os professores precisam ter cuidado quando se defrontam com alunos considerados indisciplinados ou com histórico de indisciplina. Precisam levantar várias hipóteses sobre as razões dessa indisciplina antes do encaminhamento para avaliação médica. Pois, em decorrência dessa falta de compreensão por parte dos professores em relação os motivos que podem levar o aluno a uma atitude considerada indisciplinada, muitos encaminhamentos são realizados erroneamente, o que segundo Leonardo e Suzuki (2016) faz com que cresçam os casos de medicalização na educação, sem necessidade. Meira (2012) utiliza-se da citação de Welch, Schawartz e Woloshin (2008) que relaciona a medicalização como "...uma verdadeira "epidemia" de diagnóstico." (WELCH, SCHAWARTZ E WOLOSHIN *apud* MEIRA, 2012, p.136).

Meira (2012) continua sua crítica a medicalização inapropriada, como sendo delegado para os médicos um problema do cotidiano. Essa mesma afirmativa é apresenta por Leonardo e Suzuki (2016):

[...] medicalização também diz respeito a um processo em que problemas não médicos acabam se transformando em problemas médicos, apresentando características de doenças e desordens em nível orgânico. (CONRAD *apud* LEONARDO E SUZUKI, 2016, p. 46).

Os professores buscam esse auxílio das medicações, para tentar controlar primeiramente uma questão de comportamento dos alunos, não só os relacionados à bagunça, como também a falta de atenção, assim: "... a medicalização seria uma forma de controle social que normatiza, regula e administra diversos aspectos da vida." (LEONARDO, SUZUKI, 2016, p. 46).

Para Signor, Berberian e Santana (2017):

O problema se agrava quando a criança é encaminhada para os serviços de saúde para que receba um parecer médico e um tratamento para seus "distúrbios" de comportamento e de aprendizagem. Assim, depois de confirmado na clínica o pré-diagnóstico escolar, a criança passa a ser prisioneira de uma condição que não é sua. (SIGNOR, BERBERIAN, SANTANA, 2017, p. 760).

A criança, quando começa a utilizar o medicamento, segundo Leonardo e Suzuki (2016) perde a infância e pode sofrer consequências graves na vida adulta.

Outra informação apresentada relevante apresentada por Negreiros, Costa e Damasceno (2016) é que essas medicalizações indevidas, fez com que aumentasse para 180% o número de vendas, de medicamentos, como a Ritalina (conhecida por muitos como a "droga da obediência") no Brasil.

Apesar de toda a crítica presente no campo da medicalização, deve-se considerar em alguns casos, a utilização, conforme Ávila (2012) afirma:

Para algumas crianças, o medicamento pode diminuir a intensidade ou a frequência de certos comportamentos, o que, por sua vez, pode melhorar a resposta às intervenções psicossociais em andamento. O tratamento com psicofármacos faz-se necessário em algumas situações nas quais os sintomas-alvo (por exemplo, ideias paranoides associadas à agressividade, convulsões) ou outros transtornos psiquiátricos (por exemplo, TDAH, depressão) estão presentes (AVILA, 2012, p. 43).

Mas como já mencionado, a utilização de medicamentos deve ser considerada em casos extremos. Em compensação, em casos de Transtorno opressivo desafiador e em transtorno de conduta, deve-se considerar, primeiramente, segundo Bordin e Offord (2000) "... intervenções junto à família e à escola (por exemplo, psicoterapia familiar e individual, orientações aos pais, comunidade terapêuticas e treinamento de pais e professores em técnicas comportamentais." (BORDIN, OFFORD, 2000, p.14).

Na escola, o professor precisa ter ciência que não conseguirá um desenvolvimento de ensino/aprendizagem com os alunos diagnosticado com TOD ou TC, se estiver sozinho, é necessário, segundo Mendes (2017) fazer parte da equipe multidisciplinar, ainda assim existirão desafios para o educador, ele precisa estar preparado para receber os alunos com transtornos, porém ainda considerando a afirmativa de Mendes (2017) há uma falha na formação acadêmica do professor, pois não se ensina nos cursos de licenciatura como se deve trabalhar com esses alunos. Apesar disso:

[...] o professor precisa ajudar para que o aluno, mesmo com

62

**Artigo: Indisciplina e o Transtorno Opressivo Desafiador no Ambiente Escolar.**

Mamede, Yula Karoline Benedito. Págs. 53 – 66

TOD, avance no seu processo de aprendizagem. O educador não pode desistir de nenhum dos seus alunos por mais grave ou difícil que seja a situação. Para o professor intervir corretamente neste caso, é preciso que o aluno tenha sido diagnosticado adequadamente por profissionais competentes e aptos a fazerem tal reconhecimento. (MENDES, 2017, p. 35)

Outro fato apresentado por Mendes (2017) referente a como o professor deve agir, é a questão de ficar calmo, discutir com o aluno com TOD ou TC, fará com que ele só aumente sua agressividade perante a situação.

Crianças com TOD acreditam que adultos punem e são severos. Partindo desse princípio é importante que o professor procure estabelecer uma relação pacífica, harmônica e de confiança com o aluno porque estes alunos podem estabelecer essa boa relação com adultos que se controlam e se colocam a disposição para conversas honestas e objetivas sobre seus comportamentos. (MENDES, 2017, p. 36)

Podemos observar neste dado que o diálogo é a chave para que conflitos não aconteçam em sala de aula, a troca com os familiares e colegas é questão que deve ser considerada, para que os desafios dentro do âmbito escolar sejam os menores possíveis, possibilitando, então um ambiente de aprendizagem e desenvolvimento intelectual.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como vimos, a indisciplina é algo que aborrece muito os professores, entretanto, há certa confusão quando surge a ideia, de que o aluno que tem comportamentos não aceitáveis, pode ter algum tipo de transtorno comportamental.

A culpabilização desses comportamentos são, muitas vezes, consideradas pelos professores, como sendo do modelo familiar heterogêneo que nos deparamos atualmente. Além de culpar, a família, os professores têm a tendência de enfatizar que a criança é a grande causadora do seu próprio fracasso, contudo, como podemos perceber os professores não estão preparados para receber em sala de aula, alunos com transtorno desafiador ou transtorno de conduta. Os cursos de licenciaturas não preparam o professor para se deparar com as realidades presentes na escola, com isso ao se depararem com certas situações e obstáculos, os professores ficam sem saber como reagir e ao invés de auxiliar a criança/adolescente, acabam prejudicando-as.

Como o professor não sabe como lidar com essa situação, acaba encaminhando os alunos que têm alguma dificuldade ou comportamentos ditos como indisciplinados para os postos de saúde e/ou consultórios médicos. Com isso há uma epidemia de diagnósticos, que nem sempre condiz com o que o paciente realmente tem ou precisa. Esses diagnósticos inapropriados fizeram com que o número de remédios, como a Ritalina, no Brasil crescesse rapidamente, sendo

que alguns estudos mostram que há uma venda maior nos períodos letivos do que nos períodos não letivos. Esses medicamentos ao invés de ajudar no desenvolvimento da aprendizagem das crianças, em alguns casos acabam prejudicando, pois, a criança fica apática e acaba ficando com dificuldade em brincar e se comunicar com os colegas e futuramente pode levar a se tornarem usuários de entorpecentes.

Infelizmente, essas medicalizações sem necessidade são devidas a falta de compreensão por parte dos professores, isto pois, há pouquíssimos estudos com o enfoque nos transtornos no campo escolar, sendo que a maioria dos materiais encontrados são da área médica, dificultando o entendimento do assunto por parte dos professores.

Contudo, esta pesquisa deseja auxiliar os docentes a compreender que os transtornos comportamentais não são tão banais como se pensa e que apesar das novas configurações da sociedade, não é apenas papel da família tentar auxiliar o aluno. Sabendo que é muito mais fácil julgar o próximo pelos seus próprios erros. Os professores precisam refletir sobre suas ações e nos métodos em que se deve abordar a indisciplina escolar, dando voz e respeitando seu alunado.

Como foi apresentado, esta pesquisa, pode ser considerada uma base para futuros trabalhos, pois, por ser um tema de pouco destaque no âmbito escolar, é necessário que haja mais pesquisas, para que contextualize a indisciplina como os transtornos comportamentais.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Júlio Groppa. (Org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 5 ed. São Paulo: Summus, 1996

AQUINO, Júlio Groppa. **Autoridade e autoritarismo**. 2º ed São Paulo: Summus, 1996.

AVILA, Rosamar Meyer de. **O direito à educação e o transtorno de conduta: um estudo a partir do programa de saúde "para aprender melhor"**. Dissertação, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: [http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/180/1/ROSAMAR\\_FEV.pdf](http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/180/1/ROSAMAR_FEV.pdf).

BOARINI, Maria Lucia. **Indisciplina escolar: uma construção coletiva**. Rev. Semestral da associação brasileira de psicologia escolar e educacional, v.17, p.123-131, São Paulo, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572013000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572013000100013).



BORDIN, Isabel as; OFFORD, David R. **Transtorno da conduta e comportamento Anti-social.** Revista Brasileira de Psiquiatria – ABV, São Paulo, v.22, p.12-15, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462000000600004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600004)

CABALLO, Vicente E; SIMÓN, Miguel Ángel. **Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente:** transtorno específico. 1 ed. Reimpr. São Paulo: Santos, 2015.

**Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas.** Organização mundial de saúde (org.). Porto alegre: antes médicas, 1993.

**DMS IV: Manual diagnóstico e estatística de transtorno mentais.** Trad. Claudia Dorneles. 4. Ed. Porto alegre: armtmed,2002.

DUMAS, Jean E. **Psicopatologia da infância e da adolescência.** 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

KRAWCZUN, Natália Branco Lopes; PLATT, Adreana Dulcina. **Violência e indisciplina na escola: um cotejo necessário.** Rev. Ibero-americana de estudos em educação, v.10, p. 481-503, Araraquara-SP, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7704/5400>

LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; SUZUKI, Mariana Akemi. **Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores.** Rev. De psicologia, v. 28, p. 46-54, Maringá, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v28n1/1984-0292-fractal-28-1-0046.pdf>.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. **Para uma crítica da medicalização na educação.** Rev. Semestral da associação brasileira de psicologia escolar e educacional, v. 16, p.145-142, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/14.pdf>.

RODRIGUES, Camila Costa Palácio de Alencar; RODRIGUES, Icaro Arcênio de Alencar. **Indisciplina escolar: percepções de professores sobre a gestão da indisciplina.** Veredas revista eletrônica de ciências, v. 4, p. 91-103, 2011. Disponível em: <http://veredas.favip.edu.br/ojs/index.php/veredas1/article/view/85>.

SIGNOR, Rita de Cassia Fernandes; BERBERIAN, Ana Paula. SANTANA, Ana Paula. **A medicalização da educação: implicações para a constituição do sujeito/aprendiz.** Rev. Educ. Pesqui., v. 43, p.743-763, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://scielo.altmetric.com/details/24052663>.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

TEXEIRA, Gustavo. **Manual dos transtornos escolares.** 5 ed. Rio de Janeiro: Bestseller, 2014.

TIBA, Içami. **Disciplina: limite na medida certa.** 80 ed. São Paulo: Integreare, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina – construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola.** 2ed. São Paulo: Libertad, 1956.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **(In) Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola.** 15 ed. São Paulo: Libertad, 2004.

XAVIER, Maria Luisa. (Org.). **Disciplina na escola: enfrentamentos e reflexões.** Porto Alegre: mediação, 2002.

## **PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM ESCOLAR: UMA ALIANÇA NECESSÁRIA**

Ribeiro, Edite Lopes<sup>10</sup>

### **RESUMO:**

O trabalho trata do tema, "Participação da família na aprendizagem escolar", visa investigar a importância da relação família e escola e analisar também que por falta dessa parceria na visão de diversos autores, a educação brasileira tem vivenciado difíceis problemas gerados pela falta da presença familiar no processo educativo. O presente trabalho foi elaborado com base em pesquisas documentais feitas em livros, artigos publicados em revistas, periódicos e outros, fundamentados em teorias de alguns pensadores educativos, como Cury (2003), Ferreiro (2006), Freire (1997), Piaget (1980), Piletti (1997), Russo (2004), Tiba (2003), Vygotsky (1974), dentre outros especialistas. O procedimento metodológico realizou-se por meio de uma revisão bibliográfica à luz dos referenciais citados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação. Família. Educação.

### **INTRODUÇÃO**

A escolha do tema tem relevância frente às dificuldades em desenvolver um trabalho mais eficaz com os alunos devido à escassez de apoio familiar, tendo em vista, diante da multiplicidade de funções, que abrange a formação de um cidadão, capaz de agir e de interagir no mundo em que vive, não apenas com competências cognitivas desenvolvidas, mas, principalmente, com aquisições também afetivas, pessoais e sociais, que lhe possibilitem atitudes e valores positivos, percebe-se que a escola não pode trabalhar sozinha.

É imprescindível que a escola se una a outras instituições sociais para cumprir melhor o seu papel. Nesse sentido, o contexto familiar em que a criança se encontra precisa ser considerado, visto que, a família nuclear, constituída de pai, mãe e filhos, célula menor que reunida às outras, formará o tecido social, o lar e a vida familiar proporcionando, por meio do seu ambiente físico e social, as condições necessárias ao desenvolvimento da personalidade do educando. Como nos diz Parolim (2005, p.47), "[...] Cabe à família a tarefa de estruturar o sujeito em sua identificação, individuação e autonomia. Isso vai acontecendo à

---

<sup>10</sup> Pedagoga, E-mail: editelrped@gmail.com

medida em que a criança vive seu dia a dia inserida em um grupo de pessoas que lhe dão carinho apresentam-lhe o funcionamento do mundo”. Sabe-se, no entanto, que a família é o primeiro canal da criança na sua interação com o mundo, pois representa a primeira fonte de ensinamentos, o ambiente onde a mesma encontrará os elementos essenciais para a sua formação e assimilará os padrões de conduta e de moral que irão determinar suas atitudes de adulto.

A família, assim entendida como o primeiro contexto de socialização, exerce, indubitavelmente, grande influência sobre a criança e o adolescente. A participação da família na escola muito mais que uma obrigação, deve tornar-se um canal aberto de trocas de ideias, a fim de favorecer o processo educativo López, (2000, p.77). A atitude dos pais e suas práticas de criação e educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e, conseqüentemente, influenciam o comportamento do filho na escola. O atendimento educativo tem como estratégias: o desenvolvimento humano, a formação da inteligência e da personalidade, com reflexos positivos sobre todo o processo de aprendizagem.

### **FAMÍLIA E ESCOLA DESENVOLVENDO A AUTOESTIMA E VISANDO A APRENDIZAGEM COMO CAMPO PRODUTIVO**

Há consenso entre os educadores de que uma base familiar sólida é extremamente importante na formação do indivíduo. Os filhos exigem atenção de seus pais no dia-a-dia, essa convivência vai lhe transmitir elementos importantíssimos, para o seu equilíbrio pessoal, sua autoestima e autoimagem, sua capacidade de assumir riscos e esforços de entender e respeitar regras. Como diz Luckmann apud Paro (2000, p. 58), “[...] A participação dos pais junto aos filhos é a primeira associação possível entre o mundo da família e o da escola para que a criança inicie sua escolaridade”.

Cada hábito praticado pelos educadores e pelas famílias poderá contribuir para desenvolver características fundamentais da personalidade das crianças. A esse respeito, confirma Cury (2003), “[...] Este hábito dos pais brilhantes contribui para desenvolver em seus filhos: autoestima, proteção da emoção, capacidade de trabalhar perdas e frustrações, de filtrar estímulos estressantes, de dialogar, de ouvir. Os filhos não precisam de pais gigantes, mas de seres humanos que falem a sua linguagem e sejam capazes de penetrar-lhes o coração. E um excelente educador não é um ser humano perfeito, mas alguém que tem serenidade para se esvaziar e sensibilidade para aprender (CURY, 2003, p. 21).

Acredita-se, então, que uma criança desmotivada não terá bons resultados nos estudos, pois a aprendizagem depende muito da autoestima e principalmente a socialização primária que é a primeira socialização que o indivíduo apresenta na infância, e em virtude da qual se torna membro da sociedade.

A motivação ou interesse da criança para aprender, é uma poderosa necessidade humana, que contribui de maneira essencial para o processo da vida, sendo indispensável para um desenvolvimento normal e saudável, onde tenha valor de sobrevivência. Na ausência de uma autoestima positiva o crescimento psicológico fica comprometido. A autoestima positiva funciona como se, na realidade, fosse o sistema imunológico da consciência, fortalece e dá energia e motivação. Ela inspira a obter resultados e permite sentir prazer e satisfação diante das realizações, vejamos o quanto é importante o acompanhamento familiar na vida de uma criança principalmente quando ingressa na escola.

Assim, cabe destacar o que diz André e Lelord (2000), sobre o assunto: É importante destacar que o afeto é o princípio norteador da autoestima. A autoestima positiva funciona como se, na realidade, fosse o sistema imunológico da consciência, fortalece, dá energia e motivação. Ela inspira a obter resultados e permite sentir prazer e satisfação diante das realizações (ANDRÉ & LELORD, 2000, p. 38).

Entretanto, continuam os referidos autores, depois de desenvolvido o vínculo afetivo, a aprendizagem e a motivação, como meio para conseguir o autocontrole da criança e seu bem-estar, “[...] são conquistas significativas, atendendo as necessidades afetivas da criança e elas se tornarão mais satisfeitas consigo mesmas e com os outros e terão mais facilidade e disposição para aprender” (ANDRÉ & LELORD, 2000, p. 38).

Entendemos que se uma criança tem uma opinião positiva sobre si mesma e sobre os outros, terá mais condição de aprender, por ter seu espírito preparado com boas qualidades e uma criança com autoestima bem elevada será capaz de construir um bom futuro e para isso acontecer é fundamental a compreensão da família em cumprir com suas responsabilidades e a escola procurar boas propostas de ensino em que possam participar as famílias.

As leis da educação têm deixado claro que a gestão escolar precisa estimular a participação dos demais segmentos a se manterem por dentro dos regimentos e por em prática juntamente com a equipe da escola (professores, funcionários, técnicos) e famílias e toda a comunidade escolar. Diante das diversas dificuldades encontradas na sociedade atual, a integração família e escola se torna emergencial no Brasil, onde a própria Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, determina a participação dos pais para a efetivação do processo da gestão democrática nas escolas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente ECA - Lei nº 8.069, de 13\07\1990), (BRASIL, 1990), também trata do assunto nos art. 53 a 58, (direito à educação, dever do Estado, deveres dos pais, atuação do Conselho Tutelar, política de inclusão; contexto sócio cultural). Com relação às Leis cada responsável tem um papel a cumprir e isso

beneficiará a educação de vossas crianças que estão sedentas esperando o apoio dos que regem as Leis da educação e todos os responsáveis por esse processo educacional.

No entanto, de acordo com o que diz Lück (2006, p. 59), Mais do que o cumprimento de uma determinação legal, a busca pelo fortalecimento dessa parceria colaborativa se apresenta, no atual contexto social, como um dos poucos caminhos viáveis para que escola e famílias consigam superar as dificuldades que vêm enfrentando na educação de seus filhos e alunos.

Acredita-se também ser este o caminho para que se possa atender às necessidades de democratização da sociedade para entender, diferentes perspectivas sociais e modo de vida e para prevenir o envolvimento da juventude com drogas e violência. Sobre as ideias e as dificuldades encontradas abonamos que família e escola precisam dar as mãos, pois estamos cientes que somente com esse apoio de participação produzirá um significado concreto e duradouro no desenvolvimento social e individual do ser humano.

Em que pese a Declaração dos Direitos Humanos, a escola precisa se transformar, precisa se abrir, romper com o egocentrismo. Essas são práticas do dia-a-dia que tem levado os alunos a grandes conflitos onde os tem impedido de crescerem na vida estudantil e social, e em algumas vezes a criança se sente entre dois mundos, e colocando em prática esses valores a educação terá uma nova conduta.

Proporcionar meios para que a sociedade exerça seu direito à participação deve fazer parte dos objetivos de uma gestão que tem compromisso com a solidificação da democracia e para tanto deve estar aberta às críticas, opiniões, mesmo que estas contrariem a vontade do gestor, Assim, a família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. Portanto, a educação bem sucedida da criança na família é que vai servir de apoio a sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto. A família tem sido e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas e uma família bem estruturada dará à criança equilíbrio e controle emocional. Segundo Maluf (2006, p. 7), a autoestima é “[...] um juízo de valor que uma pessoa tem de si mesma a partir da competência que demonstra na execução de diferentes tarefas e da valorização que as pessoas que a cercam lhe dão”. Como as crianças normalmente dão muita importância ao amor de seus pais, familiares, professores e colegas, é de se esperar que nesses dois ambientes, família e escola, desenvolvam seu padrão de valorização pessoal. Nas palavras da autora, “A autoestima enfraquecida desde suas raízes, cria sentimentos de menos valia e insegurança, que acabam por gerar um ciclo vicioso de fracasso e baixa autoestima. Por esse motivo,

aconselhamos pais e professores a estarem atentos a seus filhos e alunos” (MALUF, 2006, p. 7).

Nesse sentido, cabe destacar que a sociedade, em busca de humanização necessita de professores mais sensíveis urgentemente. É necessário ensinar ao homem desta era, que ousa brincar tão ardentemente de Deus, a ler, interpretar e administrar as próprias emoções. “[...] Procuram-se digitadores da informática humana, técnicos capazes de ensinar a auto estimulação dos hormônios que formam o padrão químico do bem-estar.” (BOECHAT, 2003, p. 40).

A própria lei garante a participação no processo de ensino-aprendizagem de seus filhos, todavia, nem sempre as famílias se dispõem a esta participação. O dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação. A família deve acolher a criança, oferecendo-lhe um ambiente estável e amoroso. Muitas, infelizmente não conseguem manter um relacionamento harmonioso.

Concorda-se com Vygotsky (2000), ao afirmar que as crianças, bem antes de ingressarem na escola, já trazem uma bagagem de conhecimento e qualquer situação de aprendizado que nela vivam, serão confrontadas com uma história prévia. Acreditamos que essa bagagem que a criança leva para a escola é adquirida com a família e deve ser respeitada pela escola e colegas porque cada criança tem uma história diferente da outra e cada uma delas leva problemas também para a escola e precisa de compreensão por parte da escola.

Nessa visão, analisando o que diz Pisandelli (2003), muitas crianças são identificadas com problemas de aprendizagem quando não realizam o que se espera de uma programação de ensino, se, o rendimento escolar da criança não corresponde às expectativas da família e da própria escola, essa criança passa a ser vista pela família, por professores e colegas como um fracasso e muitas vezes são rotuladas como alguém com um problema de aprendizagem.

Acredita-se, então, que é na escola que as famílias carentes depositam suas esperanças de um futuro, se não melhor, pelo menos diferente para seus filhos. E a escola deve desenvolver esse caráter, como diz Maslow apud Pisandelli (2003, p. 2), “[...] A missão da escola, como principal instrumento de transmissão de conhecimentos é cumprir a função primordial de educação, isto é, tornar sujeito capaz de agir conscientemente na transformação do conhecimento”.

Ainda confirma o autor; “[...] Essa é a escada que leva o homem a sua ascensão na hierarquia das necessidades (MASLOW apud PISANDELLI, 2003, p. 2).

Este pensamento nos instrui que o sucesso da educação depende muito da escola, de como esta preparando esse aluno para atuar na

sociedade, que a sua espera está um mundo novo onde esse aluno poderá estranhar o novo, dependendo de sua preparação.

Com essas advertências concluímos que; a família e a escola são pontos de apoio e sustentação ao ser humano, são marcos de referência existencial. Quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do sujeito.

A participação dos pais na educação formal dos filhos deve ser constante e consciente. Vida familiar e vida escolar são simultâneas e complementares. É importante que pais, professores, filhos e alunos compartilhem experiências, entendam e trabalhem as questões envolvidas no seu dia-a-dia sem cair no julgamento para não machucar um ao outro, mas buscando compreender as nuances de cada situação. Uma vez que tudo que se relaciona aos filhos tem a ver sob algum ângulo, com a escola e vice-versa.

Comparando tudo isso, entende-se que essa é uma das formas de levantar autoestima das crianças, colaborando e compartilhando seus direitos e deveres. No livro *A idade da decolagem; como educar seu filho*, Regidor (2008, p. 17), faz uma menção, ao ressaltar “[...] A segurança é fundamental para alcançar o êxito, para que os pequenos se valorizem a si mesmo e se considerem capazes de fazer isto e aquilo, é primordial que se sintam seguros, aceitos e queridos pelos que lhes rodeiam”.

Ainda comenta o autor que “[...] Quando refletimos sobre como as crianças são educadas e quem as educa, penso que esse é o ponto por onde deveríamos começar” (REGIDOR, 2008, p. 17). Conforme seja verificamos a acomodação do dia que tem impedido a família e a escola de procurarem melhoras para o sucesso escolar e as consequências adquiridas têm causado o fracasso escolar. E por conta disso a aprendizagem tem baixado por falta de incentivo e o alunado se encontra desmotivado.

Acredita-se que para inserir os alunos com mais garra na educação é preciso mais segurança tanto por parte da família como da escola, para poderem confiar no que vão fazer em benefício da educação.

Pode-se assim mencionar que muitos pais são pobres em bom senso, e não conseguem repassar algo de bom para os filhos por terem uma baixa autoestima e por isso tornaram-se escravos das derrotas e são inseguros com a vida. A esse respeito, Cury (2003), diz que se os pais não contagiarem seus filhos com seus sonhos e entusiasmo, a vida será enaltecida. Se for um especialista em reclamar, se mostrar medo da vida temor pelo amanhã, preocupações excessivas com doenças, estará paralisando a inteligência e a emoção deles, e certamente contribuindo para a construção de uma personalidade com baixa autoestima.

## **QUANDO A FAMÍLIA E A ESCOLA SE COMPROMETEM COM A APRENDIZAGEM**

72

**Artigo: Participação da Família na Aprendizagem Escolar: Uma Aliança Necessária.**

Ribeiro, Edite Lopes. Págs. 67 – 79



Muitas vezes a gestão escolar se depara com um ambiente escolar hostil e de pouco envolvimento por parte dos professores e famílias. Nessas situações, as primeiras iniciativas consistirão no exercício de vencer resistências, e, sem dúvida, o diálogo com todos é o caminho a ser percorrido.

Para atender à demanda atual, do contexto educacional, a aprendizagem deve ser organizada de modo que possibilite a formação de um cidadão crítico, capaz de lidar, conscientemente, com a realidade científica e tecnológica na qual está inserido. Tal formação pressupõe uma educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades necessárias à intervenção crítica e consciente nessa realidade (BRASIL, 2004).

A qualidade dessa interação família e escola que poderá favorecer a ocorrência de aprendizagem e que seja significativa. Importa dizer que nossa intenção não é apontar as ineficiências da aprendizagem. Partindo do pressuposto de que a escola na ação dos seus diferentes atores está empenhada em cumprir o seu papel social e que tem condições de investir muita energia nisso.

O que se deseja é chamar a atenção para o fato de que a energia pode estar sendo desperdiçada em ações inadequadas e que, dentre os diferentes aspectos que devem ser considerados nas decisões inerentes, mas um bom desempenho poderá mudar o significado em aprendizagem significativa.

Vale enfatizar, ainda, que a prática pedagógica também não deve ser avaliada de forma dicotômica como se fosse boa ou ruim. Sempre haverá aspectos positivos e negativos e o seu aperfeiçoamento passa, além do comprometimento pessoal do professor, da família com a função social da escola, pela identificação dos fatores, contextuais e cognitivos que a determinam. É a conquista gradual desta capacidade que proporcionará ao professor, como profissional, autonomia para gerir a própria prática e formação.

E para tudo isso se realizar é fundamental a relação humana entre a família e a escola, como afirma Weil (2004), antigamente, a instrução dos filhos era dever exclusivo da família. Mas a vida foi se complicando e o conjunto dos conhecimentos a serem adquiridos por uma pessoa também se estendeu indefinidamente. O resultado disto é que a escola tomou, aos poucos, o encargo de instruir as crianças. Muitos até lhe atribuem a missão de formar-lhes o caráter.

Se a importância da escola é tão grande na educação dos nossos filhos, convém aos pais cercar de todo carinho não somente escolha do colégio, mas ainda as relações entre a família e o gestor/ professores. Relatamos o caso de uma escola mal organizada, com professores de frequência irregular, os pais se arriscarão a prejudicar não somente a instrução do seu filho, mas também o seu equilíbrio emocional.

O mesmo acontece se o ambiente do colégio for de excessivo rigor, castigos e, portanto, angústia. Mas com tudo isso reconhece que a responsabilidade do professor é imensa por ter a falta da presença familiar em atividades na escola.

No entanto, quando a família se envolve com garra tudo fica mais fácil para o trabalho pedagógico. Conforme Makarenko apud Paro (2000, p. 63), “[...] é importante a participação da família na escola e como educar as crianças em tempos difíceis”. E a escola tem o papel de orientar a família, que deverá encará-la como um órgão normativo.

Cabe então, despertar família e escola para que juntas contribuam na formação do cidadão em todas as suas necessidades, queremos meditar no pensamento de Freire (1996, p. 31), “[...] ensinar exige a convicção de que a mudança é possível, trabalhar por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, convencido de que a educação é condição necessária para uma real mudança da sociedade”. Sabe-se que o desafio de transformar exige ação, organização, conscientização, participação e compromisso, portanto, é essencial que a família, escola e movimentos sociais trabalhem convictos da possibilidade da mudança, na formação dos cidadãos críticos, conscientes e participativos para que esses reconheçam e reivindiquem seus direitos, a começar pela educação. E que ela seja inteira e não pela metade (WEIL, 2004).

A educação aborda um o processo de transformação ocorrido nos últimos tempos na família, na escola e nos seus intercâmbios a partir de uma perspectiva sócio-histórica e de contribuições do campo de estudos da terapia familiar, ressaltando que os novos arranjos familiares são manifestações dos modos de pensar, sentar e de se relacionar na contemporaneidade.

Defende Vygotsky (2000, p. 64), “[...] uma pedagogia que valorize a experiência cotidiana de crianças, jovens e adultos das camadas populares com matéria-prima de um currículo escolar inserido num processo formativo de caráter emancipativo”, e esta sem dúvida, envolve os gestores e os professores em um trabalho construído participativamente.

Verifica-se, então, o quanto à família faz falta deixando de participar de todo o processo escolar e por este motivo encontramos a educação defasada em seu sistema, é necessário estimular os dois segmentos a se ajudarem a crescer através de uma possível mudança usando seus próprios recursos levantando hipóteses que promovam ideias de soluções para esse grande campo escolar e coletivamente veremos uma educação produtiva através de nossos talentos serem usados nesta obra educacional.

Para tanto, se torna imprescindível a inserção ativa e consciente da comunidade escolar em todas as decisões e encaminhamentos operacionais, a fim de que possa exercitar, compreender e lutar em

nome da democracia, da autonomia e da participação nos processos de gestão da escola, do ensino e da aprendizagem. Nesse caso se a família colaborar com a gestão da escola e vice-versa e essa parceria não poderá fazer nada aleatório, mais tudo combinado e sobre um regimento.

Segundo Masetto (1997), planejar uma escola é definir claramente suas metas e seus objetivos educacionais: o que pretende que seus alunos aprendam enquanto conhecimentos, habilidades e atitudes; para que pretende formar seus alunos; que cidadão quer formar; como vê seu papel nessa formação.

Enfim, a escola vai adquirir sua filosofia de educação e as diretrizes básicas que orientarão sua atividade educativa.

Conforme seja o trabalho dessa parceria poderemos ver a qualidade da educação. Se as crianças perceberem que todos estão em torno delas terão mais razão para um bom desempenho por estar sendo motivados e recebendo o que lhe é de direito. Isso leva a ter uma boa aprendizagem, pois quando surgem alguns problemas e depois de conversa e uma parceria com os pais o aluno passa a confiar mais em seu potencial como aluno que precisa aprender para construir um bom futuro.

Recentes pesquisas de Psicanálise e Psicologia Social colocaram em destaque o fato de a conduta dos filhos na escola e em casa ser, em grande parte, uma reação ao comportamento dos pais para com os filhos. Isto é a tal ponto verdadeiro, que se constatou que a maioria dos problemas de comportamento, tais como a ausência de atenção, brutalidade ou instabilidade, são causados pela conduta e pelas atitudes dos pais. Já é lugar-comum a afirmação de que há mais pais problemas do que filhos problemas (WEIL, 2004).

É preciso ter muito cuidado com as relações porque pais e filhos são interligados e os pais precisam ter uma doutrina de bons exemplos por serem eles o espelho dos filhos. E sabendo que a criança leva para a escola o que recebe em casa é preciso ter critérios em certas formas de tratamento porque às vezes gera até frustração nas crianças.

Em algumas ocasiões a criança enfrenta dificuldades na escola por se sentir pequena em algumas ocasiões devido a formas de tratamento que recebe em casa. Conforme Alencar (2008), os alunos são rotulados em casa e chegam à escola negativos não acreditando em si próprias. "[...] A criança mal consegue expressar suas capacidades porque já é desqualificada perante os outros, é preciso permitir que ela tenha também experiências boas. E se uma criança tem problemas de relacionamentos em casa, isso não significa que manterá essa postura na escola" (ALENCAR, 2008, p. 2).

A imagem da criança pode ficar negativa aos olhos dos outros, lembrando que as atitudes dos estudantes mudam com o tempo e de

acordo com a situação. O professor deve buscar compreender as reais dificuldades e necessidades das crianças.

De acordo com Alencar (2008), um bom diálogo é capaz de fazê-las perceber o impacto que essas atitudes podem ter na vida dos menores. A referida autora ainda comenta sobre os rótulos ao destacar “[...] que alguns alunos tinham dificuldades em aprender e eram apelidados pelos pais e colegas que não aprendiam nada”. Esses alunos sempre ficavam no final da sala por se sentirem incapazes, a imagem da criança pode ficar negativa aos olhos dos outros (ALENCAR, 2008, p. 2). Lembrando que as atitudes das crianças mudam com o tempo e de acordo com a situação.

As famas já trazidas de casa devem ser combatidas na escola e outros momentos em que precisamos ter muito cuidado é a relação com os pais. É comum uma mãe entregar o filho para a professora e logo implorar; “Vê se dá um jeito nele. É incontrolável. Em vez de incorporar só rótulos dados pelas próprias famílias, a escola tem de combatê-los. “A criança mal consegue expressar suas capacidades porque já é desqualificada perante os outros” (ALENCAR, 2008, p. 2).

O relacionamento entre pais e filhos influencia muito na educação, por este motivo os pais precisam ter cuidado no tratamento com os filhos. Por isso é que a escola se preocupa em repassar para as famílias a importância da presença dos pais na vida dos filhos, em todas as áreas. É preciso que os pais olhem para a aprendizagem com limites e virtudes para que seus filhos sintam-se apoiados pelos pais na construção de sua vida profissional.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer desta pesquisa percebeu-se a importância da parceria Família/Escola no processo educativo. Ambas são referenciais que dão sustentação ao bom desenvolvimento da criança, portanto, quanto melhor for a parceria entre elas, mais positivo e significativo será o desempenho escolar dos filhos/alunos. As famílias, em parceria com a escola e vice-versa, são peças fundamentais ao desenvolvimento pleno da criança e conseqüentemente são pilares imprescindíveis para o bom desempenho escolar.

Entretanto, para conhecer a família é necessário que a escola abra suas portas, intensificando e garantindo sua permanência através de reuniões mais interessantes e motivadoras. À medida que a escola abrir espaços e criar mecanismos para atrair a família para o ambiente escolar, novas oportunidades com certeza irão surgir para que seja desenvolvida uma educação de qualidade, sustentada justamente por esta relação (Família/Escola).

Essa parceria deve ter como ponto de partida a escola, visto que, os professores são vistos como “especialistas em educação”. Portanto, cabe a eles dar início à construção desse relacionamento. Os pais não

conhecem o funcionamento da escola, tampouco têm conhecimento sobre as características do desenvolvimento cognitivo, afetivo, moral e social ou conhecem o processo ensino-aprendizagem. Porém, não existe uma fórmula mágica para se efetivar a relação família/escola, pois, cada família, cada escola, vive uma realidade diferente.

Nesse sentido, esta interação se faz necessária para que ambas conheçam suas realidades e construam coletivamente uma relação de diálogo mútuo, procurando meios para que se concretize essa parceria, apesar das dificuldades e diversidades que as envolvem. O diálogo entre ambas tende a colaborar para um equilíbrio no desempenho escolar dos alunos.

É preciso que pais e educadores trabalhem juntos, integrados, em busca dos mesmos objetivos e sempre tentando os mesmos meios. Só a perfeita integração família-escola poderá produzir uma relação satisfatória, uma educação harmoniosa e coerente entre a escola e os pais. Tudo isso só faz sentido se pensarmos no desenvolvimento da criança. E quando falamos de desenvolvimento na sociedade, estamos falando de aprendizagem dos indivíduos para que possa ser usada a seu favor. Com isto, a relação família-escola torna-se essencial, pois estas são pontos de apoio e sustentação ao ser humano.

É importante ainda que pais, professores, filhos/alunos compartilhem experiências, entendam e trabalhem as questões envolvidas no seu dia-a-dia, buscando compreender as nuances de cada situação. Assim, é possível estabelecer uma condição de parceria e confiança mútua - condições essenciais para o sucesso do processo educacional.

Enfim, a relação familiar e escolar é fundamental para o processo educativo, pois os dois contextos possuem o papel de desenvolver a sociabilidade, a afetividade e o bem estar físico e intelectual dos indivíduos, ou seja, o ideal é que família e escola se envolvam numa relação recíproca, pois as influências dos dois meios são importantes para a formação de sujeitos.

## **REFERÊNCIAS**

AGUERRONDO, Inês. Pedagogia e formação de professores: dilemas e perspectivas. Florianópolis: ENDIPE, 1996.

ALENCAR, Eunice. Gestão escolar. Revista Nova Escola, Ed. Especial nº 1. São Paulo: Abril, 2008.

ANDRÉ, C.; LELORD, François. A autoestima. São Paulo: Coleção Conviver, 2000.

BRASIL, Constituição 1988. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1988.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1990.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CURY, Augusto Jorge. Pais brilhantes, professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1997.

LUCK, H. Administração participativa da Gestão Escolar. Gestão em Rede, agosto/ 1996.

\_\_\_\_\_. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. Refletindo Sobre a Relação Família-Escola. Revista Gestão em Rede, p. 59. 2006.

GADOTTI, Moacir. Dimensão política do projeto pedagógico. São Paulo: SEED/MG. 2001.

LÓPEZ, J. S. Educação na família e na escola. São Paulo: Loyola, 2002.

LUDK, M; ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa em Educação: abordagem qualitativa. São Paulo: Manole, 1986. 99p.

MALUF, Maria Irene. Problemas de aprendizagem na pré escola e a psicopedagogia. Revista Nova Escola, Ed. 193, p. 7, São Paulo: Abril Cultural nov/2006.

MINAYO. M. C. de S. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTANDON, C.; PERRENOUD, P. Entre parentes e ensino: um diálogo impossível? Paris, Peter Lang, 1987, p.49-87.

PARO, Vitor H. Qualidade de ensino: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

PAROLIM, I. C. Pais e educadores: quem tem tempo de estudar? Porto Alegre: Mediação, 2007.

PISANDELLI, G. M. A Teoria de Maslow, e sua relação com a educação de adultos. São Paulo. Disponível em: acessado em out/2017.

REGIDOR, Ricardo; LÓPEZ, Elena. A Idade da Decolagem: como educar seu filho de 0 a 6 anos. Coleção Fazer Família. Petrópolis: Vozes, 2008.

TIBA, Içami. Disciplina na medida certa. 41. Ed. São Paulo: Gente, 2003.

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. Paradigma - Relações de Poder - Projeto Político-Pedagógico: dimensões indissociáveis do fazer educativo. In: VEIGA, Ilma P. A. (org.), Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995 (p.38-53).

RUSSO, Angélica. Teóricos da educação. Fortaleza: Ed. Livro Técnico, 2004.

SANTOS, J. Oliveira. Santo Agostinho. Confissões. Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2008.

SOUZA, Paulo Renato. Educação e responsabilidade social. Revista Nova Escola. Ed. Especial, p. 17, São Paulo: Abril Cultural, jan/2007.

TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1993.

WEIL, Pierre. A criança, o lar e a escola. Petrópolis: Vozes, 2004.

# PERCURSOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO TRÂNSITO

Silveira, Ivanir Ribeiro da<sup>11</sup>

## • RESUMO:

Mediante o crescimento acelerado da frota de veículos automotores do Brasil, foram desenvolvidas técnicas de avaliações psicológicas para classificar as características físicas e psicológicas e auxiliar no perfil dos candidatos para a obtenção da carteira nacional de habilitação. Por este motivo, este trabalho tem o intuito de apresentar o percurso das avaliações psicológicas no contexto do trânsito no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação Psicológica, Psicologia, Testes, Trânsito.

## • INTRODUÇÃO

Com o aumento quase exponencial da população, cresce em paralelo o número de veículos que circulam nas ruas de todo o país. Esse é um fenômeno que, atrelado à viabilidade econômica das classes sociais e facilidade de compra nas concessionárias e por outros meios, faz com que seja imprescindível conhecer de onde vêm as avaliações psicológicas e quais rumos poderão ser tomados nas avaliações psicológicas para habilitação dos condutores de veículos automotores.

Este tema foi escolhido por ser uma área da psicologia na qual sempre tive afinidade, por ser um processo sistematizado capaz de conhecer e avaliar o perfil do indivíduo. Esse interesse surgiu desde a minha primeira habilitação, conquista que fez com que eu olhasse de forma diferente para as avaliações psicológicas, até o final da graduação, quando desenvolvi afinidade com testes que resultaram para a escolha da Pós-graduação em Psicologia do Trânsito.

De acordo com o pesquisador Rozestraten (1983), a psicologia do trânsito pode ser considerada como o estudo do comportamento humano e seus aspectos psicossociais no ambiente e vias de trânsito.

Avaliações psicológicas são processos compostos de testes, anamnese e observações feitas em determinadas situações a fim de verificar características do indivíduo como cognição, personalidade, motricidade, entre outros, para determinada finalidade. No caso específico do trânsito, as avaliações urgem diminuir o risco dos condutores se envolverem em acidentes que causam danos tanto para si quanto para os demais (LAMONIER, 2005).

A avaliação psicológica é geralmente entendida como uma área aplicada, técnica e de produção de instrumentos para o psicólogo. Não se trata simplesmente de uma área técnica produtora de ferramentas profissionais, mas sim a área da

---

<sup>11</sup> Graduada em Psicologia, e-mail: ivanirribeiros@hotmail.com



psicologia responsável pela operacionalização das teorias psicológicas em eventos observáveis. Com isso, ela fomenta a observação sistemática de eventos psicológicos, abrindo os caminhos para a integração teoria e prática. Além disso, permite que as teorias possam ser testadas, eventualmente aprimoradas, contribuindo para a evolução do conhecimento na psicologia. Portanto, a avaliação na psicologia é uma área fundamental de integração entre a ciência e a profissão. Disso decorre que o avanço da avaliação psicológica não é um avanço simplesmente da instrumentação, mas sobretudo das teorias explicativas do funcionamento psicológico (PRIMI, 2010).

Os testes psicológicos são sistematizados, onde o ambiente é controlado e possibilitando sua reprodução, além de avaliar o comportamento e a aptidão humana, sendo o candidato considerado apto, inapto ou inapto temporário para determinada função.

- **DESENVOLVIMENTO**

De acordo com o conselho federal de psicologia, avaliação psicológica é definida como um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, compostos de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão no âmbito individual, grupal e institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas.

A avaliação psicológica é uma das áreas mais arcaicas dentro da psicologia, seguida da psicologia do trânsito. Em 1.946, o decreto da lei n 9.545 que começou a vigorar em 1951, teve como princípio tornar o exame psicotécnico como exigência para obter a CNH. Só então em 1962 a psicologia passa a ser reconhecida como profissão.

No início do século XX, na França, Alfred Binet e alguns colegas, com a finalidade de incorporar crianças em suas classes apropriadas, elaboraram e publicaram um teste específico. Em 1917 com a problematização da primeira guerra mundial, o exército dos EUA se viu diante da dificuldade de classificar seus soldados em grande escala (ANASTASI & URBINA, 2000). O psicólogo Robert M. Yerkes coordenou um grupo de psicólogos para revisar testes de inteligência e elaborar novos testes, que eram aplicados a militares a fim de selecionar e classificar novos integrantes. Ao verificar que mais de 25% dos recrutas eram analfabetos, foi desenvolvido o Army Beta, um teste específico para estes, selecionando assim os que possuíam capacidade mental reduzida, os quais não havia capacidade de treinamento viável, separando-os dos que poderiam ser treinados.

Já na segunda guerra mundial, os psicólogos ficaram mais envolvidos com o cenário. Nesse momento, eles desenvolveram e aplicaram testes psicológicos para definir cargos e funções dos soldados e novamente selecionavam e treinavam recrutas para missões secretas (CHRISTIE et. al., 2001).

Após a segunda guerra mundial foram criados e aplicados inúmeros testes de várias linhas psicológicas que verificavam personalidade, desempenho,

inteligência, entre outros, em diversas áreas como militar, educacional, clínica, comercial e social.

De início, os exames psicotécnicos eram aplicados por profissionais do Instituto de Seleção e Orientação Vocacional (ISOP). Em 1998, com o novo código de trânsito, as avaliações só poderiam ser aplicadas por peritos capacitados para essa finalidade, passando a chamar Avaliação Psicológica Pericial (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2000).

Com a chegada dos automóveis no Brasil e em seguida a instalação das indústrias automobilísticas, o uso em massa e a falta de infraestrutura adequada acabaram acarretando vários acidentes de trânsito, ocasionando assim problemas de saúde e segurança para a população. Desta forma, começaram a ser criados e implantados instrumentos para melhorar as condições de locomoção no trânsito, iniciando-se a seleção médica e psicológica com a finalidade de separar as pessoas que realmente tinham a capacidade de dirigir, das pessoas que possivelmente poderiam causar acidentes. Com isso, poucas pessoas conseguiam possuir o documento de habilitação e iniciou-se a mudança de documento permanente para temporário. Além disso, foi identificada a necessidade de separar as habilitações por categoria de acordo com o automóvel, já que cada caso implica em possuir uma habilidade distinta.

Segundo o Governo Federal (1998) o ato de dirigir veículos motorizados não é um direito de todos, mas de uma autorização com exigência de alguns princípios como: conhecer as leis de trânsito, submeter-se ao processo de avaliação médica e psicológica atestando capacidade de conduzir o veículo, conhecimento em seu funcionamento, bem como domínio do mesmo.

O interessante do contexto é entender que a psicologia como profissão foi concebida quase dez anos após a psicologia do trânsito. Após abrangida essa questão, é de extrema importância conhecer os primeiros testes e seus desenvolvimentos ao passar das décadas para posteriormente entender a dinâmica dos próximos anos.

Figura 1 – A evolução da psicologia no trânsito





Fonte: Criado pelo autor.

O infográfico acima foi desenvolvido com o intuito de descrever os passos da psicologia no trânsito ao longo dos anos, desde o início dos primeiros testes até os dias atuais. A elaboração deste é embasada na ausência de documentos oficiais e outros estudos que são imprescindíveis para o conhecimento da área e futuros estudos sobre o tema.

Desde a chegada dos veículos no Brasil no início do século XX, o transporte rodoviário foi destacado como meio principal de deslocamento. Com o tempo, trens e ônibus foram sendo substituídos por carros por conta da pressão da elite em investir na indústria automobilística. Apesar de ter auxiliado no desenvolvimento econômico brasileiro, esse avanço trouxe uma série de inseguranças quanto à saúde pública e segurança por conta dos frequentes acidentes de trânsito.

Por esse motivo, na década de quarenta e cinquenta, responsáveis procuraram desenvolver ferramentas para analisar a aptidão ou a falta dela como forma preventiva, ou seja, não havia caráter eliminatório. A intenção era restringir o acesso ao volante para aqueles que tivessem menos probabilidade de se envolverem em acidentes. Essa bateria de testes estava atrelada a um exame médico e foi nesse ponto que começaram a surgir debates sobre a validade temporária da habilitação. Como havia uma grande demanda social por justificativas que explicassem a avaliação

psicológica de condutores, a psicologia começou a dar seus primeiros passos no suporte ao processo de habilitação. Os “engenheiros” responsáveis pela aplicação dos testes foram conhecidos como os primeiros psicólogos do trânsito. No Decreto-lei nº 9.545, de 5 de agosto de 1946, a aplicação dos testes se tornou obrigatória mas sem o caráter eliminatório, entrando em vigor apenas em 1951.

Ainda na década de 50 surgiram as primeiras reflexões sobre os testes aplicados e suas funções junto à redução no número de acidentes de trânsito no país. O desenvolvimento destes estudos foi passado para a ISOP (Instituto de Seleção e Orientação Profissional), responsável inclusive pela criação do importante psicodiagnóstico miocinético ou PMK.

Mesmo com os estudos, o primeiro marco empírico da área se deu através de Vieira et. al. (1953), em que foram divulgados os resultados de exames psicológicos e tabelas de teste de aptidão, como atenção difusa, ofuscamento, volante dinamógrafo e outros. Esse fato pode ser considerado como importante pela repercussão e críticas recebidas, dentre elas a validade provisória da habilitação. Além disso, pesquisadores detectaram a relevância de se analisar fatores patológicos e de personalidade.

Foi apenas na década de 60 que a profissão de psicólogo foi reconhecida na Lei nº 4.119. Psicólogos se uniram para criar o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia. Em 1968, com o avanço da legislação de trânsito, foram criados os serviços psicotécnicos e os departamentos de trânsito dos estados. Com essa dinâmica e a constituição de 1998, o psicólogo foi finalmente incluído no processo de habilitação nos departamentos e responsável pela aplicação de avaliações psicológicas periciais que anteriormente eram conhecidas como psicotécnico.

Assim, a avaliação passou a ser obrigatória tanto na aquisição da primeira habilitação quanto nas renovações.

#### • **TESTES UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PERICIAL ATUALMENTE**

- Pirâmides Coloridas de Pfister, construto personalidade, aplicado individual na faixa etária de 18 a 66 anos, favorável até 22/01/2025.
- Bateria Fatorial de Personalidade, construto personalidade, aplicado coletivo em crianças e adultos de 10 a 75 anos, favorável até 01/08/2024.
- Palográfico, construto personalidade, aplicado individual e coletivo em adolescentes e adultos de 10 a 60 anos, favorável até 2034.
- Psicodiagnóstico Miocinético (PMK), construto crenças /valores/attitudes e personalidade, aplicado individual na faixa etária de 18 a 66 anos, favorável até 2029.
- TEPIC-M, construto memória, pode ser aplicado individual ou coletivo na faixa etária de 17 a 97 anos, favorável até 2022.
- TEACO-FF, construto atenção concentrada, aplicado individual ou coletivo na faixa etária de 18 a 61 anos, favorável até 2024.

## • CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação psicológica é um instrumento bastante utilizado atualmente, através dele é possível avaliar aptidões do indivíduo durante o processo de obtenção da carteira de habilitação dos motoristas.

Os profissionais da psicologia que estão envolvidos ou pretendem se envolver no campo da avaliação psicológica precisam não apenas conhecer e dominar os instrumentos utilizados no processo da avaliação, mas sim estarem atentos às recentes teorias, bem como nos seus diversos campos de conhecimento e atuação.

A conduta do psicólogo deve ser sempre com a intenção de conhecer e compreender as possíveis implicações que refletem na qualidade, bem como na validade dos dados obtidos. O profissional deve conhecer a condição física, mental, emocional e motivacional do indivíduo para só assim poder avaliar as potências de tal sujeito (TAVARES, 2010).

A Psicologia do Trânsito é provavelmente a área mais conhecida, seja porque é a mais frequente, ou por ser a mais utilizada em todos os tempos (ALCHIERI E CRUZ, 2003).

A avaliação psicológica para a obtenção da carteira de habilitação consegue extrair informações sobre as habilidades do indivíduo, as quais proporcionam a criação de um possível diagnóstico, ou proporcionam uma orientação ou sugestão ao indivíduo que pode direcioná-lo na sua tomada de decisão diante de uma situação conflituosa no trânsito (LAMOUNIER E RUEDA, 2005).

De acordo com Barros (2010) participar do trânsito é ser um cidadão que interage com o outro, com a sociedade. A avaliação psicológica identifica além do comportamento do motorista, ela mostra as versões de todos os participantes do trânsito existentes naquela pessoa, como pedestre, ciclista e suas relações com o contexto sócio-ambiental.

Algumas questões ainda ficam em aberto para estudos futuros. Precisamos analisar como a Psicologia do Trânsito pode auxiliar melhor a resolver os problemas no trânsito, a segurança e o comportamento das pessoas. É necessário ficar atento às novas demandas do trânsito que, em décadas anteriores, não se configuravam como problema.

## • REFERÊNCIAS

ANASTASI, A., & URBINA, S. (2000). **TESTAGEM PSICOLÓGICA**. Porto Alegre: Artes Médicas.

BERZERRA, A. S. *et al.* Avaliação psicológica do trânsito. **PSICOLOGIA**, 2017. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1159.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

BARROS; Leni de Souza. **Fatores Psicológicos que implicam na ação do condutor e o desafio da Educação para o Trânsito**. Revista Ciências da Amazônia V. 1 N° 1 2010. 2011.

CHRISTIE, D. J., WAGNER, R. V., & WINTER, D. A. (2001). **Introduction to peace psychology**. In D. J. Christie, R. V.

COHEN, SWERDLIK & STURMAN. **Testagem e Avaliação Psicológica**.

Disponível em: <<https://statics-submarino.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/120596507.pdf>>.

Acesso em: 04 jun. 2020.

Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 012/2000. 2000.

Disponível em:

<[http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao2000\\_12.pdf](http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao2000_12.pdf)>. Acesso em: 02.mar.2020.

Governo Federal. Novo código de trânsito. 1998. Disponível em:

<<http://www.denatran.gov.br/ctb.htm>>. Acesso em: 02/05. 2020.

HOFFMANN & CRUZ, 2003; Dagostin, 2006.

HOFFMANN, M. H., CRUZ, R. M., & ALCHIERI, J. C. (2003).

**Comportamento Humano no Trânsito**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

LAMONIER, R. (2005). **O Rorschach e a Avaliação de Motoristas: Evidências e Validade**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Francisco-Psicologia.

PRIMI, R. Avaliação psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro. **PSICOLOGIA: TEORIA E PESQUISA**, 2010, v. 26, n. especial, p. 25- 35. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a03v26ns.pdf>>. Acesso em 04 mai. 2020.

PRIMI, R. (2003). **Inteligência: avanços nos modelos teóricos e nos instrumentos de medida**. Avaliação Psicológica, 2, 67-77.

ROZESTRATEN. R. J. A (1983). **Psicologia do trânsito: Sua definição e área de atuação**. Psicologia & trânsito, 1(1), 6-19.

SILVA, José Aparecido da. **Fatos marcantes na história dos testes psicológicos**. Paidéia (Ribeirão Preto) vol.12 no.23 Ribeirão Preto 2002.

- TAVARES; Marcelo. **Da Ordem Social da Regulamentação da Avaliação Psicológica e do uso dos Testes em Avaliação Psicológica: Diretrizes na Regulamentação da Profissão. Conselho Federal de Psicologia / Brasília-DF, 2010.**

## **POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL: POLÍTICA DE SAÚDE E ENVELHECIMENTO NO BRASIL.**

Andrade, Cecília Figueiredo de<sup>12</sup>

### **RESUMO:**

Este trabalho pretende apresentar um esboço sobre o debate da inserção profissional de assistentes sociais na política de saúde no Brasil, perpassando pela contextualização do envelhecimento, aspectos históricos das políticas públicas para a população idosa e considerações acerca da política de saúde para o envelhecimento

Palavras Chave: Serviço Social; Envelhecimento; Políticas Públicas.

### **INTRODUÇÃO**

O debate inicial apresenta um panorama geral do envelhecimento no Brasil, o aspecto social do envelhecer e as políticas públicas voltadas para atenção ao idoso. Propõe ainda, problematizar a relação entre os índices de envelhecimento e o enfoque das políticas de atenção ao indivíduo com mais de 60 anos, no plano normativo do Estado. Pretende-se aqui, situar o contexto do envelhecer no país e os modos de enfrentamento às demandas apresentadas por esta população, por via das políticas públicas.

Por conseguinte, destacamos uma reflexão acerca das políticas de saúde para a população idosa, contextualizando com os debates do Serviço Social. Pretendemos ainda, problematizar os aspectos teóricos que norteiam a construção das políticas de saúde para a população acima de 60 anos no Brasil, bem como analisamos criticamente os limites e possibilidades da inserção profissional nestes espaços. A ideia é apresentar argumentos atuais que estimulem discussões a respeito da elaboração e execução dessas políticas, para estimular um debate que possibilite avançar rumo ao processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **ENVELHECIMENTO NA REALIDADE BRASILEIRA**

As transformações sociais, políticas, econômicas e culturais na sociedade capitalista refletem diretamente em vários aspectos da vida social, sobretudo no processo de envelhecimento. A questão da velhice que muitas vezes é apresentada associada a diversos fatores que acometem a idade avançada tal como o aparecimento de doenças, solidão, isolamento, perda de autonomia e status social, está para além do estereótipo homogêneo do "velho". O processo de envelhecimento apresenta-se inserido na totalidade social, na qual sua problemática se reflete no contexto das lutas de classes e, portanto, nas contradições do capital e trabalho.

---

<sup>12</sup> Assistente Social graduada pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Pós-graduanda em Saúde do Idoso e Gerontologia. E-mail: fandrade.cecilia@gmail.com.

Entende-se que o envelhecimento presume fatores internos e externos, alterações físicas, sociais, psicológicas e culturais. Segundo Simone Beauvoir (1990, p.15) a velhice é:

[...] um fenômeno biológico: o organismo do homem idoso apresenta certas singularidades. A velhice acarreta, ainda, consequências psicológicas: certos comportamentos são considerados, com razão, como característicos da idade avançada. Como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história.

Envelhecer pressupõe um processo histórico e dinâmico, no qual se determina de acordo com as relações sociais e econômicas existentes em cada época. Ser idoso hoje não é o mesmo que ser idoso há cem anos atrás. É de se impressionar as diferenças que marcam o processo de envelhecimento em diferentes conjunturas sociais. Em tempos antigos, aqueles que conseguiam chegar aos quarenta anos já eram considerados idosos, pois as condições insalubres de sobrevivência, ausência da intervenção do Estado em políticas sociais destinadas à população pobre, bem como o pouco avanço da medicina, encurtavam o tempo de vida da população mais velha no Brasil, enquanto que na contemporaneidade, os "quarenta anos" são tidos como uma fase de ouro, de virilidade e plena juventude.

Camarano e Pasinato (2004, p.253) evidenciam que embora o envelhecimento populacional seja amplamente reconhecido como uma das principais conquistas sociais do século XX, percebe-se também, que tal conquista traz grandes desafios para as políticas públicas na sociedade brasileira. As autoras sinalizam que o envelhecimento populacional nos países desenvolvidos ocorreu em um cenário socioeconômico favorável, de modo a permitir a expansão dos sistemas de proteção social. Já nos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, "o acelerado processo de envelhecimento está ocorrendo em meio a uma conjuntura recessiva e a uma crise fiscal que dificultam a expansão do sistema de proteção social para todos os grupos etários e, em particular, para os idosos. "

Segundo Veras (2009, p.549), o número de idosos no Brasil passou de 3 milhões, em 1960, para 7 milhões, em 1975, e 20 milhões em 2008, ocorrendo deste modo, um aumento de quase 700% em menos de 50 anos. Contudo, o acréscimo do número de idosos na contemporaneidade apresenta particularidades específicas que serão determinadas a partir da totalidade histórica em que está inserida, sendo indissociável analisar as questões socioeconômicas, culturais e sociais que levam a este processo. Portanto, é preciso ir além do aparente para problematizar como vem se dando o processo de envelhecimento na população brasileira, bem como suas demandas e necessidades frente à realidade concreta.

Com as mudanças no mundo do trabalho e a eclosão da globalização ao comando do grande capital, o envelhecimento da população global e brasileira ocorre num ritmo acelerado. Os avanços tecnológicos dos equipamentos de



saúde e da medicina em geral, se configuram como um indicador que prolonga a vida da população idosa, visto que o tratamento avançado e especializado de diversas doenças dá a possibilidade de a população idosa e "mais idosa" viver pelo menos alguns anos a mais. Além disso, estudos demográficos despertam uma queda nos índices de fecundidade e o aumento da longevidade. Segundo Camarano (2002, p.6):

O crescimento relativamente mais elevado do contingente idoso é resultado de suas mais altas taxas de crescimento, em face da alta fecundidade prevalecente no passado comparativamente à atual e à redução da mortalidade. Enquanto o envelhecimento populacional significa mudanças na estrutura etária, a queda da mortalidade é um processo que se inicia no momento do nascimento e altera a vida do indivíduo, as estruturas familiares e a sociedade.

Embora os fenômenos citados acima tenham refletido no aumento da longevidade em consequência dos resultados de políticas e incentivos promovidos pela sociedade, Estado e pelo progresso tecnológico, suas consequências requerem investimentos e transferência de recursos pelo Estado para as políticas voltadas ao processo de envelhecimento (Camarano, 2002, p. 6), uma vez que as desigualdades estruturais deste modo de produção excludente se reproduzem na mesma proporção da acumulação ampliada do capital.

Considerando a necessidade de garantir os direitos historicamente conquistados pelos idosos<sup>13</sup>, visto que tais conquistas são atacadas intensamente em tempos de retrocessos diante da conjuntura neoliberal, apresentamos a seguir um levantamento das políticas sociais para atendimento a esta população, bem como a reflexão da execução destas frente a questões apresentadas pelo processo de envelhecimento na sociedade contemporânea.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS**

Ao traçar uma linha temporal para indicar a trajetória das políticas públicas para a população idosa no Brasil, utilizamos a periodização adotada por Pereira (2000), que define o período anterior a 1930 como política social do *laissez-faire*; de 1930 a 1964 como o da política populista com laivos desenvolvimentistas; de 1964 a a 1965 políticas sociais do regime tecnocrático-militar; de 1985-1990: política social do período de transição para a democracia liberal e finalmente a partir dos anos 1990: a política social neoliberal.

Para os historiadores, os momentos iniciais da história do Brasil, Colônia, Império e primeira República, não tiveram eventos significativos, sob o prisma da conquista de direitos sociais. Apesar do período nebuloso para o avanço dos direitos sociais é possível destacar alguns movimentos, ainda que tópicos e emergenciais, no sentido da intervenção estatal perante necessidades sociais básicas.

---

<sup>13</sup> Ccontemplados principalmente na Política Nacional do Idoso (1994) e no Estatuto do Idoso (2003), conforme tópicos a seguir.

As origens do sistema de proteção social no Brasil remontam ao período colonial, com a criação de instituições de caráter assistencial como a Santa Casa de Misericórdia de Santos. No período imperial, podem ser identificados outros antecedentes do atual sistema como os montepios civis e militares e outras sociedades beneficentes. Em 1888, foi regulamentado o direito à aposentadoria dos empregados dos Correios (Decreto 9.912-A, de 26 de março de 1888). Estes, após 30 anos de serviço e com uma idade mínima de 60 anos, poderiam usufruir de uma aposentadoria. Já as primeiras políticas previdenciárias de iniciativa estatal para trabalhadores do setor privado surgiram no início do século XX, com as leis de criação do seguro de acidentes do trabalho em 1919 e a primeira caixa de aposentadorias e pensões em 1923 (Lei Eloy Chaves) [ver Pasinato (2001) e Oliveira, Beltrão e Médici (1993)]. Nos anos 1930, o Brasil já contava com uma política de bem-estar social, que incluía previdência social, saúde, educação e habitação. (CAMARANO e PASINATO, 2004, p.263)

Segundo Carvalho (2002, p. 64), "O que houve de mais importante foi a criação de uma Caixa de Aposentadoria e Pensão para os ferroviários, em 1923. Foi a primeira lei eficaz de assistência social." No período de 1930 a 1964, não se percebe rompimento com o *laissez-faire*, nem com a antiga estrutura do poder oligárquico da era agroexportadora (Pereira, 2000.p.130). No entanto, no território dos direitos sociais, Carvalho, (2002) ressalta que: "O ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país. A partir dessa data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido". Neste período foram instituídos os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs).

Na década de 1960, a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), presumiu a uniformização de benefícios e serviços prestados pelos antigos IAPs. A LOPS apresentava seletividade, deixando de fora trabalhadores rurais e domésticos, com cobertura exclusiva aos trabalhadores do Regime da CLT. No período da ditadura militar<sup>14</sup> destacamos que:

A primeira iniciativa do governo federal na prestação de assistência ao idoso ocorreu em 1974 e consistiu em ações preventivas realizadas em centros sociais do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e da sociedade civil, bem como de internação custodial dos aposentados e pensionistas do INPS a partir de 60 anos. (...) outra iniciativa do governo federal em prol dos idosos carentes durante os anos 1970 foi a criação de dois tipos de benefícios não-contributivos: as aposentadorias para os trabalhadores rurais e a renda mensal vitalícia (RMV) para os necessitados urbanos e rurais. (...) criadas em 1974, foram as primeiras medidas de proteção do portador de deficiência e do idoso necessitado. (...) ocorreram no âmbito da política previdenciária. (CAMARANO e PASINATO, 2004, p.264).

---

<sup>14</sup> Regime político instaurado no Brasil em 1964, com o golpe militar que perdurou até 1985. Não nos deteremos nas particularidades deste momento da história brasileira tendo em vista a vasta quantidade de bibliografia produzida acerca do tema.

Em 1976, o Ministério da Previdência Social publicou um primeiro documento contendo diretrizes para uma política social para o envelhecimento. Na década de 1980, articulado ao processo de redemocratização do país, o Brasil incorporou afirmativamente a temática do envelhecimento na agenda das políticas públicas, integrando assim, o Plano Internacional para o Envelhecimento de 1982.

As políticas públicas voltadas para os idosos brasileiros passaram a apresentar características de compartilhamento de responsabilidades entre família, sociedade e Estado, a partir da Constituição Federal de 1988, conforme definido no artigo 230. A Constituição Federal instituiu a Assistência Social como política de proteção social, articulada com outras políticas de garantias de direitos sociais. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, faz parte dessas políticas específicas, integrando o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em complementação à Carta Magna foram promulgadas a Lei Federal nº 8.842 de 04.01.94, que criou a Política Nacional do Idoso e, a Lei nº 10.741 de 01.10.2003, que definiu o Estatuto do Idoso. O dispositivo legal de 2003 enfatizou e instituiu penas mais severas quanto ao descumprimento dos direitos assegurados para esta população. O Estatuto permitiu também, a criação de condições para promoção de sua autonomia, integração e efetiva participação na sociedade, por meio das políticas de assistência social e seguridade.

Embora os direitos sociais sejam universais, foram criados órgãos deliberativos para regulação e mecanismos para sua viabilização específica, como: Conselhos municipais, estaduais e federais; leis orgânicas e confederações específicas com previsão quanto à proteção dos idosos. As políticas públicas de proteção e promoção dos direitos da pessoa idosa têm em seus pilares a Seguridade Social, que garante proteção social a esta população.

Tanto as políticas quanto o Estatuto do Idoso têm como objetivo a garantia de direitos e o cumprimento das obrigações da família, da comunidade e do poder público, que visam com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade, respeito, não discriminação, a convivência familiar e comunitária.

A Política Social, portanto, pode ser entendida com a institucionalização das ações de proteção social pelo aparato estatal; compreende políticas que dizem respeito à ação do Estado na promoção do bem-estar ou na cobertura de riscos da vida individual ou coletiva (Fleury, 1994), o que traduz também na sua execução no trato público de conflitos inerentes a todas as formas de desigualdade e exclusão (Marshall, 1976).

### **AS POLÍTICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL**

A construção de uma política pública de saúde com foco no envelhecimento pode ser considerada recente no Brasil. Estabelecida por uma dimensão necessária às transformações da sociedade e a construção da Política Nacional

de Saúde da Pessoa Idosa com foco no Sistema Único de Saúde – SUS. A Política de Saúde como política social está sujeita a múltiplas determinações muitas das vezes contraditórias, voltadas para proteção coletiva contra riscos específicos, e, portanto, possui aspectos singulares nos processos de elaboração, organização e implantação. O processo histórico de formação do sistema de saúde brasileiro é dotado de grande importância para a compreensão das bases do atual Sistema de Saúde, que ao longo do tempo sofreu muitas alterações.

As primeiras ações governamentais de saúde, no período do Império, foram restritas e o maior foco era em combater as doenças causadas por epidemias, os problemas de saúde não estavam relacionados somente ao acesso com o mundo da medicina, haviam muitas dificuldades relacionadas à vida cotidiana e ao trabalho; já que o acesso à medicina da população pobre estava distante, principalmente dos escravos; muitos deles utilizavam de plantas medicinais, práticas de curandeiros e ações religiosas de filantropia. O reduzido número de médicos e a inexistência de ações governamentais, visando à saúde, em um contexto crítico de dificuldades sanitárias mostram o pouco alcance de ações de promoção à saúde e prevenção a doenças.

Com o processo de Independência, as ações de saúde pública e de regulamentação da medicina deixaram de ser responsabilidade de instituições ligadas à Coroa portuguesa, surgiram as primeiras faculdades de medicina, as atividades de saúde ficaram sob a alçada das câmaras municipais existentes nas diversas regiões do país. Atuando de forma totalmente descentralizada e conforme os interesses próprios. Apesar dessas iniciativas, o avanço da medicina oficial não ampliou de pronto os cuidados com a saúde da população, que permaneceu, ainda por muito tempo, recorrendo a diversos agentes de cura, denominados pelos médicos de charlatões. Em meados do século XIX, num contexto de crise sanitária e centralização do poder imperial, inaugurado com o fim do período regencial, a autonomia municipal em relação às ações de saúde começaria a diminuir; por todo esse período, a ínfima atuação do Estado na assistência médica se restringia à internação de doentes graves em lazaretos e enfermarias improvisadas, em tempos de epidemias, e à internação dos loucos no Hospício.

Em 1935, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, a ideia de saúde pública era “marcar presença em todo o país; partindo das capitais, investir no interior, nos municípios e montar uma rede bem articulada de serviços de saúde, (...) conjugando uma centralização normativa com uma descentralização executiva” (Fonseca, 2010: 139). Outro aspecto do caráter centralizador da saúde pública no Estado Novo pode ser observado na criação de diversos serviços de atuação nacional voltados para doenças específicas, todos os serviços nacionais relacionados ao combate e controle de doenças tinham sua equipe específica nos estados, normas e orientações definidas e disputavam entre si os recursos financeiros que, dependendo da conjuntura sanitária, eram mais ou menos concentrados nas ações de erradicação ou controle de uma determinada doença.

Entre as novidades do período, foi a realização da 1ª Conferência Nacional de Saúde, em 1941, que tinha a atribuição de promover o intercâmbio de informações e, por meio destas propiciar ao governo federal o controle das ações realizadas no âmbito estadual a fim de regular o fluxo de recursos financeiros. Finalmente em 1953 foi criado o Ministério da Saúde, além de estabelecer essa complexa estrutura de saúde pública, o período getulista deixaria como marca a separação entre saúde pública e assistência médica previdenciária<sup>15</sup>.

O distanciamento da saúde pública da medicina previdenciária permaneceu por um longo período em nossa sociedade. O sanitarismo desenvolvimentista começou a se constituir a partir do segundo governo de Getúlio Vargas que se consolidou e adquiriu um estatuto de orientação institucional do Ministério da Saúde até o golpe militar em 1964. Nos anos finais da década de 1950 e iniciais da década de 1960, enquanto aumentavam a proteção social e, em particular, a assistência médica aos trabalhadores urbanos com carteira assinada, a população pobre só tinha como recurso “os serviços para indigentes” das prefeituras, governos estaduais e entidades filantrópicas, com caráter assistencialista e instrumentos da política clientelista local” (Vianna, 1998: 150).

Durante a ditadura configura-se um sistema de atenção à saúde caracterizado pela preponderância da lógica e do modelo previdenciário sobre o Ministério da Saúde, construído a partir da concentração de recursos na esfera da previdência social, no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), criado em 1966<sup>16</sup>. A tendência à universalização da cobertura previdenciária foi ocorrendo por meio da ampliação da abrangência das ações e da incorporação de segmentos de trabalhadores; os demais cidadãos que não contribuíam para a previdência social obtinham atenção à saúde em centros e postos de saúde pública, desde que integrassem o perfil dos programas<sup>17</sup>, em serviços de saúde filantrópicos, como as Santas Casas, ou em consultórios e clínicas privadas, desde que tivessem esse poder aquisitivo.

No período de maior repressão no Brasil, com várias abordagens histórico-estruturais de problemas na saúde, iniciou-se um movimento social de Reforma Sanitária, que se estendeu por vários anos em que propunha uma ampla transformação do sistema de saúde. Esse novo enfoque considerava o caráter político da área da saúde e a determinação social do processo saúde-doença. O movimento sanitário composto por profissionais da saúde e pessoas vinculadas ao setor que compartilha o referencial médico-social na

---

<sup>15</sup> A saúde pública destinava-se a controlar e erradicar doenças infectocontagiosas, endemias ou epidemias que atingiam a totalidade da comunidade nacional e não grupos populacionais específicos; estava, portanto, direcionada a solucionar problemas de saúde da coletividade. A assistência médica previdenciária era de caráter individual, destinada aos indivíduos acometidos por doenças que lhes impediam de trabalhar.

<sup>16</sup> A primeira medida foi a unificação dos IAPs, com exceção do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (Ipase), no INPS, o que significou a centralização administrativa e financeira e a uniformização dos benefícios para todos os trabalhadores segurados

<sup>17</sup> Materno-infantil, controle da tuberculose, da hanseníase etc.

abordagem dos problemas de saúde e que, por meio de determinadas práticas políticas, ideológicas e teóricas, busca a transformação do setor saúde no Brasil, em prol da melhoria das condições de saúde e de atenção à saúde da população brasileira, na consecução do direito de cidadania.

Já na década de 70, no governo Geisel, tentando recuperar o papel de coordenador da política de saúde no que diz respeito ao desenvolvimento de programas, o Ministério da Saúde adotou a estratégia de atuar em áreas de 'conflito não conflagrado' com os interesses hegemônicos. Entre os instrumentos utilizados, destacaram-se a recuperação da Conferência Nacional de Saúde, a implementação de programas inovadores e a tentativa de estabelecimento de mecanismos de coordenação política do setor saúde. O exemplo maior dos programas de extensão de cobertura desenvolvidos nesse período foi o Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento (Piass)<sup>18</sup>. A transformação ocorrida durante a conjuntura do governo Geisel não foi caracterizada por uma substituição do modelo de atenção à saúde, mas por uma mudança na arena política da saúde. Surgiu no cenário setorial um movimento, um novo pensamento que, em seu processo de articulação, foi se conformando como um novo ator coletivo, uma nova força política.

Durante os anos de governabilidade do então presidente da República João Figueiredo, o movimento sanitário desenvolveu desde o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (Prevsauúde) até as Ações Integradas de Saúde (AIS), o que lhe conferiu visibilidade na cena política setorial. Entre a realização do I Simpósio de Política Nacional de Saúde e as propostas que deram origem às Ações Integradas de Saúde, em 1982, o movimento sanitário foi construindo e ampliando sua organicidade, estabelecendo contatos e alianças com os demais movimentos pela democratização do país e configurando sua singularidade, procurando cada vez mais detalhar seu projeto de atuação no panorama de saúde da população brasileira.

A movimentação no setor saúde alcançou grande desenvolvimento no último semestre de vigência do regime autoritário com perspectivas de um regime democrático e mais justo. Nessa atividade intensa de reuniões, seminários e encontros, foram sendo aperfeiçoadas recomendações de mudanças para o sistema nacional de saúde com base no princípio de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, a serem implementadas com a unificação, democratização e descentralização do sistema de saúde.

O processo de redemocratização do país foi bem-sucedido em 1985, a nova Constituição do país, a Constituição Cidadã, foi aprovada em outubro de 1988. A 8ª Conferência Nacional de Saúde<sup>19</sup> discutiu e aprovou a unificação do sistema de saúde, o conceito ampliado de saúde, o direito de cidadania e

---

<sup>18</sup> O Ministério da Saúde também desenvolveu nesse período o Programa Nacional de Saúde Materno-Infantil, a Campanha da Meningite, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, a Rede de Laboratórios de Saúde Pública, o Programa Especial de Controle da Esquistossomose, o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição e a chamada Política Nacional de Saúde.

<sup>19</sup> A 8ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE FOI REALIZADA EM 1986, E É CONSIDERADO UM DOS PRINCIPAIS MOMENTOS DA LUTA PELA UNIVERSALIZAÇÃO DA SAÚDE NO PAÍS.

dever do Estado, elaborou novas bases financeiras do sistema e a criação de instâncias institucionais de participação social. A Constituição de 1988 estabeleceu que a saúde é parte da seguridade social (art. 194), um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. A saúde passou a ser considerada como direito de todos e dever do Estado (art. 196), adotando-se o conceito ampliado de saúde, foi criado o SUS - Sistema Único de Saúde, sistema universal de atenção à saúde, regido pelos princípios de descentralização, integralidade e participação da comunidade (Brasil, 1988).

Ao longo do ano de 1989, as negociações se concentraram em torno da lei complementar que regulamentaria o SUS; novamente, a Plenária Nacional de Saúde assumiria a condução dos debates da Lei Orgânica da Saúde que seria promulgada pelas Leis 8.080 e 8.142/90, constituindo as bases legais de organização do novo sistema nacional de saúde brasileiro. O Sistema Único de Saúde (SUS) conforma o modelo público de ações e serviços de saúde no Brasil. Orientado por um conjunto de princípios e diretrizes válidos para todo o território nacional, parte de uma concepção ampla do direito à saúde e do papel do Estado na garantia desse direito, incorporando, em sua estrutura político-institucional, espaços e instrumentos para democratização e compartilhamento do processo decisório e da gestão do sistema de saúde. Sem desconsiderar a importância dos vários instrumentos utilizados e seus impactos sobre a gestão descentralizada do sistema de saúde, as normas operacionais e, mais recentemente, o Pacto pela Saúde ocupam papel de destaque na regulação nacional da descentralização do SUS.

Um dos principais desafios para a consolidação do SUS, portanto, é superar as profundas desigualdades em saúde, compatibilizando a afirmação da saúde como direito de cidadania nacional com o respeito à diversidade regional e local. No Brasil, os obstáculos estruturais se expressam nas profundas desigualdades socioeconômicas e culturais – inter-regionais, interestaduais, intermunicipais –, nas características do próprio federalismo brasileiro, na proteção social fragmentada e no modelo médico assistencial privatista sobre o qual o sistema foi construído. A luta pela garantia da saúde como direito de cidadania é hoje a luta por um novo modelo de desenvolvimento para o país e por um novo espaço para a proteção social.

Considerando a necessidade de que o setor saúde dispunha de uma política atualizada relacionada à saúde do idoso; foi aprovada pela Portaria nº 2.528 de 19.10.2006, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa que Consolida Pacto de Saúde e o SUS. O Ministério da Saúde juntamente com o SUS tem reorganizado a Estratégia de Saúde da Família (ESF), para atender principalmente a população idosa. A Política Nacional do Idoso, assegura direitos sociais à pessoa idosa, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade e reafirmando o direito à saúde nos diversos níveis de atendimento do SUS (Lei nº 8.842/94 e Decreto nº 1.948/96). O Ministério da Saúde determina que relacionados

ao tema promovam a elaboração ou a readequação de planos, projetos e atividades na conformidade das diretrizes e responsabilidades nela estabelecidas (Brasil, 1999).

Em 2002, é proposta a organização e a implantação de Redes Estaduais de Assistência à Saúde do Idoso, tendo como base as condições de gestão e a divisão de responsabilidades definida pela Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS). Como parte de operacionalização das redes, são criadas as normas para cadastramento de Centros de Referência em Atenção à Saúde do Idoso (Portaria nº 249/SAS/MS, de 2002). Em 2003, com o Estatuto do Idoso, é reforçado o papel do SUS na garantia da atenção à saúde da pessoa idosa de forma integral, em todos os níveis de atenção.

Assim, embora a legislação brasileira relativa aos cuidados da população idosa seja bastante avançada, a prática ainda é insatisfatória. A vigência do Estatuto do Idoso e seu uso como instrumento para a conquista de direitos dos idosos, a ampliação da Estratégia Saúde da Família que revela a presença de idosos e famílias frágeis e em situação de pobreza e a inserção ainda incipiente das Redes Estaduais de Assistência à Saúde do Idoso tornaram imperiosa a readequação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI). Entretanto, muito há que se fazer para que o Sistema Único de Saúde dê respostas efetivas e eficazes às necessidades e demandas de saúde da população idosa brasileira. A meta final deve ser uma atenção à saúde adequada e digna para os todos os idosos, principalmente para aquela parcela da população idosa que teve, por uma série de razões, um processo de envelhecimento marcado por doenças e agravos que impõem sérias limitações ao seu bem-estar.

### **A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA SAÚDE**

Nos anos 20, com o incremento da classe trabalhadora urbana brasileira, o Estado se põe como mediador entre a trabalhadores e empresariado criando mecanismos para “cuidar” da classe subalterna a fim de mantê-los em nível de produtividade. Nos anos 30 esse movimento começa a se intensificar esboçando a política de saúde, a qual segundo Bravo, se consolida entre 1945 a 1964 com o ressalto da questão social. A princípio somente os trabalhadores com vínculo empregatício tiveram direito a essa assistência médica governamental, por se tratar de uma obrigação contratual de caráter contributivo, não se caracterizando como uma prestação pública a que tem direito toda a população, eram somente os segurados e dependentes.

O Serviço Social, como uma profissão que surge em 1936, participa de todos os processos e transições da área da saúde já citados neste trabalho, mas faz-se necessário ressaltar que as atividades exercidas se davam de modo curativo e hospitalar, alcançando a crítica ao serviço social conservador, no



Movimento de Reconceituação<sup>20</sup>, que buscou reformular as bases políticas, teóricas e metodológicas da profissão.

O profissional do Serviço Social rege-se pelo código de ética da categoria criado pelo CFESS criado em 07 de junho de 1993, passando o Serviço Social a ser regulamentado enquanto profissão. E nesta perspectiva de regulamentações, o reconhecimento do/a Assistente Social enquanto profissional da saúde se dá mediante a Resolução de nº 218 de 06 de março de 1997 pelo Conselho Nacional de Saúde ao qual delegou ao CFESS a sua caracterização enquanto profissão.

O Código de Ética do Assistente Social propõe princípios que os profissionais do serviço social devem utilizar como fator indispensável para sua atuação, e nós nos permitimos selecionar alguns princípios para exemplificar a importância deste profissional neste espaço sócio ocupacional. São esses:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Em suma a resolução do CFESS de n.º 383 de 29 de Março de 1999, caracteriza o Assistente Social como profissional da saúde, o Art. 2º dispõe que - "O Assistente Social atua no âmbito das políticas sociais e, nesta medida, não é um profissional exclusivamente da área da saúde, podendo estar inserido em outras áreas, dependendo do local onde atua e da natureza de suas funções", o código de ética ao qual está respaldado, influi, segundo Maria Inês Bravo, em "ganhos constitucionais na Seguridade social", os permitindo estar em exercício em diversos espaços socio ocupacionais nas diferentes dimensões da questão social e na ampliação dos direitos sociais, incluindo a saúde na perspectiva de prestação de serviços nos níveis de promoção, proteção e/ou recuperação da saúde.

Segundo Minayo, "a questão da saúde e da doença no Brasil são acima de tudo, Questão Social". O sistema cada vez mais sucateia e diminui os gastos com o social (diretriz Neoliberal), devido à gestão do Estado como "comitê executivo da burguesia", o financiamento para o tratamento de saúde dos trabalhadores é extremamente precarizado. Provoca-se assim o agravamento

---

<sup>20</sup> O Movimento de Reconceituação foi um movimento que aconteceu nos países latinos americanos (Chile, Argentina, Peru e Uruguai), segundo Faleiros (1981), consistiu em um movimento de crítica ao positivismo e ao funcionalismo e a fundamentação da visão marxista na história e estrutura do Serviço Social.

da Questão Social: falta de saúde, elencada a desigualdade acirrada entre aqueles que têm poder de compra da saúde e os que dependem de um SUS sucateado para sobreviver. Dessa forma fundamenta-se a relevância da atuação de assistentes sociais na área da saúde, em busca da garantia do direito à saúde para a classe trabalhadora.

### **CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO IDOSA – CONQUISTAS E DESAFIOS**

O trajeto de consolidação das políticas públicas para a população idosa, ao longo do percurso brasileiro, revela avanços e necessidades. O plano normativo incorporou diversas determinações das agendas internacionais e outros específicos dos cidadãos deste território. Apesar disso, percebe-se que no cotidiano, é latente a necessidade de se fazer valer as leis e esforços que assegurem o bem-estar dos sujeitos acima de 60 anos.

O desenvolvimento do sistema previdenciário e de saúde desempenham papéis fundamentais no acesso a mínimos sociais por parte dos idosos. No entanto, questiona-se a ausência de debates que promovam a solidariedade intergeracional entre a população, de modo a estimular a inserção dos idosos como fomento para o desenvolvimento humano e econômico dos brasileiros. Pensar numa proposta de desenvolvimento sustentável (Camarano, Pasinato, 2004. p. 288), é projetar o idoso como protagonista das políticas de manutenção da renda e proteção social, não apenas como público alvo, mas como parte de um sistema contributivo e equilibrado. Para Tonet (2009), a fragmentação e competição entre a classe trabalhadora dificulta a construção de uma sociabilidade para além do capital.

A ofensiva político-social e ideológica para assegurar a reprodução deste processo, (...), passa pela chamada reforma do Estado e pela redefinição de iniciativas que devem ser formadoras de cultura e sociabilidade, imprescindíveis à gestação de uma reforma intelectual e moral (...) conduzida pela burguesia para estabelecer novos parâmetros na relação entre o capital, o trabalho e destes com o Estado. (...). Amparada pela naturalização da mercantilização da vida, essa reforma social e moral busca, entre outros objetivos, transformar o cidadão sujeito de direitos num cidadão-consumidor; o trabalhador num empreendedor; o desempregado num cliente da assistência social; e a classe trabalhadora em sócia dos grandes negócios (...). (MOTA, 2009. p. 14)

Na materialização das políticas sociais é relevante considerar a plasticidade adquirida pela incorporação da demanda dos diferentes atores, sendo assim cabe ressaltar a atuação dos movimentos sociais na formulação dessas estratégias. É essencial confrontar a ideia de naturalização das políticas públicas como consequência do modo de produção ou meramente resultado do escalonamento do capital. Apesar desta característica fazer parte da composição das ações implementadas, a propulsão sociopolítica é tomada pela direção dos movimentos sociais, no caso do nosso debate, os movimentos dos idosos.

A organização dos idosos se dá motivada a partir da denúncia das mazelas da velhice brasileira, inicialmente numa espécie de "reflexo"

de um movimento mais intenso e unificado que se realizava ao final dos anos 80 e início dos 90; a dos trabalhadores-aposentados brasileiros. O movimento dos aposentados, embora organizado há mais tempo, era de pouca visibilidade, até então. Porém, surpreendeu e rouba a cena, em especial na mídia. É através da mídia, que o idoso se torna visível, pois ao mesmo tempo em que se noticiava sobre o aposentado, estampava a imagem dos homens/mulheres de cabelos brancos associando a aposentadoria à velhice. (Paz, 2004. p. 3)

Portanto, segundo Paz (Ibidem. p. 47), é somente a partir do segmento organizado e, também, do movimento dos trabalhadores-aposentados que a velhice consegue obter políticas públicas e maior espaço de participação.

Um dos aspectos mais importantes para a elaboração e execução de políticas públicas voltadas para o envelhecimento envolve a abordagem integrada entre setores específicos: saúde, economia, mercado de trabalho, seguridade e educação (Camarano, Pasinato, 2004. p. 288). Além disso, compreende a noção de intergeracionalidade, através da reflexão do processo de envelhecimento humano em todas as etapas da vida. A proposta de mudança na compreensão da velhice é o primeiro passo para assegurar eficácia nas políticas sociais para a população idosa e para o desenvolvimento de potencialidades desses sujeitos.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme apontamos, a Constituição Federal nos apresenta a Seguridade Social representando grandes avanços no que tange à proteção social. Dos anos 90 até o contexto atual, o SUS foi implementado tendo por base as diretrizes da reforma sanitária, mas, não houve de fato uma "operacionalização", como ressalta Maria Inês Bravo.

Do mesmo modo, a desigualdade social, como uma das expressões da "questão social", perpassa pelo processo de envelhecimento em seus recortes de classe, gênero, etnia, bem como as particularidades históricas de cada sociedade. Tal análise pressupõe que a problemática do envelhecimento na sociedade brasileira não decorre de um processo homogêneo, uma vez que vários fatores externos influenciam nesta questão, tal como a renda, as condições de moradia e saneamento, o acesso à saúde, a cultura e lazer, bem como as relações familiares e a singularidade da trajetória de vida de cada indivíduo.

Portanto, não podemos tratar desta categoria como a velhice em si (considerando apenas alguns aspectos internos de tal processo), mas é preciso considerar a categoria de análise velhices em seu significado plural e amplo, evidenciando assim, a problemática social por trás deste fenômeno, bem como a necessidade de dar conta das expressões da "questão social" frente ao processo de envelhecimento.

Ao abordar a inserção da categoria nos espaços ocupados pelos idosos, no âmbito das políticas sociais, pretende-se provocar a reflexão acerca dos limites e possibilidades da intervenção profissional. Se por um lado o Estado, por meio das políticas sociais e instituições demanda pela atuação de assistentes sociais, a população idosa necessita, cada vez mais, da atuação

profissional propositiva e comprometida com os interesses da classe trabalhadora. Num contexto político-econômico de supressão de direitos, a(o)s assistentes sociais encontram o desafio de defender o projeto ético político da profissão e consolidar a luta por uma sociedade mais justa e igualitária para todos, sobretudo para a população acima de 60 anos.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Código de Ética do/a Assistente Social. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf) Acessado em: 20/07/2016.

BRASIL. CFESS. Resolução 383/99. Brasília: 1999. Disponível em: [http://www.saude.sc.gov.br/legislacao\\_sus/resolucoes/resolucaoconfess383.htm](http://www.saude.sc.gov.br/legislacao_sus/resolucoes/resolucaoconfess383.htm)

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Estatuto do Idoso Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm). Acesso em 07/07/2020.

\_\_\_\_\_. Lei Orgânica da Saúde. Lei nº 8.080, 19 de setembro de 1990 e Lei nº 8142, 28 de dezembro 1990.

\_\_\_\_\_.MDS/SNAS. Loas Anotada: Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc> . Acesso 11/07/2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Lei nº 2.528 de 19 de outubro de 2006.

\_\_\_\_\_. Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde, Brasília: 2009. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_a\\_Atuacao\\_de\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf)

BRAVO, Maria Inês de Souza Bravo. Política de Saúde no Brasil. Serviço Social e Sociedade – 4ª edição – São Paulo: Cortez, 2009.

BRAVO, Maria Inês Souza. MENEZES, J.S.B. de. (Orgs). Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos: desafios atuais. São Paulo: Cortez, 2012.

CAMARANO, Ana. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. Rio de Janeiro: IPEA. 26p, 2002 (Texto para discussão, 858).

CAMARANO, Ana; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, Ana (Org.). Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 253-292.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ESCOREL, Sarah. *História das políticas de saúde de 1822 a 1990: do golpe militar à reforma sanitária*. In: Giovanella, Ligia; Lobato, Lenaura; Escorel, Sarah; Noronha, José e Cravalho, Antonio Ivo: *Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012, 2ª edição.

FLEURY, S. *Estados sem Cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994

MARSHALL, T.H. *Política Social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976

MOTA, Ana Elizabeth. *Crise contemporânea e as transformações na sociedade capitalista*. In: *Curso de Especialização: direitos sociais e competências profissionais - UNB/CEFESS/ABEPSS*. Brasília, 2009.

PAZ, Serafim Fortes. *Movimento Sociais: participação dos idosos*. In: Py, Ligia et alii. *Tempo de Envelhecer*. São Paulo: NAU:2004

PEREIRA, Potyara Amazoneida. *Necessidades Humanas: Crítica aos Subsídios dos Mínimos Sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.

SIMÕES, Carlos. *Curso de direito do serviço social – 7.ed.- São Paulo: Cortez, 2014*.

TONET, Ivo. *Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade*. In: ABEPSS/CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: ABEPSS/CFESS, 2009.

VERAS, Renato. *Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações*. *Rev. Saúde Pública [online]*. 2009, vol.43, n.3, pp.548-554.

# **PSICOLOGIA E MOBILIDADE HUMANA: POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO**

Moreira, Bruna Daiane<sup>21</sup>

## **RESUMO**

A mobilidade humana é algo primordial ao funcionamento econômico, político e social do país e do mundo. Os seres humanos são moldados através de suas relações com o meio ambiente. Sua convivência e seu processo de mobilidade e movimentação geram um fenômeno que nomeamos de trânsito. Para que haja segurança nesse processo, é preciso de legislações e normas acordadas pela sociedade. No Brasil, as normas de conduta do trânsito são regidas através do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O descumprimento das leis, pode gerar transtornos, acidentes, prejuízos físicos, ambientais e financeiros, podendo causar, dentre outros problemas, o óbito de um ou mais envolvidos. A Psicologia, nesse contexto, torna-se mais que uma ferramenta de inserção, mas também peça fundamental no bom funcionamento desse processo em sua totalidade. O estudo do comportamento humano diante de tal fenômeno objetiva a prevenção, a coerção e a reeducação para o trânsito saudável. Com o presente tema pretende-se demonstrar a real importância da qualidade de vida no trânsito, e como ela pode ajudar as pessoas a se relacionarem nesse fenômeno. Esse trabalho tem como objetivo apresentar o fenômeno trânsito, assim como o processo de mobilidade humana, e de quais maneiras o profissional em psicologia pode intervir nesses processos, buscando a promoção de saúde mental e bem estar. A metodologia de pesquisa a ser utilizada nesse trabalho é uma revisão de literatura e pesquisa bibliográfica tomando como base alguns autores referências no assunto de Trânsito, Psicologia do Trânsito e Mobilidade Humana.

**PALAVRAS CHAVE:** Trânsito; Psicologia do Trânsito; Políticas Públicas em Mobilidade Urbana.

## **INTRODUÇÃO**

A mobilidade humana é algo primordial ao funcionamento econômico, político e social do país e do mundo. É através do trânsito que tudo se faz, crescimento, desenvolvimento e relações sociais. Para que haja segurança nesse processo, são precisas legislações e normas acordadas pela sociedade. No âmbito atual, segundo Souza e Souza "pode ser observada a necessidade da criação e desenvolvimento de uma política pública de mobilidade humana mais efetiva a qual possibilite uma melhor circulação nos meios existentes de locomoção" (SOUZA; SOUZA, 2009, p.3).

A Psicologia do Trânsito, visa atuações pautadas na prevenção e na promoção de saúde mental e bem estar social dentro dos processos que envolvem esse fenômeno. "Prevenir, em psicologia do trânsito envolve a

---

<sup>21</sup> Psicóloga, E-mail: bruna.moreira.psi@hotmail.com.

identificação de comportamentos de risco e práticas individuais ou coletivas que possam levar à violência e acidentes de trânsito” (BORGES; RODRIGEZ, 2020, p. 2). Os demais níveis são ações para evitar ocorrências preexistentes e reabilitação.

Com o presente tema pretende-se demonstrar a real importância da qualidade de vida no trânsito, e como ela pode ajudar as pessoas a se relacionarem nesse fenômeno, assim como, traz novas oportunidades de aprendizagem e evolução dia após dia. Dessa forma, deseja-se contribuir para o bem-estar em todo o âmbito pessoal e social, esse fenômeno ultrapassa os demais âmbitos da vida. E ainda, criando um ambiente com mais qualidade e segurança, garante-se assim menos acidentes, brigas e desentendimentos, melhorando o fluxo de mobilidade, economia de tempo, atingindo questões como sustentabilidade e responsabilidade social.

A construção desse trabalho faz-se de extrema importância no sentido de ampliar o conhecimento acadêmico ligado à área de psicologia do trânsito no campo da mobilidade humana, bem como em relação à saúde mental e bem-estar social. A maior produção de estudos e conteúdos sobre tais áreas pode ser o início de um processo de transformação que começa na academia e estende seus reflexos para a realidade social tornando cada dia mais necessários e pertinentes para o conhecimento científico.

Esse trabalho tem como objetivo apresentar o fenômeno trânsito, assim como o processo de mobilidade humana, e de quais maneiras o profissional em psicologia pode intervir nesses processos, buscando a promoção de saúde mental e bem estar. A metodologia de pesquisa a ser utilizada nesse trabalho é uma revisão de literatura e pesquisa bibliográfica, onde será realizada uma consulta em materiais e publicações científicas como livros, dissertações e por artigos científicos selecionados através de busca em sites e periódicos, tomando como base alguns autores referências no assunto de Trânsito, Psicologia do Trânsito e Mobilidade Humana.

### **O FENÔMENO TRÂNSITO**

Os seres humanos são moldados pelas relações com o meio ambiente. Sua convivência e seu processo de mobilidade e movimentação geram um fenômeno que nomeamos de trânsito, sendo essa sua definição. A sociedade atual moderna, configura um processo ainda mais rico em diversidades, visto neste fenômeno a presença de automóveis coletivos e individuais, meios de transporte não motorizados, pedestres e toda natureza que ultrapassa as estradas, avenidas e rodovias por onde tal fenômeno acontece diariamente.

Sendo assim, pode-se observar, que o trânsito é um processo coletivo, e como tal de acordo com Mariuza e Garcia (2010, p.17) “no trânsito e na mobilidade humana sempre estará presente o fator humano”. Nesse sentido, existem fatores que interferem a fluidez do processo, sejam esses fatores ambientais ou humanos. O trânsito está dividido em diversos componentes de um todo e, ao vivenciá-lo, exercendo quaisquer dos papéis neste presente, observa-se que há riscos inerentes ao fenômeno. Os fatores

ambientais e humanos são os geradores de riscos nesse processo e, a partir desses fatores, surgem as probabilidades de acidentes no trânsito (SILVA, 2010).

Todo processo coletivo dentro de uma sociedade deve seguir as regras e leis impostas pela autoridade presente. A legislação vigente busca, por meio de normas, organizar as relações humanas e os comportamentos sociais, visando a proteção e a segurança de todos, estabelecendo e diferenciando as condutas consideradas adequadas ou inadequadas dentro do processo (MARIUZA; GARCIA, 2010). Dessa forma, o objetivo primordial do trânsito, o deslocamento, segundo Silva (2010) é “compartilhado com a expectativa de nos movimentarmos com o mais baixo risco possível, e, assim, preservarmos a nossa saúde e a saúde dos outros” (SILVA, 2010, p. 22).

No Brasil, as normas de conduta do trânsito são regidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela lei 9503 de 23 de setembro de 1997. Nossas legislações possuem uma disposição visando o bem comum e o bem-estar da coletividade, pensando que para uma organização harmônica dos atores desse processo deve-se haver cuidado de ambas as partes, sendo todos responsáveis pelos fatores que influem no processo. Todavia, segue-se uma hierarquia de responsabilidade pensando na equidade e equivalência das forças exercidas nesse meio. Assim, de acordo com o artigo 29 do CTB:

§ 2º Respeitadas as normas de circulação e conduta estabelecidas neste artigo, em ordem decrescente, os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres.

Através da legislação e de seu pressuposto cumprimento, torna-se possível manter a segurança necessária ao bom funcionamento do trânsito. Logicamente, as leis e normas estão sujeitas a correções e adequações de acordo com a realidade de cada região e estado, percebendo que os fatores ambientais, não controlados pelo homem, também devem ser considerados.

### **PSICOLOGIA E MOBILIDADE HUMANA**

A mobilidade humana faz referência ao trânsito, e assim como tal, apresenta a evolução ao longo dos séculos, de acordo com o desenvolvimento de novas tecnologias, e também, com a necessidade e prioridade de quem a utiliza. Nos dias atuais, existem inúmeros meios de transportes, para as mais diversas finalidades. Contudo, o principal fator a ser considerado nesse trabalho é o humano.

A evolução dos meios de locomoção fomenta instintos primitivos do ser humano para com o meio ao seu redor. O motor, um dos maiores avanços tecnológicos do mundo, que proporcionou o desenvolvimento de inúmeras outras engenharias, conforto, agilidade e progresso, trouxe consigo a consagração do domínio do homem sobre uma das forças da natureza. A



automobilidade é tida como conquista social, e para além, conquista individual, tornando-se objeto do desejo humano (SILVA, 2010).

Dentro desse contexto e junto a ele, desenvolve-se também a ideologia do capitalismo. O discurso capitalista, segue a lógica da competição e promove a ética individualista, assim como impulsiona a economia. Nessa perspectiva, o capitalismo serviu como escada para o desenvolvimento de novas tecnologias no campo da indústria automobilística, conseqüentemente a criação de novos modelos de veículos coletivos e particulares, modelos esportivos e populares, com valores acessíveis à população. Para exemplificar tal crescimento, no contexto nacional, em 2018 a indústria automotiva movimentou cerca de 200 bilhões de reais por ano, visando principalmente o setor de veículos novos, sustentado prioritariamente pela venda de automóveis (CFP, 2018, p.31).

Vias cada vez maiores e melhores, veículos cada vez mais velozes e capazes, eis uma síntese apropriada do trânsito atual. Com tudo isso, o homem moderno se vê diante de três desafios: - tornar mais rápido, seguro e eficiente o trânsito, de forma geral - preservar a vida de todos os envolvidos no trânsito - destruir ao mínimo e preservar ao máximo o meio ambiente (BRUNS, et.al, 2016, p.4).

As indústrias automobilísticas, geralmente com sede administrativa em outros países desenvolvidos, utilizam dos benefícios do país para o seu enriquecimento. Por um lado, geram emprego as milhares de pessoas, e por vezes, diminuem o custo de uma exportação, o que facilita a venda no mercado interno, traz benefícios à economia nacional e promove autonomia. Entretanto, para o Brasil resta "o ônus do impacto gerado pela quantidade de veículos circulando (acidentes, infraestrutura, impactos ambientais e afins) e com a incumbência de administrar, fiscalizar e contornar os problemas decorrentes do modelo de deslocamento adotado" (CFP, 2018, p.32).

Todo esse caos social e evoluções desordenadas, implicam em questionamentos, fundamentalmente conceituados por Santos (1997) como a aceleração contemporânea. De acordo com o autor, a aceleração contemporânea é um distanciamento da compreensão dos sujeitos no que tange às modificações resultantes da aplicabilidade de uma tecnologia no seu meio, assim como na assimilação dos resultados e no controle das repercussões equivalentes.

A lógica do capitalismo, de que é necessária mais e mais produtividade, reforça a ideia de "tempo é dinheiro". Portanto, o tempo se transforma em algo superestimado e valorizado. De acordo com Mariuza e Garcia (2010, p.17) "o fator 'tempo' e a rapidez que este indivíduo irá conduzir seu veículo, independente se o uso é pessoal ou à trabalho, é considerado por muitos como 'mais precioso' que sua própria vida". Tal fator, instiga o condutor a ultrapassar limites de velocidade, mesmo que não haja a necessidade, infringindo as leis estabelecidas.

Vivemos hoje a cultura do narcisismo; a sociedade pós-moderna é caracterizada pelo espetáculo e pela estetização da existência; a

ênfase é dada ao presente, destituindo o sujeito de história e de futuro. Esta cultura é marcada pelo individualismo, egoísmo e egocentrismo; cada um está preocupado e centrado em si mesmo, sendo capaz, muitas vezes, de negligenciar o outro que está ao seu lado em favor de si mesmo. Como pertencentes ao sistema trânsito, começamos a realmente perceber que este é o cenário onde essas características se revelam a partir do momento em que o interesse individual se sobrepõe ao coletivo. A pressa, a competição e o imediatismo são ingredientes que incrementam ainda mais este palco potencialmente destrutivo e aniquilador. Como profissionais de saúde psíquica, temos um desafiante trabalho: rejeitar esse cenário e nos aliarmos na sua transformação (MARIUZA; GARCIA, 2010, p. 33).

A Constituição Federal de 1988, no art. 5º, inciso XV, prevê o direito de locomoção e garante que “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”. Os sujeitos carregam a premissa da liberdade plena. Todavia, a liberdade em uma sociedade permeia outros pontos a serem considerados, como por exemplo o direito do outro.

O descumprimento das leis, pode gerar transtornos, acidentes, prejuízos físicos, ambientais e financeiros, podendo causar, dentre outros problemas, o óbito de um ou mais envolvidos. Dentro do trânsito deve-se haver responsabilidade, companheirismo, empatia, prudência e honestidade, buscando promover um ambiente saudável e diminuindo os fatores de risco.

Infelizmente, é no trânsito que algumas pessoas descarregam suas frustrações e problemas pessoais. No trânsito, presenciamos diariamente: Desrespeito. Provocações. Demonstrações de superioridade. Agressividade. Violência. São atos praticados principalmente por condutores, aos quais cabe a maior parcela de responsabilidade na segurança do trânsito (BRUNS, et.al, 2016, p.4).

A atuação da psicologia nesse contexto está vinculada principalmente às avaliações psicológicas. Contudo, na mobilidade urbana e no trânsito, a psicologia tem um papel para além desse estereótipo.

É imprescindível ampliar esta atuação quando se visa a maior qualidade de vida no trânsito. Levantamento da Organização Mundial da Saúde – OMS (2009) aponta que de 20 a 50 milhões de indivíduos sofrem de traumatismos não fatais decorrentes dos acidentes de trânsito. Atuar de forma terapêutica é incidir nesta população em que o trânsito não foi seguro. É trabalhar nas consequências de dor e sofrimento, auxiliando na reconstrução de vidas. É focar a atenção nos que ficam com sequelas, sejam elas físicas, emocionais ou, ainda, ambas (MARIUZA; GARCIA, 2010, p. 33).

É nesse sentido que se encaixa a intervenção dos profissionais da psicologia, visto que tal fenômeno, como dito anteriormente, considera-se coletivo, perpassando pela interação e intervenção humana, objeto principal

de estudo dessa ciência. Através de sua atuação, o profissional promove a saúde mental e o bem-estar coletivos.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TRÂNSITO**

As políticas públicas (PP) são ferramentas de transformação social, legitimadas pelo Estado, através da atuação do governo e dos indivíduos, por meio de ações e legislações. Aquelas voltadas à mobilidade humana possuem suas especificidades características do processo e do ambiente em que o fenômeno ocorre. Portanto, para o desenvolvimento dessas políticas é necessário levar em consideração todos os elementos que envolvem esse fenômeno, sendo o principal deles o fator humano e sua complexidade (MEYER; GÜNTHER, 2019).

Os acidentes de trânsito e sua gravidade relacionam-se a três principais fatores de igual importância, que possuem mais ou menos influência de acordo com determinadas situações: primeiramente ao ambiente e suas condições, em segundo lugar às condições do veículo, e em terceiro, ao comportamento humano. Desse modo, sua elaboração demanda a articulação de setores governamentais e não governamentais, primando a identificação dos fatores que configuram os acidentes de trânsito (SANTOS; ALMEIDA, 2013).

Dentro do desenvolvimento das políticas públicas voltadas à mobilidade humana, o objetivo primordial é a garantia e a promoção da saúde, seja ela em todas as suas nuances. No que se refere à promoção da saúde, incluem-se estratégias para prevenir doenças e acidentes, situações de risco, educação sobre saúde e autoconhecimento, visando fortalecer a boa convivência e promover o bem-estar social (SILVA, 2010).

O processo de elaboração de uma política pública requer conhecimento do fenômeno e do ambiente em que será inserida, para isso é necessário estudo e análise de todos os processos e indivíduos que o envolvem. No Brasil, assim como nos principais países do mundo, são utilizados como base para essas formulações, as estatísticas, colhidas durante certo período em determinada região (SILVA, 2010). Nem sempre, as estatísticas são fiéis ao fenômeno, por isso, durante o período de implementação há uma avaliação da eficácia da aplicação da PP, o que garante sua reestruturação e reformulação caso seja necessário.

Há uma inquietude dos órgãos governamentais em implementar ações eficazes visando a redução dos danos causados pelos acidentes e violência no trânsito, visto que tais acontecimentos ocasionam a necessidade de acionamento da rede de assistência em saúde pública em seus níveis de atendimento, principalmente atenção secundária e terciária, sendo assim direcionados valores altos de capital financeiro e humano (SANTOS;ALMEIDA, 2013).

Desenvolver ações preventivas em instituições públicas e privadas auxilia na transformação da cultura, o que resultará em menor número de acidentes e lesões no trânsito. Compreendemos que essas devam ser realizadas continuamente, pois ações eventuais não atingem o objetivo efetivo de mudança de comportamento a

médio e longo prazo. Temos que ter presente a pressão exercida pela cultura e trabalhar no sentido de propiciar espaços de reflexão e questionamento a respeito da vida, lembrando sempre da coletividade, que implica a vida no trânsito e a necessidade de transformar este espaço em convívio mais humanizado e saudável (MARIUZA; GARCIA, 2010, p. 33).

Das PP já desenvolvidas no país, pode-se destacar a Política Nacional para a Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências instituída pela portaria nº 737/GM em 16 de maio de 2001, que prioriza medidas preventivas voltadas a evitar a ocorrência de acidentes e violências, como ações destinadas a impedir mortes e ao tratamento das vítimas destes eventos, já que o investimento em prevenção aumenta a abrangência na proteção da população e diminui o custo do atendimento na rede pública de saúde (BRASIL, 2001).

Outra, mais recente e de suma importância e reflexos sociais positivos, é a Lei 11.705/08, mais conhecida como Lei Seca, que impõe penalidades mais severas para o condutor que conduzir seu veículo sob a influência do álcool e outras drogas, além de restrições voltadas à comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais. Com a aplicação desta lei, no ano subsequente houve uma queda expressiva no número de óbitos causados por acidentes de trânsito, mantendo uma média significativa nos seguintes anos. Isso indica que as medidas tomadas provenientes da Lei Seca atuam primeiramente como coerção, através das intervenções realizadas, e posteriormente, se tornam educativas (SANTOS; ALMEIDA, 2013).

No ano de 2012, foi instituída a Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), Lei 12587/2012, que trouxe consigo uma nova perspectiva do fenômeno, colocando como prioridade a atenção ao transporte público coletivo, o acesso universal à cidade, além de promover ações voltadas à sustentabilidade ambiental e socioeconômica. Caccia (2015, p. 88) refere-se a PNMU como um marco, e diz que a mesma "oficializa uma mudança de paradigma, do planejamento de transporte tradicional, focado na capacidade de fluxo e tráfego de veículos, para o planejamento da mobilidade sustentável, focada na acessibilidade e na qualidade de vida das pessoas".

Todavia, ainda faltam PP que visam principalmente a educação para o trânsito de forma integral com início na infância, e reeducação aos condutores periodicamente visando a prevenção acima da coerção. É notório que as ações coercitivas trazem efeito imediato, e conseqüentemente, o aprendizado. Todavia, perdem efeito com o passar do tempo, a pouca fiscalização e os comportamentos de esquiva. Para tanto, a principal ferramenta a longo prazo seria a educação preventiva, objetivando a construção, concomitantemente, de uma cultura para o trânsito assim como a alcançada em diversos países do mundo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O fenômeno da mobilidade humana constitui todos os relacionamentos, visto que a sociedade funciona em torno do trânsito. Por este motivo, o comportamento humano no trânsito influi diretamente todas as demais estruturas que compõem a sociedade. A Psicologia, nesse contexto, torna-se mais que uma ferramenta de inserção, mas também peça fundamental no bom funcionamento desse processo em sua totalidade. O estudo do comportamento humano diante de tal fenômeno objetiva a prevenção, a coerção e a reeducação para o trânsito saudável.

No que diz respeito à mobilidade humana, a educação para trânsito é de suma necessidade para a responsabilização do condutor, do ciclista e do pedestre diante o fenômeno. A promoção de bem-estar, está para além das avaliações médicas e psicotécnicas, inclui-se também no desenvolvimento de PP que promovam a educação e a reeducação para o trânsito, tendo como objetivo principal a prevenção de violência e acidentes de trânsito.

Ademais, é necessário ressaltar que a construção e implementação de uma PP eficaz e condizente com a realidade está estritamente ligada à participação social. Percebe-se que uma população que não é envolvida nos processos políticos sociais, que não recebe educação cidadã, também não se reconhece como importante no processo como um todo. A construção do protagonismo social se dá a partir da aprendizagem social, o que, conseqüentemente se reconhece responsável pelas ações que desenvolve no processo.

## REFERENCIAS

BORGES, Carina Daiana; RODRIGUEZ, Sandra Yvonne Spiendler. Psicologia do trânsito: perspectivas atuais do psicólogo brasileiro em atuação no trânsito. **Revista Saúde e Desenvolvimento Humano**. Canoas, v. 8, n. 1, 2020

BRASIL. Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Código de Trânsito Brasileiro**. Brasília, DF. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l9503.htm> . Acesso: 01 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Análise de Situação Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por acidentes e violências**. Brasília; 2001.

BRUNS, Carlos B. et.al. **Guia para Municipalização de Trânsito**. Curitiba: TECNODATA, 2006.

CACCIA, Lara Schmitt. **Mobilidade urbana**: políticas públicas e apropriação do espaço em cidades brasileiras. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRGS, 2015

MARIUZA, C. A., & GARCIA, L. F. O psicólogo no trânsito: avaliação psicológica e mobilidade humana. In MARIUZA, C. A., & GARCIA, L. F. **Trânsito e mobilidade humana: Psicologia, Educação e Cidadania**. Porto Alegre: Ideograf/ Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

MEYER, Bernardo; GÜNTHER, Helen Fischer. O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MOBILIDADE URBANA:: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS. **III Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público**: Anais, Florianópolis - SC, Setembro 2019. Disponível em: [https://observatoriodamobilidadeurbana.ufsc.br/wp-content/uploads/2019/09/Meyer\\_Gunther\\_O-PAPEL-DO-CONTROLE-EXTERNO-NAS-POLI%CC%81TICAS-PU%CC%81BLICAS-DE-MOBILIDADE-URBANA.pdf](https://observatoriodamobilidadeurbana.ufsc.br/wp-content/uploads/2019/09/Meyer_Gunther_O-PAPEL-DO-CONTROLE-EXTERNO-NAS-POLI%CC%81TICAS-PU%CC%81BLICAS-DE-MOBILIDADE-URBANA.pdf). Acesso em: 17 jul. 2020.

SANTOS, Mauricio Gomes dos; ALMEIDA, Giancarla Fontes de. **Políticas Públicas e seus Reflexos na Violência dos Acidentes de Trânsito no Estado de Mato Grosso**. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013, São Luis/MA. Anais - Eixo 9 - Poder, Violência e Políticas Públicas. São Luis/MA: Universidade Federal do Maranhão, 2013. p. 01-10. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo9-poderviolenciaepoliticaspUBLICAS/politicaspUBLICASeseusreflexosnaviolencia.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2020.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC. 1997.

SILVA, Rogério de Oliveira. O psicólogo na promoção da saúde e prevenção de acidentes de trânsito. In: MARIUZA, C. A., & GARCIA, L. F. **Trânsito e mobilidade humana: Psicologia, Educação e Cidadania**. Porto Alegre: Ideograf/ Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

SOUSA, Marcos Timóteo Rodrigues de; SOUSA, Janete Ribeiro. Aspectos Psicológicos Relacionados à Mobilidade e a Acessibilidade no Espaço Urbano: Uma Revisão Da Literatura. **Revista Geografar**. Curitiba, v.4, n.1, p.01-15, jan./jun. 2009